

Aula 00

*SEFAZ-PR (Auditor Fiscal) Contabilidade
Avançada*

Autor:
Júlio Cardozo, Luciano Rosa

14 de Dezembro de 2022

Índice

1) Redução ao Valor Recuperável de Ativos	3
2) Questões Comentadas - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - FGV	37
3) Questões Comentadas - CPC 01 - Multibancas	61
4) Lista de Questões - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - FGV	117
5) Lista de Questões - CPC 01 - Multibancas	126



REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS

Nenhum ativo pode estar registrado na Contabilidade por valores que superem os benefícios econômicos que esperamos dele, seja pela sua venda ou pelo seu uso. Existe uma metodologia própria para analisarmos a chamada “recuperabilidade de ativos”.

Trata-se de um tema importantíssimo para provas.

O teste de recuperabilidade (ou impairment test), para **ativos imobilizados e intangíveis**, foi uma novidade trazida pela Lei 11.638/2007, que alterou a Lei 6.404/76.

Segundo este diploma legal:

Art. 183. No balanço, os elementos do ativo serão avaliados segundo os seguintes critérios:

§ 3º A companhia deverá efetuar, periodicamente, **análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível**, a fim de que sejam: (Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009)

I – registradas as perdas de valor do capital aplicado quando houver decisão de interromper os empreendimentos ou atividades a que se destinavam ou quando comprovado que não poderão produzir resultados suficientes para recuperação desse valor; ou (Incluído pela Lei nº 11.638, de 2007)

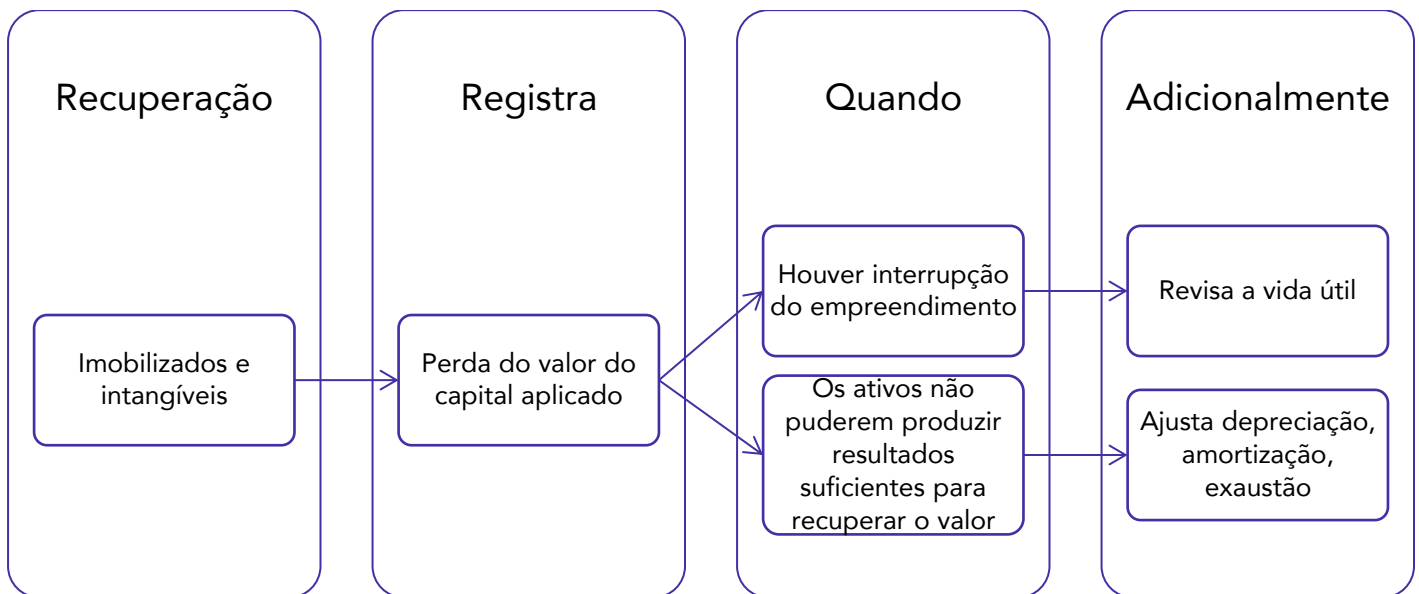
II – revisados e ajustados os critérios utilizados para determinação da vida útil econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização. (Incluído pela Lei nº 11.638, de 2007)

Portanto, o artigo 183, parágrafo terceiro, prega que há necessidade de se analisar a capacidade de recuperação de valores registrados **no imobilizado e no intangível**.

Em síntese, é requisito para o reconhecimento de um ativo que ele traga benefícios econômicos futuros. Quando os benefícios econômicos futuros que esse ativo vai trazer são menores do que o valor pelo qual ele está registrado na contabilidade, devemos, então, fazer a redução do valor (isso ficará claro a seguir).

Portanto, conforme a Lei 6.404/76:



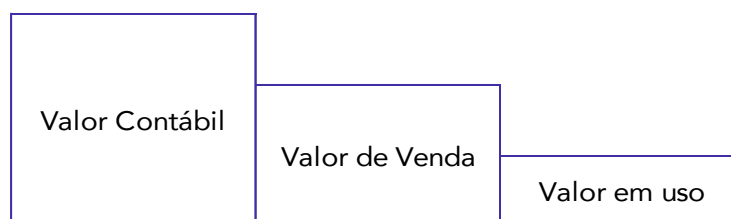


Destacamos que para a Lei 6404/76 fala do teste de recuperabilidade somente para Intangíveis e Imobilizados, mas o “conceito geral de recuperabilidade” é aplicado a todos os ativos, **sem exceção**.

Segundo o CPC 01 – Pronunciamento Técnico destinado estritamente e este assunto:

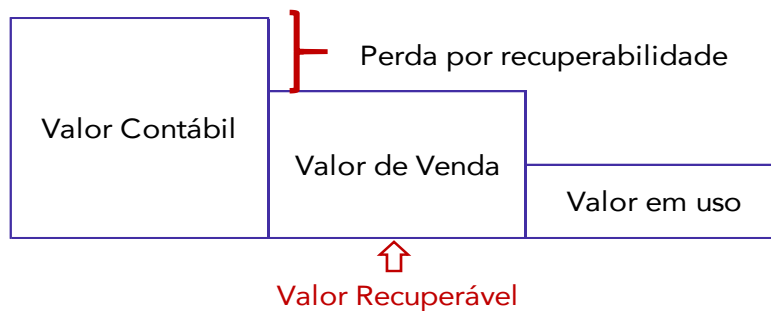
1. O objetivo deste Pronunciamento Técnico é estabelecer procedimentos que a entidade deve aplicar para assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação. **Um ativo está registrado contabilmente por valor que excede seu valor de recuperação se o seu valor contábil exceder o montante a ser recuperado pelo uso ou pela venda do ativo.** Se esse for o caso, o ativo é caracterizado como sujeito ao reconhecimento de perdas, e o Pronunciamento Técnico requer que a entidade reconheça um ajuste para perdas por desvalorização. O Pronunciamento Técnico também especifica quando a entidade deve reverter um ajuste para perdas por desvalorização e estabelece as divulgações requeridas.

O teste de recuperabilidade tem como finalidade principal apresentar o **valor real pelo qual um ativo pode ser realizado**. Essa realização poderá ser feita tanto pela venda do bem, quanto pela sua utilização nas atividades da entidade. Vejam que a norma fala em: assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação. Vejam:



Dissemos que o ativo não pode ficar registrado por valores superiores ao de recuperação. A recuperação dos valores de um ativo pode se dar se nós decidirmos vender esse ativo ou então se produzirmos mercadorias, por exemplo, e vendermos. Então, **é só comparar o valor contábil com o maior desses valores (esse será o chamado valor recuperável).**

Esquematemizemos:



Dissemos que o teste de recuperabilidade, que está previsto no CPC 01. Porém, há ativos aos quais, por disposição expressa do próprio CPC, não se submetem ao CPC 01, mas possuem metodologias próprias. .

Vamos dar uma olhada?

Alcance

Este Pronunciamento Técnico deve ser aplicado na contabilização de ajuste para perdas por desvalorização de todos os ativos, **exceto**:

- (a) estoques (ver Pronunciamento Técnico CPC 16(R1) – Estoques);
- (b) ativos de contrato e ativos resultantes de custos para obter ou cumprir contratos que devem ser reconhecidos de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (Alterada pela Revisão CPC 12);
- (Alterada pela Revisão CPC 12) (c) ativos fiscais diferidos (ver Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre o Lucro);
- (d) ativos advindos de planos de benefícios a empregados (ver Pronunciamento Técnico CPC 33 – Benefícios a Empregados);
- (e) ativos financeiros que estejam dentro do alcance dos Pronunciamentos Técnicos do CPC que disciplinam instrumentos financeiros;
- (f) propriedade para investimento que seja mensurada ao valor justo (ver Pronunciamento Técnico CPC 28 – Propriedade para Investimento);



(g) ativos biológicos relacionados à atividade agrícola dentro do alcance do Pronunciamento Técnico CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola que sejam mensurados ao valor justo líquido de despesas de vender; (Alterada pela Revisão CPC 08)

(h) custos de aquisição diferidos e ativos intangíveis advindos de direitos contratuais de companhia de seguros contidos em contrato de seguro dentro do alcance do Pronunciamento Técnico CPC 11 – Contratos de Seguro; e

(i) ativos não circulantes (ou grupos de ativos disponíveis para venda) classificados como mantidos para venda em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada.

Por favor, pessoal, não quer dizer que esses ativos não estão sujeitos ao conceito geral de recuperabilidade ou impairment, mas a METODOLOGIA PREVISTA NO CPC 01 não se aplica a eles. :

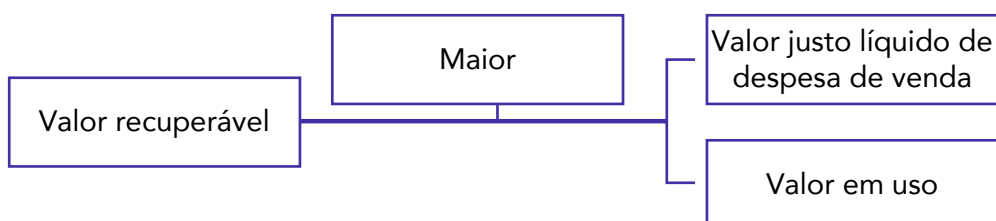
CPC 01 - Não se aplica a							
Estoques	Receita de contrato com cliente	Ativos fiscais diferidos	Benefícios a empregados	Propriedade para investimento mensurada ao valor justo	Ativos biológicos ao valor justo	Contratos de seguro	Ativos não circulantes mantido para venda

Definições importantes sobre teste de recuperabilidade

Valor recuperável de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa é o **maior (repita-se: maior) valor** entre o valor justo líquido de venda de um ativo e seu valor em uso.

Inicialmente faremos alguns cálculos e análises para achar o valor líquido de venda de um ativo e, também, o seu valor em uso. Após, o **maior**, dentre esses dois valores, será utilizado como valor recuperável.

Esquematemizemos:



Valor em uso é o valor presente de fluxos de caixa futuros esperados que devem advir de um ativo ou de unidade geradora de caixa.

Para achar o valor em uso, **temos de conhecer as entradas de caixa que serão esperadas pela utilização do ativo. Desse valor subtraímos todas as saídas de caixa que estejam relacionados às receitas.**

Por exemplo, uma máquina gerará, em sua vida útil, entradas de caixa de R\$ 1.000.000,00, com saídas esperadas de R\$ 400.000,00. O seu valor em uso será, resumidamente, o montante de R\$ 600.000,00 (1 milhão – 400.000,00). Se tivéssemos uma taxa de juros na operação, teríamos que usá-la para obter o valor presente.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma **transação não forçada** entre participantes do mercado na data de mensuração. **(CPC 46 – Mensuração do Valor Justo).**

Em suma: é o valor acertado pelas partes para a negociação do bem nas CNTP,rsrs,(Condições Normais de Temperatura e Pressão, lembram das aulas de Física?).

Para fins de teste de recuperabilidade, o valor justo deve ser diminuído de gastos que necessário para colocar o bem em condições de venda, com fretes, revisões, manutenções.

Como exemplo, se a mesma máquina citada acima pudesse ser vendida pelo valor de R\$ 600.000,00, com despesas de venda no valor de R\$ 200.000,00. O valor líquido de venda seria neste caso de R\$ 400.000,00 (600.000 – 200.000).

Voltando ao conceito de valor recuperável, podemos dizer que, após realizado os passos acima, devemos proceder da seguinte forma para encontrá-lo:

- 1) Qual o valor de uso? R\$ 600.000,00.
- 2) Qual o valor líquido de venda? R\$ 400.000,00.
- 3) Conhecidos os dois dados indagamos: Qual o valor recuperável? Exato! R\$ 600.000,00, que é o maior entre o valor de uso e o valor líquido de venda.

Entenderam? Esses conceitos são importantíssimos para a prova.

Perda por desvalorização é o montante pelo qual o valor contábil de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável.

Veja que o conceito diz que o **valor contábil excede o valor recuperável**. Valor Contábil é o valor pelo qual um ativo está reconhecido no balanço depois da dedução de toda respectiva depreciação, amortização ou exaustão acumulada e estimativa para perdas por recuperabilidade.



Podemos inferir dessa leitura que temos de comparar os dois valores, o contábil e o recuperável, para achar a perda.

No exemplo acima, se o valor contábil do bem fosse R\$ 800.000,00, qual seria a perda por desvalorização?

Basta subtrairmos dos R\$ 800.000,00 o valor recuperável, de R\$ 600.000,00. Achamos o valor de R\$ 200.000,00. É essa a nossa perda!

Essa perda será registrada da seguinte forma:

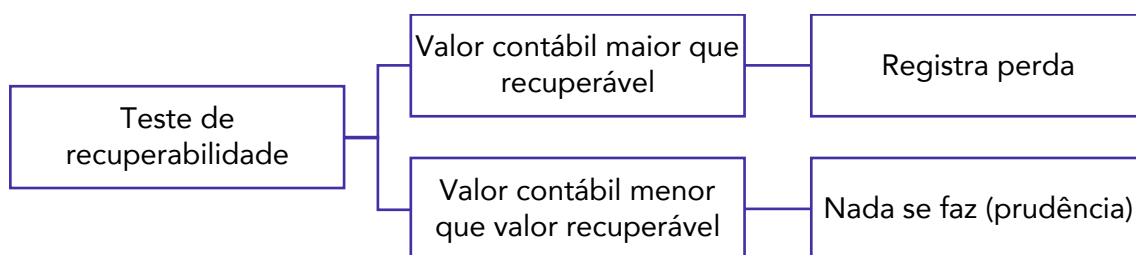
D – Despesa com perda com desvalorização de ativo 200.000,00
C – Ajuste ao valor recuperável 200.000,00

No balanço, fica assim:

Balanço patrimonial	
Ativo imobilizado	800.000,00
(-) Ajuste ao valor recuperável	(200.000,00)
Valor contábil	600.000,00

Do contrário, se o valor de realização do ativo é maior que o seu valor contábil, nenhum registro há que ser feito.

Esquematemizemos:



Vejamos como foi cobrado:

(Auditor Fiscal/SEFAZ/RS/2014) Para fins de identificação de um ativo que pode estar desvalorizado, devemos considerar seu valor

- a) de uso excedente ao seu valor contábil.
- b) reavaliado excedente ao seu valor recuperável.
- c) contábil excedente ao seu valor reavaliado.
- d) recuperável excedente ao seu valor contábil.



e) contábil excedente ao seu valor recuperável.

Comentários:

Conforme acabamos de salientar, o gabarito é a letra e.

Passos Detalhados Para o Cálculo da Valor Recuperável

Vamos ver a maneira como deve ser feito o teste de recuperabilidade?

1) Encontramos o valor contábil na data em que será feita a comparação.

O valor contábil será encontrado do seguinte modo:

- a) Pegamos o valor de aquisição
- b) Retiramos a depreciação, amortização, exaustão existentes
- c) Subtraímos de (a) o valor de (b)

2) Encontramos o valor recuperável: **maior** entre valor justo e valor em uso.

2.1) Valor justo líquido de despesa de venda: Encontramos o valor pelo qual o ativo poderia ser vendido no mercado e retiramos as despesas de venda.

2.2) Valor em uso: Pegamos o valor que podemos obter com as entradas e saídas de caixa esperados, trazendo a valor presente (a questão dará uma taxa de desconto). Somamos a isso o valor pelo qual podemos vender o ativo no final do período.

$$\text{Valor de uso} = \sum \left(\frac{\text{Fluxos de Caixa Esperados em } n}{(1+i)^n} \right)$$

Pegadinha! Pessoal, precisamos ter um cuidado especial quando se tratar do cálculo do valor em uso. Dissemos que o valor pelo qual o ativo pode ser vendido no final de sua vida útil deve ser incluído no cálculo do valor em uso. Contudo, se a questão disser o seguinte:

- Valor de venda do ativo ao **final da vida útil** (31.12.X1): 20.000,00
- Valor em uso em 31.12.X1: 100.000,00

Neste caso, o valor de venda do ativo já está incluído no valor em uso e não precisamos incluir novamente. Você utilizará diretamente o dado do valor em uso. Repetimos, nesta hipótese, o valor em uso será de R\$ 100.000,00, e não de R\$ 120.000,00 (100.000 + 20.000). Fiquem de olho!



3) Comparamos o valor recuperável com o valor contábil:

3.1) Valor contábil maior que valor recuperável: fazemos a redução do valor.

3.2) Valor contábil menor que valor recuperável: nada há que ser feito, por prudência.

Agora, duas questões:

(Contabilidade/TRE/PR/2017) Uma empresa adquiriu o direito de concessão para explorar uma atividade controlada por um órgão regulador público pelo prazo de 30 anos, após o que a concessão se encerra e a atividade volta para o domínio do órgão regulador.

O preço pago para a aquisição do direito de exploração foi R\$ 60.000.000,00 e a aquisição ocorreu em 31/12/2012.

No final do ano de 2015 a empresa realizou o teste de redução ao valor recuperável (teste de "impairment") e obteve as seguintes informações sobre o direito de concessão:

– Valor em uso esperado para o direito: R\$ 50.000.000,00.

– Valor justo: não há valor justo porque o direito não pode ser negociado.

Na apuração do resultado do ano de 2015 a empresa deveria

(A) reconhecer uma despesa de amortização no valor de R\$ 2.000.000,00, apenas.

(B) reconhecer uma despesa de amortização no valor de R\$ 2.000.000,00 e uma perda por desvalorização no valor de R\$ 54.000.000,00.

(C) reconhecer uma despesa de amortização no valor de R\$ 6.000.000,00, apenas.

(D) reconhecer uma despesa de amortização no valor de R\$ 2.000.000,00 e uma perda por desvalorização no valor de R\$ 4.000.000,00.

(E) não deve reconhecer nenhuma despesa porque continua com o direito de exploração.

Comentário:

Vamos calcular:

1) Encontramos o valor contábil na data em que será feita a comparação.

Depreciação anual: $\$60.000.000 / 30 \text{ anos} = \$2.000.000$ por ano.

Até o final de 2015, temos 3 anos.

$3 \times \$ 2.000.000 = \$6.000.000$ de amortização acumulada

Valor contábil no final de 2015:

$\$60.000.000 - \$6.000.000 = \$54.000.000$

2) Encontramos o valor recuperável: **maior** entre valor justo e valor em uso.

– Valor em uso esperado para o direito: R\$ 50.000.000,00.



– Valor justo: não há valor justo porque o direito não pode ser negociado.

3) Comparamos o valor recuperável com o valor contábil:

3.1) Valor contábil maior que valor recuperável: fazemos a redução do valor.

3.2) Valor contábil menor que valor recuperável: nada há que ser feito, em homenagem ao princípio da prudência.

Como o valor recuperável é de \$50.000.000, a empresa, em 2015, deve reconhecer uma amortização de \$2.000.000 e uma perda por desvalorização de R\$ 4.000.000.

O gabarito é letra d.

(Auditor Fiscal/SEFAZ PI/2015) Em 30/09/2012, uma empresa adquiriu veículos pelo valor de R\$ 180.000,00. Todos os veículos têm vida útil econômica de 5 anos para a empresa e o valor residual estimado para todos os veículos, em conjunto, no final do 5º ano é R\$ 30.000,00. A empresa adota o método das quotas constantes para o cálculo da despesa mensal de depreciação. No final de 2012, a empresa realizou o teste de recuperabilidade do custo ("impairment") para os bens do ativo imobilizado e identificou os valores disponíveis, conforme a tabela a seguir, referentes aos veículos adquiridos em 30/09/2012:

Data	Valor Justo	Valor em uso
31/12/2012	R\$ 155.000,00	R\$ 170.000,00

O valor contábil dos veículos, considerados em conjunto, evidenciado no Balanço Patrimonial de 31/12/2012 foi, em reais:

- a) 172.500,00
- b) 180.000,00
- c) 155.000,00
- d) 170.000,00
- e) 171.000,00

Comentário:

Então, vamos seguir os Passos Detalhados Para o Cálculo da Valor Recuperável

1) Encontramos o valor contábil na data em que será feita a comparação.

Vamos calcular a depreciação acumulada e depois o valor contábil dos veículos, para comparar com o valor recuperável.

Vamos aos cálculos:

Valor original	R\$ 180.000,00
(-) Valor residual	-R\$ 30.000,00
= Valor depreciável	R\$ 150.000,00



A vida útil é de 5 anos, ou seja, 60 meses. A depreciação mensal é de:

$$\$150.000,00 / 60 \text{ meses} = \$ 2.500,00 \text{ por mês.}$$

A depreciação acumulada será de 3 meses (de 30/09/2012 ao final de 2012):

$$\text{Depreciação acumulada} = \$2.500 \times 3 \text{ meses} = \$7.500,00$$

Assim:

Valor original	R\$ 180.000,00
<u>(-) Depreciação Acumulada</u>	<u>-R\$ 7.500,00</u>
= Valor contábil	R\$ 172.500,00

2) Encontramos o valor recuperável: maior entre valor justo e valor em uso.

O valor recuperável é o maior entre o valor em uso e o valor justo líquido realizável de venda.

Entre o "valor justo" e o "valor em uso", o maior é o valor em uso de \$ 170.000,00.

3) Comparamos o valor recuperável com o valor contábil:

3.1) Valor contábil maior que valor recuperável: fazemos a redução do valor.

3.2) Valor contábil menor que valor recuperável: nada há que ser feito, atendendo ao princípio da prudência.

Agora é só comparar:

$$\text{Valor contábil} = \$172.500,00$$

$$\text{Valor Recuperável} = \$ 170.000,00$$

Como o Valor Recuperável é menor, a empresa contabiliza um Ajuste para perdas com Impairment:

D – Perdas com teste de Recuperabilidade (resultado)	2.500,00
C – Ajuste para perda com Recuperabilidade (Ret. Ativo)	2.500,00

E o valor contábil (que é o valor evidenciado no Balanço Patrimonial) fica assim:

Valor original	R\$ 180.000,00
(-) Depreciação Acumulada	-R\$ 7.500,00
<u>(-) Ajuste para perda com recuperabilidade</u>	<u>-R\$ 2.500,00</u>
=Valor contábil	R\$ 170.000,00

O gabarito é letra d.



Periodicidade De Realização Do Impairment Test

9. A entidade deve avaliar ao fim de cada período de reporte se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo.

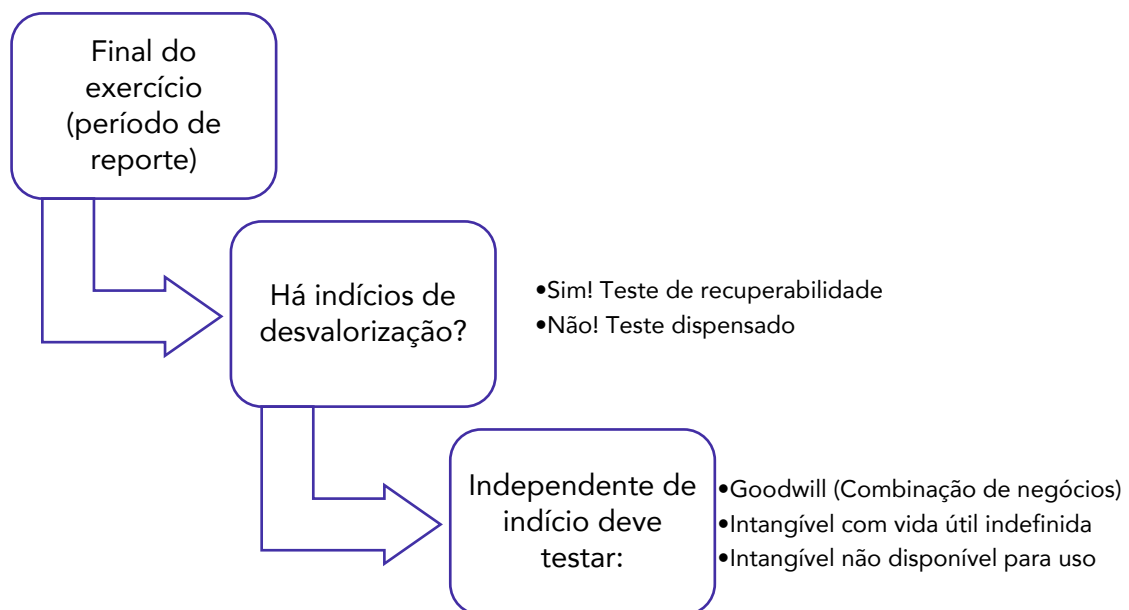
Em síntese, funciona assim: Para os ativos em geral (como os imobilizados), a empresa deve verificar se **há indícios de desvalorização** no final do período de reporte (exercício social). Havendo indícios, a empresa faz uma estimativa formal da recuperabilidade. Não havendo, esta estimativa formal está dispensada.

Portanto, no final do exercício, vamos e damos uma olhada: há indício de desvalorização? Sim! Teste de recuperabilidade. Não? Então, o teste está dispensado.

Todavia, existem três ativos que devem ser avaliados formalmente, ainda que não haja indícios de perda. São eles:

- Goodwill
- Intangível com vida indefinida
- Intangível que ainda não está em uso.

Em suma:



Mas, professores, por que essas exceções à regra?

Os ativos em geral, como os imobilizados, por exemplo, têm reduções em seus valores ao longo do tempo (depreciação, amortização, exaustão). Então, mesmo que um ativo imobilizado esteja avaliado contabilmente por um valor superior ao seu valor recuperável, a redução em seu valor com o decurso de sua vida útil, gerada, por exemplo, pela depreciação, vai acabar por diminuir o seu valor contábil, o que atenua esse registro contábil por valor superior ao recuperável.

Por sua vez, **o goodwill, o intangível com vida útil indefinida e o ativo intangível são ativos que têm a característica comum de não sofrer amortização**. Isto é, os seus valores não diminuem com o curso do tempo, como ocorre com os outros ativos que têm amortização, depreciação, exaustão etc. Não temos uma base sistemática para a alocação da amortização.

Caso o registro destes três tipos de ativos estejam por valores superiores aos seus valores recuperáveis, permaneceriam assim caso nenhuma providência fosse tomada.

Por este motivo o CPC dispensou atenção maior a estes ativos, dispondo:

10. Independentemente de existir, ou não, qualquer indicação de redução ao valor recuperável, a entidade deve:

(a) testar, no mínimo anualmente, a redução ao valor recuperável de um ativo intangível com vida útil indefinida ou de um ativo intangível ainda não disponível para uso, comparando o seu valor contábil com seu valor recuperável. Esse teste de redução ao valor recuperável pode ser executado a qualquer momento no período de um ano, desde que seja executado, todo ano, no mesmo período. Ativos intangíveis diferentes podem ter o valor recuperável testado em períodos diferentes. Entretanto, se tais ativos intangíveis foram inicialmente reconhecidos durante o ano corrente, devem ter a redução ao valor recuperável testada antes do fim do ano corrente; e

(b) testar, anualmente, o ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) em combinação de negócios, de acordo com os itens 80 a 99.

Precisamos destacar que falar que um ativo intangível tem vida útil indefinida não significa dizer que ele tenha vida útil infinita, eterna.

Já para os intangíveis de vida útil determinada mantém-se a prática de alocar seu custo de aquisição ao resultado com base no período determinado e se houver meios de determinar o valor residual para fins de amortização este deverá ser utilizado. Além da sujeição ao teste de recuperabilidade (ao final do período de reporte, havendo indícios de desvalorização).

A seguir, um quesito:



(Auditor de Controle Externo/TCM – GO/2015) A Cia. PAR possuía, em 31/12/2013, um ativo imobilizado para o qual as seguintes informações, após o reconhecimento da despesa de depreciação para o ano de 2013, eram conhecidas:

Custo de aquisição	R\$ 700.000,00
(-) Depreciação acumulada	-R\$ 300.000,00
(=) Valor contábil do ativo	R\$400.000,00

Nesta mesma data (31/12/2013) a Cia. realizou o Teste de Recuperabilidade do Ativo (teste de *impairment*) e obteve as seguintes informações:

Valor em uso do ativo	R\$ 380.000,00
Valor justo líquido das despesas de venda	R\$ 350.000,00

Ao elaborar as Demonstrações Contábeis referentes ao ano de 2013, o valor contábil deste ativo que a Cia. PAR evidenciou em seu Balanço Patrimonial de 31/12/2013 foi, em reais,

- a) 400.000,00.
- b) 380.000,00.
- c) 350.000,00.
- d) 700.000,00.
- e) 370.000,00.

Comentários:

Temos que:

Valor contábil = \$ 400.000

Valor Recuperável = o maior entre o Valor em uso e o Valor justo líquido das despesas de vendas = \$380.000

Como o valor recuperável é menor que o valor contábil, a empresa reconhece uma perda e o ativo ficará evidenciado, no Balanço Patrimonial, pelo valor recuperável de \$380.000. O gabarito é letra b.

Indo mais fundo! Se a empresa tiver perda por recuperabilidade registrada no exercício X0, por exemplo, e ocorrer o aumento do valor recuperável no exercício X1, ela deve fazer a reversão dessa perda registrada anteriormente, como **uma receita**.

Há um limite que é o valor contábil que o bem tinha antes de reconhecer qualquer perda, vejam:

110. A entidade deve avaliar, ao término de cada período de reporte, se há alguma indicação de que a perda por desvalorização reconhecida em períodos anteriores para um ativo, exceto o ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill), possa não mais existir ou ter diminuído. Se existir alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável desse ativo.



Observemos como isso pode ser cobrado em provas:

(Contador) ADAF/2018) Determinada empresa possuía, em 31/12/2016, um ativo imobilizado, o qual estava contabilizado por R\$ 500.000,00, sendo composto pelos seguintes valores:

- a) Custo de Aquisição: R\$ 600.000,00;
- b) Perda por Desvalorização (reconhecida em 2015): R\$ 100.000,00.

Em dezembro de 2016, a empresa realizou novamente o Teste de Recuperabilidade desse Ativo Imobilizado (Teste de Impairment) e obteve as seguintes informações:

- a. Valor em Uso do Ativo Imobilizado: R\$ 520.000,00; e
- b. Valor Justo Líquido das Despesas de Venda do Ativo Imobilizado: R\$ 600.000,00.

De acordo com as informações apresentadas, a empresa, em dezembro de 2016,

- a) não alterou o valor contábil do ativo imobilizado.
- b) reconheceu perda por desvalorização no valor de R\$ 50.000,00.
- c) reconheceu um ganho no valor de R\$ 50.000,00.
- d) reconheceu um ganho no valor de R\$ 100.000,00.
- e) reconheceu uma perda no valor de R\$ 100.000,00.

Comentários:

Vamos aplicar o Teste de Recuperabilidade:

Valor em Uso do Ativo Imobilizado = R\$ 520.000,00;

e Valor Justo Líquido das Despesas de Venda do Ativo Imobilizado: R\$ 600.000,00.

Valor Recuperável = MAIOR entre os dois acima: 600.000

Valor Contábil = Custo de Aquisição - Perda por Desvalorização (reconhecida em 2015)

Valor Contábil = R\$ 600.000,00 - R\$ 100.000,00 = R\$ 500.000

Caso não houvesse perda por recuperabilidade já registrada de exercícios anteriores, não seria necessário fazer qualquer ajuste, pois o valor contábil é menor do que o valor recuperável. Mas, tenham cuidado, como há perda registrada de exercícios anteriores, temos que fazer a reversão da perda. Vejamos a contabilização:

D – Perdas estimadas por recuperabilidade (retificadora do ativo)	R\$ 100.000
C – Receita de reversão com perdas por recuperabilidade	R\$ 100.000

O gabarito é letra d.



O QUE EU TENHO QUE SABER ATÉ AQUI?

- 1) O que é o teste de recuperabilidade? Um procedimento aplicados a ativos imobilizados e intangíveis que tem o fito de assegurar que ativos não estejam avaliados por valores superiores ao de recuperação.
- 2) Saber o artigo 183, parágrafo 3º.
- 3) Saber o conceito de valor recuperável, valor justo líquido de despesa de venda e valor em uso.
- 4) Valor recuperável é o maior entre valor justo e valor em uso.
- 5) Saber a periodicidade de realização do teste de recuperabilidade: se houver indícios, no término do período de reporte. Mas, independentemente disso, anualmente, para: goodwill, ativo intangível com vida útil indefinida ou ainda não disponível para uso.

IDENTIFICAÇÃO DE QUE UM ATIVO PODE ESTAR DESVALORIZADO

Como dito, a **desvalorização se dá quando o valor contábil excede o valor recuperável**. A entidade deve avaliar ao fim de cada período de reporte se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade deve fazer uma estimativa formal do valor recuperável do ativo. Não havendo indícios dessa desvalorização, dispensada está essa estimativa formal.

Mas **como as empresas avaliam se o ativo está ou não desvalorizado**? Quais seriam os fatores que indicam?

Bem, o CPC 01 trouxe alguns indicadores, **não exaustivos**, ou seja, sem prejuízo de outros apurados, que podem ser tanto internos quanto externos.

São eles:

Indicadores Externos:

(a) há indicações observáveis de que o valor do ativo diminuiu significativamente durante o período, mais do que seria de se esperar como resultado da passagem do tempo ou do uso normal; **(Alterada pela Revisão CPC 03)**



(b) mudanças significativas com efeito adverso sobre a entidade ocorreram durante o período, ou ocorrerão em futuro próximo, no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal, no qual a entidade opera ou no mercado para o qual o ativo é utilizado;

(c) as taxas de juros de mercado ou outras taxas de mercado de retorno sobre investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afetarão a taxa de desconto utilizada no cálculo do valor em uso de um ativo e diminuirão materialmente o valor recuperável do ativo;

(d) o valor contábil do patrimônio líquido da entidade é maior do que o valor de suas ações no mercado;

Fontes internas de informação:

(e) evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo;

(f) mudanças significativas, com efeito adverso sobre a entidade, ocorreram durante o período, ou devem ocorrer em futuro próximo, na extensão pela qual, ou na maneira na qual, um ativo é ou será utilizado. Essas mudanças incluem o ativo que se torna inativo ou ocioso, planos para descontinuidade ou reestruturação da operação à qual um ativo pertence, planos para baixa de ativo antes da data anteriormente esperada e reavaliação da vida útil de ativo como finita ao invés de indefinida;

(g) evidência disponível, proveniente de relatório interno, que indique que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado;

Dividendo de controlada, empreendimento controlado em conjunto ou coligada

(h) para um investimento em controlada, empreendimento controlado em conjunto ou coligada, a investidora reconhece dividendo advindo desse investimento e existe evidência disponível de que:

(i) o valor contábil do investimento nas demonstrações contábeis separadas excede os valores contábeis dos ativos líquidos da investida reconhecidos nas demonstrações consolidadas, incluindo eventual ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill); ou

(ii) o dividendo excede o total de lucro abrangente da controlada, empreendimento controlado em conjunto ou coligada no período em que o dividendo é declarado.



Esquematemizemos:

Principais indicadores de desvalorização	
Indicadores externos	Indicadores internos
Valor do ativo diminuiu mais do que o normal	Obsolescência ou dano físico do ativo
Mudanças tecnológicas	Mudanças dentro da estrutura da sociedade
Taxas de juros aumentaram	Desempenho pior que o esperado
Valor contábil do PL é maior que o valor de mercado	

Se, depois de feita a estimativa formal para um ativo intangível, mantiver-se razoável certeza de que o valor recuperável é maior do que o valor contábil, não há necessidade de se proceder à nova avaliação nos períodos que se seguem, se não houver vestígios de mudança neste cenário ou se o valor recuperável deste ativo for pouco elástico em relação a mudanças no ambiente.

Se houver uma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização, isso pode indicar que a vida útil remanescente, o método de depreciação, amortização e exaustão ou o valor residual para o ativo necessitem ser revisados e ajustados, mesmo que os cálculos posteriormente indiquem não ser necessário reconhecer uma desvalorização para o ativo.

MENSURAÇÃO DO VALOR RECUPERÁVEL

Lembremo-nos:

Valor Recuperável → **Maior** valor entre:

- a) valor líquido de despesas de venda;
- b) valor de uso.

Uma questão de prova pode conter o seguinte questionamento: Para a análise do valor recuperável, será sempre necessário calcular-se o valor líquido de despesas de venda e o valor de uso. A resposta deve ser assinalada como falsa.

O Pronunciamento 01 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) diz que se qualquer desses valores excederem o valor contábil do ativo, este não tem desvalorização e, portanto, não é necessário estimar o outro valor. Lembrem-se de que só serão feitos ajustes quando o valor contábil for maior que o recuperável.



19. Nem sempre é necessário determinar o valor justo líquido de despesas de venda de um ativo e seu valor em uso. Se qualquer um desses montantes exceder o valor contábil do ativo, este não tem desvalorização e, portanto, não é necessário estimar o outro valor.

Exemplificando, rapidamente:

- Valor contábil 100.000,00
- Valor justo líquido de despesa de venda 130.000,00

Não haverá necessidade de se calcular o valor em uso, já que o valor justo líquido de despesa de venda já superou o valor contábil.

Pode ocorrer, também, de não ser possível determinar qual o valor justo líquido de despesa de venda a se obter, hipótese em que não será necessário calculá-lo. Neste caso, o valor de uso será considerado como o valor recuperável.

21. Se não há razão para acreditar que o valor em uso de um ativo exceda materialmente seu valor justo líquido de despesa de venda, o valor justo líquido de despesas de venda do ativo pode ser considerado como seu valor recuperável. Esse será frequentemente o caso para um ativo que é mantido para alienação. Isso ocorre porque o valor em uso de um ativo mantido para alienação corresponderá principalmente às receitas líquidas da baixa, uma vez que os futuros fluxos de caixa do uso contínuo do ativo, até sua baixa, provavelmente serão irrisórios.

Como regra, o valor recuperável deve ser determinado para ativos individualmente.

VALOR JUSTO LÍQUIDO DE DESPESAS DE VENDA

28. As despesas com a baixa, exceto as que já foram reconhecidas como passivo, devem ser deduzidas ao se mensurar o valor justo líquido de despesas de alienação. Exemplos desses tipos de despesas são as despesas legais, tributos, despesas com a remoção do ativo e gastos diretos incrementais para deixar o ativo em condição de venda. Entretanto, as despesas com demissão de empregados e as associadas à redução ou reorganização de um negócio em seguida à baixa de um ativo não são despesas incrementais para baixa do ativo. (Alterado pela Revisão CPC 03).



VALOR DE USO

O valor de uso de um ativo é o valor de caixa gerado – na verdade, é o valor que se espera gerar - pela utilização do bem em sua vida útil ajustado a valor presente por uma taxa de desconto.

Se o uso de um ativo em separado não criar, por si só, entradas de caixa independentes de outros ativos, o procedimento deve ser realizado em relação ao grupo de ativos (ao qual o ativo em comento pertença), cujo uso gere caixa, de forma independente dos demais ativos, esse grupo de ativos é denominado **unidade geradora de caixa**.

31. A estimativa do valor em uso de um ativo envolve os seguintes passos:

- (a) estimar futuras entradas e saídas de caixa decorrentes de uso contínuo do ativo e de sua baixa final; e
- (b) aplicar taxa de desconto adequada a esses fluxos de caixa futuros.

Exemplo: Supondo que estamos no ano de X0 e que se espera que um ativo gere receitas para os anos de X1 e X2 no valor de \$ 100.000,00, ao final de cada ano. Qual será o valor de uso, supondo uma taxa de desconto de 10%?

Resposta: O valor de uso será encontrado através da seguinte fórmula:

$$\text{Valor de uso} = \sum \left(\frac{\text{Fluxos de Caixa Esperados em } n}{(1+i)^n} \right)$$

Logo, o nosso valor de uso na questão será:

$$\text{Valor de uso} = \frac{100.000}{(1+0,1)^1} + \frac{100.000}{(1+0,1)^2} = 90.909,10 + 82.644,60 = \$ 173.553,70$$



BASE PARA ESTIMATIVAS DE FLUXOS DE CAIXA FUTUROS

As estimativas de fluxos de caixa para se achar o valor de uso devem ser razoáveis, com análise econômica mais profunda sobre o ambiente externo. A análise do fluxo de caixa também deve se basear em políticas mais recentes adotadas pela empresa e abranger um **período máximo de 5 anos adiante** (salvo se se justificar período mais longo). Todavia, deve-se excluir qualquer estimativa de fluxo de caixa que se espera surgir das reestruturações futuras ou da melhoria ou aprimoramento do desempenho do ativo.

35. Geralmente, orçamentos e previsões financeiras de fluxos de caixa futuros para períodos superiores a cinco anos, detalhados, explícitos e confiáveis, não estão disponíveis. Por essa razão, as estimativas da administração de fluxos de caixa futuros devem ser baseadas nos mais recentes orçamentos e previsões para um período máximo de cinco anos. A administração pode utilizar projeções de fluxo de caixa baseadas em orçamentos e previsões financeiras para um período superior a cinco anos se estiver convicta de que essas projeções são confiáveis e se puder demonstrar sua capacidade, baseada na experiência passada, de fazer previsão acurada de fluxo de caixa para esse período mais longo.

As estimativas de fluxos de caixa futuros devem ser estimadas para o ativo no estado em que se encontrarem, em suas condições atuais (atenção: não devemos considerar eventuais futuras melhorias no ativo) e incluir:

- (1) projeções de entradas de caixa a partir do uso contínuo do ativo;
- (2) projeções de saídas de caixa, necessárias para gerar as entradas de caixa; e
- (3) fluxos de caixa, a serem recebidos ou pagos pela baixa do ativo.

Se a taxa de desconto considerar o aumento de preços, como no caso da inflação, os fluxos de caixa projetados devem estar em valores nominais; ao contrário, se os fluxos de caixa estiverem projetados em moeda de valor constante, a taxa de desconto não deve conter embutida a inflação do período.

Se uma questão pedir para calcularmos o fluxo de caixa e der valores a serem recebidos, como clientes, e valores a pagar, como salários a pagar, não devemos incluí-los para cálculo do valor de uso.

A estimativa de fluxos de caixa líquidos a serem recebidos ou pagos pela alienação de um ativo no fim de sua vida útil deve ser o montante que a entidade espera obter da alienação do ativo,



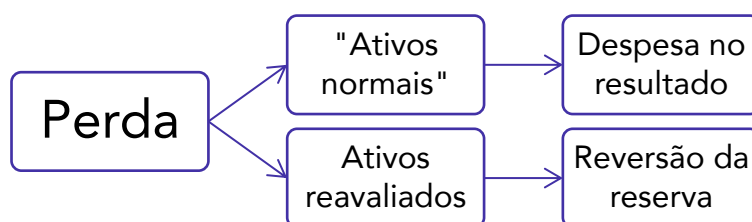
em uma transação com isenção de interesses entre partes conhecedoras e interessadas, após deduzir as despesas estimadas da alienação.

RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO DE UMA PERDA POR DESVALORIZAÇÃO

Se, e somente se, o valor recuperável de um ativo for inferior ao seu valor contábil, o valor contábil do ativo deve ser reduzido ao seu valor recuperável. Essa redução representa uma perda por desvalorização do ativo.

Segundo a norma, essa **perda deve ser reconhecida no resultado do exercício (outras despesas), exceto se o ativo tiver sido reavaliado; neste caso a perda será lançada como reversão da reserva de reavaliação.**

Esquematizemos:



62. Quando o montante estimado da perda por desvalorização for maior do que o valor contábil do ativo ao qual se relaciona, a entidade deve reconhecer um passivo se, e somente se, isso for exigido por outro Pronunciamento Técnico.

Imaginemos agora uma situação: Um ativo vale, contabilmente, R\$ 1.000. A perda estimada, todavia, foi avaliada em R\$ 1.500. O que fazer nesta situação? O CPC manda que se constitua uma conta no Passivo (obrigação), no valor da diferença, no caso concreto de R\$ 500, **se outra norma mandar que assim se faça.**

A situação acima pode ser exemplificada da seguinte forma: uma empresa possui uma mina com valor de \$100 milhões. Repentinamente, o minério se esgota. A mina passa a valor zero. Mas, além disso, a empresa deve recompor o ambiente (fechar a entrada da mina, reflorestar etc.), e, para isso, vai gastar \$ 2 milhões. Assim, a empresa zera o ativo (reconhece uma perda por recuperabilidade no valor da mina, no imobilizado) e reconhece um passivo de 2 milhões.

Depois de calculada a perda por desvalorização de um ativo, já devidamente lançada no ativo, devemos proceder ao reajuste dos cálculos de depreciação, amortização e exaustão. Por exemplo, um ativo no valor de R\$ 1.000, depreciado em 10 anos (10% ao ano, R\$ 100 por ano), já utilizado por 5 anos, sem valor residual, teve registrada uma perda por desvalorização no valor de R\$ 250.



O valor contábil é de R\$ 1.000 – R\$ 500 (depreciação de 5 anos) = R\$ 500.

Com a perda, fica assim: R\$ 1.000 – R\$ 500 – R\$250 = R\$ 250

Vejam que faltam 5 anos para que o ativo seja depreciado totalmente. Porém, houve uma desvalorização, para R\$ 250 (R\$ 500 – R\$ 250). Assim, não mais deveremos calcular a depreciação no valor de R\$ 100, por ano, mas devemos reajustá-la. $R\$ 250/5 \text{ anos} = R\$ 50/\text{ano}$.

PERDA POR RECUPERABILIDADE DE ATIVOS REAVALIADOS

Segundo o CPC 01:

59. Se, e somente se, o valor recuperável de um ativo for inferior ao seu valor contábil, o valor contábil do ativo deve ser reduzido ao seu valor recuperável. Essa redução representa uma perda por desvalorização do ativo.

Diz, ainda, a norma referida que:

60. A perda por desvalorização do ativo deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado, **a menos que o ativo tenha sido reavaliado. Qualquer desvalorização de ativo reavaliado deve ser tratada como diminuição do saldo da reavaliação.**

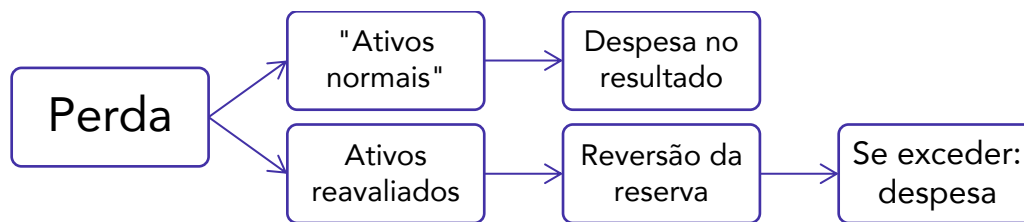
Todavia, o dispositivo não pode ser interpretado por si só. Devemos fazer uma leitura conjugada com o dispositivo seguinte do Pronunciamento Contábil:

61. A perda por desvalorização de ativo não reavaliado deve ser reconhecida na demonstração do resultado do exercício. Entretanto, a perda por desvalorização de ativo reavaliado deve ser reconhecida em outros resultados abrangentes (na reserva de reavaliação) na extensão em que a perda por desvalorização não exceder o saldo da reavaliação reconhecida para o mesmo ativo. Essa perda por desvalorização sobre o ativo reavaliado reduz a reavaliação reconhecida para o ativo.

Com efeito, a perda por desvalorização de ativo reavaliado só é reconhecida como diminuição do saldo da reavaliação à medida que haja saldo para tanto na reavaliação. Excedendo-se este montante, o valor deverá ser reconhecido como despesa, no resultado do exercício.



Esquematizemos:



Agora, uma questão:

(Analista Judiciário/TRE/CE/2012) Considere os dados abaixo:

Dados	
Valor histórico da máquina	R\$ 1.300.000,00
Reavaliação da máquina	R\$ 200.000,00
Perda de valor recuperável do ativo contabilizada	R\$ 130.000,00
Novo valor da perda de valor recuperável calculada	R\$ 230.000,00

O registro contábil complementar que deverá ser efetuado com relação a perda do valor recuperável é:

- (A) Débito: Ativo – Perda de valor recuperável – R\$ 100.000,00
Crédito: Despesa – Perda de valor recuperável – R\$ 100.000,00.
- (B) Débito: Despesa – Perda de valor recuperável – R\$ 100.000,00
Crédito: Ativo – Perda de valor recuperável – R\$ 100.000,00.
- (C) Débito: Despesa – Perda de valor recuperável – R\$ 70.000,00
Débito: Patrimônio Líquido – Reserva de Reavaliação – Perda de Valor Recuperável – R\$ 30.000,00
Crédito: Ativo – Perda de valor recuperável – R\$ 100.000,00.
- (D) Débito: Despesa – Perda de valor recuperável – R\$ 30.000,00
Débito: Patrimônio Líquido – Reserva de Reavaliação – Perda de Valor Recuperável – R\$ 70.000,00
Crédito: Ativo – Perda de valor recuperável – R\$ 100.000,00.
- (E) Débito: Despesa – Perda de valor recuperável – R\$ 230.000,00
Crédito: Ativo – Perda de valor recuperável – R\$ 230.000,00.

Comentários:

O ativo tem valor de R\$ 1.300.000,00, sendo que há uma reserva de reavaliação reconhecida no PL no valor de R\$ 200.000,00.



Ativo		Patrimônio líquido	
Máquina	R\$ 1.300.000,00	Reserva de reavaliação	R\$ 200.000,00

A primeira perda registrada monta a R\$ 130.000,00 e deverá ser lançada do seguinte modo:

D – Reserva de reavaliação	130.000,00
C – Ativo – Perda de valor recuperável	130.000,00

Razonetes:

Reserva de reav. (PL)		Ajuste ao valor recuperável	
R\$	130.000,00	R\$	200.000,00
			R\$ 130.000,00

Ficará assim:

Ativo		Patrimônio líquido	
Máquina	R\$ 1.300.000,00	Reserva de reavaliação	R\$ 70.000,00
(-) Ajuste - Valor recuper.	-R\$ 130.000,00		

Contudo, após nova avaliação, tem-se que o valor da perda por teste de recuperabilidade não será de R\$ 130.000,00, mas, sim, de R\$ 230.000,00, ou seja, teremos mais R\$ 100.000,00 “perdidos”.

Desta maneira, teremos de complementar o lançamento. Inicialmente, devemos consumir todo o saldo existente na reserva de reavaliação, isto é, o valor de R\$ 70.000,00.

O restante, no valor de R\$ 30.000,00, deverá ser lançado no resultado.

Tudo em contrapartida contra a redução ao valor recuperável de ativos – conta credora, redutora do ativo não circulante imobilizado.

Lançamentos:

D – Despesa - Perda por ajuste ao valor recuperável	30.000,00
D – Reserva de reavaliação	70.000,00
C - Redução ao valor recuperável de ativos	100.000,00

Razonetes:

Reserva de reav. (PL)		Ajuste ao valor recuperável	
R\$	130.000,00	R\$	200.000,00
R\$	70.000,00		R\$ 130.000,00
R\$	-		R\$ 100.000,00
			R\$ 230.000,00
Despesa - Perda V. Recup.			
R\$	30.000,00		
R\$	30.000,00		

Fica assim:



Ativo		Patrimônio líquido	
Máquina	R\$ 1.300.000,00	Reserva de reavaliação	R\$ -
(-) Ajuste - Valor recuper.	-R\$ 230.000,00		

Observação: para fins didáticos, vamos desconsiderar o total do ativo = passivo + PL, bem como as contas de resultado.

O gabarito é, portanto, letra d.

IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE GERADORA DE CAIXA À QUAL UM ATIVO PERTENCE

Se houver qualquer indicação de que um ativo possa estar desvalorizado, o valor recuperável deve ser estimado individualmente para cada ativo. Se não for possível estimar o valor recuperável individualmente, a entidade deve determinar o valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence (a unidade geradora de caixa do ativo). Portanto, para a prova:

1. Estima-se o valor recuperável do ativo individualmente! Impossível?
2. Estima-se o valor recuperável da unidade geradora de caixa! Veja o exemplo que se segue...

Exemplo 1: Uma entidade de mineração tem uma estrada de ferro particular para dar suporte às suas atividades de mineração. Essa estrada pode ser vendida somente pelo valor (residual) de sucata e ela não gera entradas de caixa provenientes de uso contínuo que sejam em grande parte independentes das entradas de caixa provenientes de outros ativos da mina.

Não é possível estimar o valor recuperável da estrada de ferro porque seu valor em uso não pode ser determinado e é provavelmente diferente do valor de sucata. Portanto, a entidade estima o valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual a estrada de ferro pertence, isto é, a mina como um todo.

Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo de ativos que gera entradas de caixa que são em grande parte independentes das entradas de caixa provenientes de outros ativos ou grupos de ativos. A identificação de uma unidade geradora de caixa requer julgamento. Se o valor recuperável não puder ser determinado para cada ativo, a entidade identifica o menor grupo de ativos que geram entradas de caixa, em grande parte independentes.

Exemplo 2: Uma entidade de ônibus fornece serviços, sob contrato, a um município que exige serviço mínimo em cada um de cinco percursos. Os ativos dedicados a cada percurso e os fluxos de caixa provenientes de cada percurso podem ser identificados separadamente. Um dos percursos opera com prejuízo significativo.



Como a entidade não tem a possibilidade de eliminar nenhum dos percursos, o nível mais baixo de entradas de caixa identificáveis, que são substancialmente independentes das entradas de caixa provenientes de outros ativos ou grupos de ativos, são as entradas de caixa geradas pelos cinco percursos juntos. A unidade geradora de caixa para cada percurso é a entidade de ônibus como um todo.

Para se identificar unidades geradoras de caixa de uma entidade, o CPC 01 propõe os seguintes critérios: 1) existência de mercado ativo para o produto resultante da atividade da unidade geradora de caixa – mesmo que sua produção seja consumida internamente (por outra unidade geradora de caixa da entidade).

As unidades geradoras de caixa devem ser identificadas de maneira consistente de período para período para o mesmo ativo ou tipos de ativos, a menos que haja justificativa para uma mudança.

VALOR RECUPERÁVEL E VALOR CONTÁBIL DE UMA UNIDADE GERADORA DE CAIXA

O valor recuperável de uma unidade geradora de caixa é o valor mais alto entre o valor líquido de venda e o valor em uso.

O valor contábil de uma unidade geradora de caixa deve ser determinado de maneira consistente com o modo pelo qual é determinado o valor recuperável de uma unidade geradora de caixa.

Para determinarmos o valor contábil de uma unidade geradora de caixa, incluímos apenas os ativos que gerem entradas de caixa ou participem para a sua futura geração.

Se houver uma compra com ágio ou deságio de determinado ativo, o valor contábil da unidade geradora de caixa deve incluir, também, esta condição.

Se uma questão de prova, prática, der um valor passivo da empresa e pedir para calcularmos o valor contábil de uma unidade geradora de caixa, não devemos incluir esta obrigação, a menos que seja parte indispensável do ativo.

Pode ser necessário considerar determinados passivos reconhecidos para determinar o valor recuperável da unidade geradora de caixa. Isso pode ocorrer se na alienação de uma unidade geradora de caixa há exigência de que o comprador assumira um passivo. Nesse caso, o valor justo líquido de despesa de venda, ou o fluxo de caixa estimado da baixa final da unidade geradora de caixa, é o preço de venda estimado para os ativos da unidade geradora de caixa e o passivo em conjunto, menos as despesas da baixa. A fim de efetuar uma comparação significativa entre o valor contábil da unidade geradora de caixa e seu valor recuperável, o saldo do passivo deve ser



deduzido ao se determinar tanto o valor em uso da unidade geradora de caixa quanto seu valor contábil.

Entendamos esse trecho por um exemplo trazido pela norma. As questões podem vir nestes moldes:

Exemplo 1: Uma entidade opera uma mina em um local no qual a legislação exige que o proprietário restaure o local ao encerrar suas operações de mineração. O gasto de restauração inclui a reposição da superfície ambiental, que precisou ser removida antes que as operações da mina se iniciassem. Uma provisão para os gastos de reposição da superfície ambiental foi reconhecida tão logo ela foi removida. Esse valor foi reconhecido como parte do custo da mina e está sendo depreciado durante a sua vida útil. O valor contábil da provisão para os gastos de restauração é \$500, que é igual ao valor presente desses gastos.

A entidade está testando a capacidade de recuperação do valor investido na mina. A unidade geradora de caixa da mina é ela, como um todo. A entidade recebeu várias ofertas de compra da mina, a um preço em torno de \$800. Esse preço considera o fato de que o comprador assume a obrigação de restaurar o que é necessário. As despesas de baixa da mina são ínfimas. Seu valor em uso é de aproximadamente \$1.200, excluindo os gastos de restauração. O valor contábil da mina é \$1.000.

O valor líquido de venda da unidade geradora de caixa é \$800. Esse valor considera os gastos de restauração que já foram provisionados. Como consequência, o valor em uso da unidade geradora de caixa é determinado depois de considerar os gastos de restauração, e é estimado em \$700 (\$1.200 menos \$500). O valor contábil da unidade geradora de caixa é \$500, que é o valor contábil da mina (\$1.000), menos o valor contábil da provisão para gastos de restauração (\$500). Portanto, o valor recuperável da unidade geradora de caixa supera seu valor contábil. Nada haverá que ser feito.

Explicamos! Esse teste de recuperabilidade é um pouco mais sofisticado do que o formato que estamos acostumados. Tem tratamento diferente para os gastos de recuperação da mina.

A empresa tem que restaurar o local, com um custo de 500.000. No momento inicial, ela contabiliza o custo da restauração:

D – Mina (Ativo Imobilizado).....500.000

C – Restauração a pagar (Passivo)....500.000

Os 500.000 do ativo se somam ao valor da mina e tudo começa a ser depreciado.

Num determinado momento, o valor contábil da mina (valor original + 500 de restauração - depreciação acumulada) é de \$ 1.000.000.



Atenção: o valor líquido da mina é de 500.000. Tem 1.000.000 de valor contábil e tem um passivo associado à mina (a restauração) de 500.000. Quanto vale a mina na contabilidade?

Resposta: 1.000.000 no ativo menos 500.000 no passivo.

Ai tem duas ofertas: uma, de venda no valor de 800.000, e a restauração corre por conta do comprador. A empresa proprietária da mina não tem mais que pagar 500.000 de restauração, se aceitar a venda.

Vamos comparar com o Valor em Uso, que é o dinheiro que a empresa vai receber se continuar usando a mina.

O valor em uso é de 1.200.000 que a empresa vai receber; porém, entretanto, todavia, contudo, tem que pagar 500.000 quando terminar de usar a mina. O valor total em uso, considerando o pagamento da restauração, é de \$700.000 (1200 – 500).

Vamos então comparar o valor de venda de 800 com restauração por conta do comprador com o valor contábil da mina.

Como a empresa não precisa mais restaurar, em caso de venda, vamos estornar o lançamento da restauração:

D - Restauração a pagar (Passivo)...500.000

C - Mina (Ativo Imobilizado).....500.000

Assim, não tem mais passivo (zerou a conta restauração a pagar) e a mina fica com valor de 500.000 (tinha valor de 1.000.000, creditamos 500.000). E comparamos 500.000 de novo valor contábil da mina com 800.000 de valor de venda, e não há perda de recuperabilidade.

Observação: Essa é a resolução com esses dados. Mas uma questão pode informar que, mesmo em caso de venda, a responsabilidade da restauração continua por conta da empresa vendedora. Assim, precisa ver o que a questão está indicando.



REVERSÃO DA PERDA POR DESVALORIZAÇÃO

110. A entidade deve avaliar, ao término de cada período de reporte, **se há alguma indicação de que a perda por desvalorização reconhecida em períodos anteriores para um ativo**, exceto o ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill), possa não mais existir ou ter diminuído. Se existir alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável desse ativo.

Ou seja, **haverá uma suspeita de que após a avaliação da perda, noutro exercício, ela deixou de existir ou possa ter diminuído**. Procederemos, neste caso, à estimação do valor recuperável do ativo.

Ao avaliar se há alguma indicação de que uma perda por desvalorização, reconhecida em períodos anteriores para um ativo, possa ter diminuído ou possa não mais existir, a entidade deve considerar, no mínimo, as seguintes indicações:

Fontes externas de informação

- (a) há indicação observáveis de que o valor de mercado do ativo tenha aumentado significativamente durante o período;
- (b) mudanças significativas, com efeito favorável sobre a entidade, tenham ocorrido durante o período, ou ocorrerão em futuro próximo, no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal no qual ela opera ou no mercado para o qual o ativo é destinado;
- (c) as taxas de juros de mercado ou outras taxas de mercado de retorno sobre investimentos tenham diminuído durante o período, e essas diminuições possivelmente tenham afetado a taxa de desconto utilizada no cálculo do valor em uso do ativo e aumentado seu valor recuperável materialmente;

Continuando...

Fontes internas de informação

- (d) mudanças significativas, com efeito favorável sobre a entidade, tenham ocorrido durante o período, ou se espera que ocorram em futuro próximo, na extensão ou na maneira por meio da qual o ativo é utilizado ou se espera que seja utilizado. Essas mudanças incluem custos incorridos durante o período para melhorar ou aprimorar o desempenho do ativo ou para reestruturar a operação à qual o ativo pertence;



(e) há evidência disponível advinda dos relatórios internos que indica que o desempenho econômico do ativo é ou será melhor do que o esperado.

Vejam que são todos **indicadores contrários àqueles que utilizamos para apreciar a desvalorização do ativo**. Lá, falávamos que a taxa de juros subiu, aqui, falamos que ela caiu. Lá, falávamos que o relatório indicava desempenho pior que o esperado. Aqui, o desempenho se saiu melhor que o esperado, e assim por diante.

113. Se houver indicação de que a perda por desvalorização reconhecida para um ativo, exceto o ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill), pode vir a não mais existir ou tenha diminuído, isso pode indicar que a vida útil remanescente, o método de depreciação, amortização ou exaustão ou o valor residual necessitem ser revisados ou ajustados conforme Pronunciamentos aplicáveis ao ativo, mesmo se nenhuma perda por desvalorização for revertida para o ativo.

Segundo a norma, a perda por desvalorização reconhecida em anos anteriores para um ativo, exceto o ágio decorrente de expectativa de rentabilidade futura, só será revertida se existiu uma mudança nas estimativas usadas para determinar o seu valor recuperável após a data em que a última desvalorização foi reconhecida. Se esse for o caso, procederemos à **reversão da perda por desvalorização (exceto para o ágio decorrente de rentabilidade futura – goodwill)**.

Esquematizemos:



Exemplificando. Um ativo tinha valor contábil de R\$ 100.000,00.

Em 31.12.X1 ficou claro que a entidade não conseguiria recuperar o valor, pois o valor em uso estimado era de R\$ 80.000,00, e o valor justo líquido de despesa de venda era de R\$ 70.000,00.

Faremos uma redução para R\$ 80.000,00 (valor recuperável, o maior dos dois).

O motivo da desvalorização foi a entrada de um novo concorrente no mercado. Esperava-se que a nova tecnologia tornasse obsoleta os produtos fabricados pelo ativo. Todavia, passado um ano, a nova tecnologia não teve confirmação do mercado e estimou-se que a empresa conseguiria recuperar R\$ 90.000,00.

Deste modo, procederemos à reversão do valor recuperável.

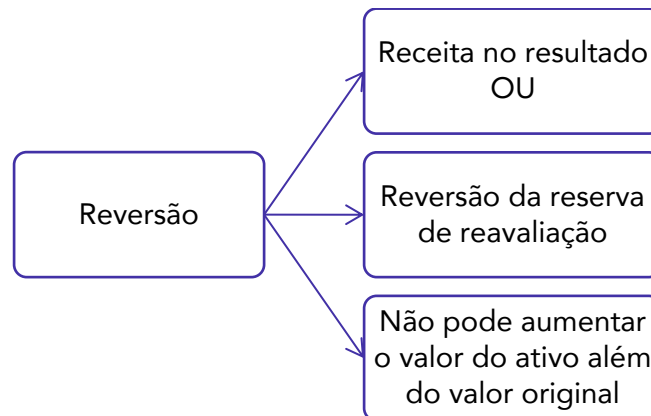
Observação: desconsideramos a depreciação, somente para fins didáticos.



A **reversão da perda por desvalorização não pode resultar em elevação do valor contábil do ativo acima do valor original.**

Qualquer aumento no valor contábil de um ativo acima do seu valor contábil que seria determinado, líquido de depreciação, amortização ou exaustão, caso não tivesse sido reconhecida, em anos anteriores, a perda por sua desvalorização, seria considerado uma reavaliação, procedimento extinto pela Lei 11.638/2007.

Esquematizemos:



Atenção! A reversão será reconhecida no resultado (como receita) ou como reversão da reserva de reavaliação, se o ativo tiver sido reavaliado.

Após reconhecer a reversão da perda com desvalorização, a despesa de depreciação, amortização ou exaustão para o ativo deve ser ajustada em períodos futuros, para apropriar o valor contábil revisado do ativo menos, se aplicável, seu valor residual, em base sistemática sobre sua vida útil remanescente.

Exemplo.

Ativo X

- Valor contábil em X1: 100.000,00
- Valor recuperável em X1: 80.000,00
- Redução em X1: 20.000,00 (ficará no balanço com valor de R\$ 80.000,00)

Vejamos o Balanço patrimonial:

Balanço Patrimonial	
Ativo X	100.000,00
(-) Ajuste ao valor recuperável	(20.000,00)
Valor contábil	80.000,00



O lançamento para registrar a perda foi:

D – Despesa com ajuste ao valor recuperável de ativos (despesa)	20.000
C – Ajuste ao valor recuperável – ativo x (reduzora do ativo)	20.000

Razonetes:

Despesa - Valor recup.	Ajuste Valor Recup.
R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00

Em X2, houve reversão parcial (de R\$ 10.000,00) desta desvalorização, pois as causas que ensejaram a diminuição deixaram de existir. O ativo deverá ficar com o valor contábil de R\$ 90.000,00.

O lançamento será:

D – Ajuste ao valor recuperável – ativo x (reduzora do ativo)	10.000
C – Reversão do ajuste ao valor recuperável (receita)	10.000

Razonetes:

Ajuste Valor Recup.	Reversão - Valor recuperável
R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00

No balanço, ficará assim:

Balanço Patrimonial	
Ativo X	100.000,00
(-) Ajuste ao valor recuperável	(10.000,00)
Valor contábil	90.000,00

Se o ativo era reavaliado, isto é, tinha uma reserva de reavaliação anterior reconhecida, a reversão da perda será feita contra a reversão da reserva de reavaliação.

D – Ajuste ao valor recuperável – ativo x (reduzora do ativo)	10.000
C – Reversão da reserva de reavaliação (PL)	10.000

Vejamos uma questão:



(Auditor/TCE/CE/2015) Em 10/10/2009, uma empresa adquiriu uma marca pelo valor de R\$ 14.000.000,00. Em 31/12/2011, registrou para esta marca uma perda por desvalorização ("impairment") no valor de R\$ 4.000.000,00. Em 31/12/2014, a empresa realizou novamente o teste de recuperabilidade ("impairment") para a mesma marca e obteve as seguintes informações:

Valor em uso da marca: R\$ 10.800.000,00.

Valor justo líquido das despesas de venda da marca: R\$ 9.400.000,00.

Como a marca apresenta naturalmente uma vida útil indefinida, a empresa, nas Demonstrações Contábeis do ano de 2014, deveria

A) reconhecer, no resultado do ano de 2014, um ganho no valor de R\$ 800.000,00 decorrente da reversão da perda por desvalorização.

B) manter o valor contábil de R\$ 10.000.000,00 no balanço patrimonial de 31/12/2014.

C) reconhecer uma perda por desvalorização no valor de R\$ 600.000,00 no resultado do ano de 2014.

D) reconhecer, no resultado do ano de 2014, um ganho no valor de R\$ 4.000.000,00 decorrente da reversão da perda por desvalorização.

E) reconhecer, no resultado do ano de 2014, uma perda por desvalorização no valor de R\$ 3.200.000,00.

Comentários:

O ativo intangível de vida útil indefinida não é amortizado.

O valor contábil da marca em 31/12/2014 era:

$$\$ 14.000.000 - \text{perda de } \$4.000.000 = \$10.000.000$$

O valor recuperável é o maior entre o valor em uso e o valor justo líquido das despesas de venda:

Valor em uso da marca: R\$ 10.800.000,00.

Valor justo líquido das despesas de venda: R\$ 9.400.000,00.

Assim, o valor recuperável é \$ 10.800.000. Como é maior que o valor contábil e a empresa reconheceu uma perda por impairment de \$4.000.000, a empresa deve reverter parcialmente a perda reconhecida, no valor de R\$ 800.000.

A reversão da perda anterior é contabilizada como uma receita na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE).

Com isso, a marca fica avaliada pelo valor recuperável, de \$10.800.000.

Atenção para o fato de que a FCC não diz que os motivos que ensejaram a perda anterior deixaram de existir. Ela simplesmente dá um valor recuperável maior do que o contábil e o candidato deve subentender.

O gabarito é a letra a.



DIVULGAÇÃO

A entidade deve divulgar as seguintes informações para cada classe de ativos:

- (a) o montante das perdas por desvalorização reconhecido no resultado do período e a linha da demonstração do resultado na qual essas perdas por desvalorização foram incluídas;
- (b) o montante das reversões de perdas por desvalorização reconhecido no resultado do período e a linha da demonstração do resultado na qual essas reversões foram incluídas;
- (c) o montante de perdas por desvalorização de ativos reavaliados reconhecido em outros resultados abrangentes durante o período; e
- (d) o montante das reversões das perdas por desvalorização de ativos reavaliados reconhecido em outros resultados abrangentes durante o período



QUESTÕES COMENTADAS – CPC 01 – FGV

1. (FGV/Auditor Fiscal de Tributos Municipais/SJC/2024) Em 01/01/2023, uma sociedade empresária adquiriu um terreno para usar em sua atividade fim por R\$120.000.

Em 31/12/2023, ela constatou que o valor justo líquido de despesas de venda do terreno era de R\$100.000. Já o valor em uso era estimado em R\$90.000.

Na data, deve-se reconhecer, na Demonstração do Resultado do Exercício da sociedade empresária, uma

- A) despesa financeira de R\$20.000.
- B) despesa financeira de R\$30.000.
- C) perda por desvalorização do ativo de R\$10.000.
- D) perda por desvalorização do ativo de R\$20.000.
- E) perda por desvalorização do ativo de R\$30.000.

Comentários:

Aplicação direta do Teste de Recuperabilidade em um ativo imobilizado (terreno).

Valor Contábil = R\$ 120.000

Valor justo líquido de despesas de venda do terreno = R\$100.000.

Valor em uso = R\$90.000

Valor Recuperável = R\$ 100.000, pois é o maior entre o valor em uso e o valor recuperável.

O valor contábil do ativo é R\$ 120.000 e o valor recuperável é de R\$ 100.000, assim, vamos reconhecer a perda por desvalorização de R\$ 20.000.

Gabarito: D

2. (FGV/Prefeitura de Caragatatuba/Controlador Interno/2024) Em 01/12/2021, um banco adquiriu de uma escola, o direito sobre a folha de pagamento dos professores e funcionários. Deste modo, o banco desembolsou R\$600.000 para que todos os salários da escola fossem pagos através dele durante cinco anos, a partir de 01/02/2022. Em 31/12/2022, o banco estimou que o direito adquirido poderia trazer benefícios de R\$510.000. Já em 31/12/2023, o banco estimou que o direito adquirido poderia trazer benefícios de R\$380.000.

Assinale a opção que indica a amortização acumulada da folha de pagamento em 31/12/2023.

- (A) R\$178.000.
- (B) R\$212.000.
- (C) R\$230.000.



(D) R\$240.000.

(E) R\$250.000.

Comentários:

Questão que trata do cálculo da amortização acumulada em conjunto com a aplicação do Teste de Recuperabilidade. Os direitos sobre a folha de pagamento representam ativos intangíveis, os quais serão amortizados pelo prazo de 5 anos utilizando o método das cotas constantes, visto que o examinador foi silente.

O banco desembolsou R\$600.000 para que todos os salários da escola fossem pagos através dele durante cinco anos, a partir de 01/02/2022. Portanto, o ativo começa a ser amortizado nessa data e a cota mensal de amortização será $600.000 / (5 \times 12) = 600.000 / 60 = R\$ 10.000/\text{mês}$.

Vamos analisar o que acontece em 31/12/2022.

Amortização Acumulada = $11 \times 10.000 = R\$ 110.000$

Valor Contábil do Ativo = $600.000 - 110.000 = R\$ 490.000$

Agora, o banco estimou que o direito adquirido poderia trazer benefícios de R\$510.000, nesse caso, não há perdas por desvalorização para reconhecer.

Agora, vamos a situação contábil do ativo em 31/12/2023, um ano após.

Amortização Acumulada = $23 \times 10.000 = R\$ 230.000$

Com isso, podemos marcar o nosso gabarito com sendo a alternativa "C".

Valor Contábil do Ativo = $600.000 - 230.000 = R\$ 370.000$

Observação: não era necessário para a resolução da questão, mas em 31/12/2023, o banco estimou que o direito adquirido poderia trazer benefícios de R\$380.000. Percebam que não há aqui perda por recuperabilidade para registramos.

Gabarito: C

3. (FGV/TRT13/Analista Contábil/2022) Uma sociedade empresária tinha uma van que era utilizada para o deslocamento de seus funcionários. A van foi comprada em 01/01/X1 por R\$200.000 e tinha vida útil avaliada em 10 anos. A sociedade empresária não estimava valor residual e depreciava os seus ativos imobilizados de acordo com o método da linha reta.

Em 31/12/X4, a sociedade empresária estimou que o valor justo líquido de despesas de venda da van era de R\$135.000. Já o valor em uso era de R\$100.000.

Assinale a opção que indica se há necessidade de reconhecimento de uma despesa relacionada à perda por recuperabilidade da van e, caso, positivo, por qual valor.



- (A) Sim. R\$10.000.
- (B) Sim. R\$15.000.
- (C) Sim. R\$20.000.
- (D) Sim. R\$35.000.
- (E) Não há.

Comentários:

Questão de aplicação direta do teste de Recuperabilidade previsto no CPC 01. O examinador nos ofereceu:

- Valor justo líquido de despesas de venda: R\$135.000.
- Valor em uso: \$100.000

O valor recuperável do ativo é o maior entre os dois: R\$ 135.000.

O valor contábil da van seria o custo menos a depreciação acumulada até o momento do teste. A vida útil do ativo era de 10 anos e ele foi usado por 4 anos, ou seja, $4/10 = 40\%$ de sua vida útil.

Assim sendo, a depreciação acumulada do ativo era de $200.000 \times 0,40 = R\$ 80.000$ e o valor contábil seria de $200.000 - 80.000 = R\$ 120.000,00$.

Percebam que o valor contábil do ativo é de R\$ 120.000 e o valor recuperável é maior, R\$ 135.000, portanto, não há perda por recuperabilidade a ser registrada.

Gabarito: E

4. (FGV/SEFAZ AM/Assistente Administrativo da Fazenda Estadual/2022) Uma sociedade empresária tinha um terreno, utilizado em seus negócios, que estava contabilizado por R\$100.000 em seu balanço patrimonial. No final do exercício, a sociedade empresária realizou uma avaliação do teste de recuperabilidade em seus ativos imobilizados. Ela constatou que o valor justo líquido de despesas diretas de venda do terreno era de R\$90.000, enquanto seu valor em uso era de R\$110.000.

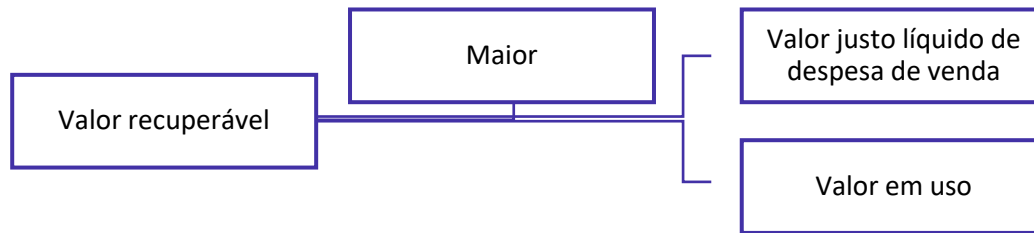
Assinale a opção que indica o impacto do teste nas contas patrimoniais da sociedade empresária.

- a) Aumento no ativo.
- b) Diminuição no ativo.
- c) Aumento no passivo.
- d) Diminuição no passivo.
- e) Não há impacto.

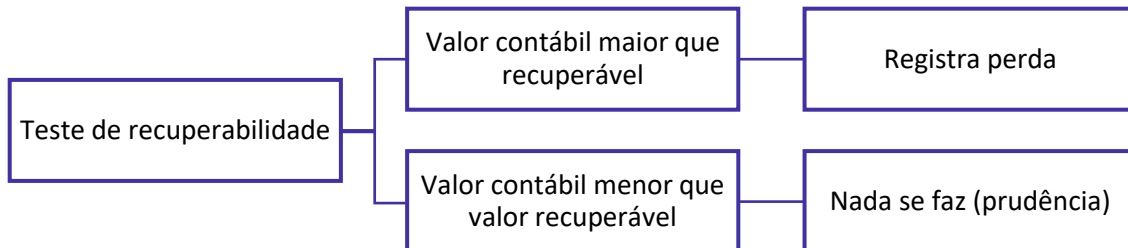
Comentários:

Questão que trata da aplicação do teste de recuperabilidade. Não podemos esquecer:





Contabilização do Teste de Recuperabilidade:



Valor justo líquido de despesas diretas de venda: R\$90.000,

Valor em uso era de R\$110.000

Valor Recuperável = R\$ 110.000

O valor contábil do ativo era R\$ 100.000, assim sendo, não há perda por recuperabilidade a ser registrada e não devemos fazer nenhuma contabilização.

Gabarito: E

5. (FGV/SEFAZ-ES/Auditor/2021) De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, ao avaliar se há indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização, uma entidade deve considerar algumas indicações.

Com relação a essas indicações, analise as afirmativas a seguir.

I. Há indicações de que o valor do ativo diminuiu significativamente durante o período, mais do que seria de se esperar como resultado da passagem do tempo ou do uso normal.

II. Ocorreram, durante o período, mudanças significativas com efeito adverso sobre a entidade ou ocorrerão em futuro próximo, no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal, no qual a entidade opera ou no mercado para o qual o ativo é utilizado.

III. Há evidências provenientes de relatórios realizados pela área de controladoria, que indicam que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado.

Assinale a opção que indica apenas as fontes externas de informação.

(A) I, somente.

(B) II, somente.

(C) I e II, somente.



(D) I e III, somente.

(E) II e III, somente.

Comentários:

Como as empresas avaliam se o ativo está ou não desvalorizado? Quais seriam os fatores que indicam?

Bem, o CPC 01 trouxe alguns indicadores, **não exaustivos**, ou seja, sem prejuízo de outros apurados, que podem ser tanto internos quanto externos. São eles:

Indicadores Externos:

(a) há indicações observáveis de que o valor do ativo diminuiu significativamente durante o período, mais do que seria de se esperar como resultado da passagem do tempo ou do uso normal; (Alterada pela Revisão CPC 03)

(b) mudanças significativas com efeito adverso sobre a entidade ocorreram durante o período, ou ocorrerão em futuro próximo, no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal, no qual a entidade opera ou no mercado para o qual o ativo é utilizado;

(c) as taxas de juros de mercado ou outras taxas de mercado de retorno sobre investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afetarão a taxa de desconto utilizada no cálculo do valor em uso de um ativo e diminuirão materialmente o valor recuperável do ativo;

(d) o valor contábil do patrimônio líquido da entidade é maior do que o valor de suas ações no mercado;

Fontes internas de informação:

(e) evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo;

(f) mudanças significativas, com efeito adverso sobre a entidade, ocorreram durante o período, ou devem ocorrer em futuro próximo, na extensão pela qual, ou na maneira na qual, um ativo é ou será utilizado. Essas mudanças incluem o ativo que se torna inativo ou ocioso, planos para descontinuidade ou reestruturação da operação à qual um ativo pertence, planos para baixa de ativo antes da data anteriormente esperada e reavaliação da vida útil de ativo como finita ao invés de indefinida;

(g) evidência disponível, proveniente de relatório interno, que indique que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado;

Dividendo de controlada, empreendimento controlado em conjunto ou coligada

(h) para um investimento em controlada, empreendimento controlado em conjunto ou coligada, a investidora reconhece dividendo advindo desse investimento e existe evidência disponível de que:



- (i) o valor contábil do investimento nas demonstrações contábeis separadas excede os valores contábeis dos ativos líquidos da investida reconhecidos nas demonstrações consolidadas, incluindo eventual ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill); ou
- (ii) o dividendo excede o total de lucro abrangente da controlada, empreendimento controlado em conjunto ou coligada no período em que o dividendo é declarado.

Esquematizemos:

Principais indicadores de desvalorização	
Indicadores externos	Indicadores internos
Valor do ativo diminuiu mais do que o normal	Obsolescência ou dano físico do ativo
Mudanças tecnológicas	Mudanças dentro da estrutura da sociedade
Taxas de juros aumentaram	Desempenho pior que o esperado
Valor contábil do PL é maior que o valor de mercado	

Vamos analisar as alternativas:

I. Há indicações de que o valor do ativo diminuiu significativamente durante o período, mais do que seria de se esperar como resultado da passagem do tempo ou do uso normal. **(Fontes Externas de informação, conforme previsão do item 12, a, do CPC 01.**

II. Ocorreram, durante o período, mudanças significativas com efeito adverso sobre a entidade ou ocorrerão em futuro próximo, no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal, no qual a entidade opera ou no mercado para o qual o ativo é utilizado. **Fontes Externas de informação, conforme previsão do item 12, b, do CPC 01.** Temos que ficar atentos, pois há o item 12, f, trata de fontes internas de informação e é bem parecido com o apresentado na questão, vejamos:

(f) mudanças significativas, com efeito adverso sobre a entidade, ocorreram durante o período, ou devem ocorrer em futuro próximo, na extensão pela qual, ou na maneira na qual, um ativo é ou será utilizado.

Mas ele não fala do ambiente tecnológico, de mercado - fatores externos, mas, sim, do uso do ativo pela empresa - fator interno.

III. Há evidências provenientes de relatórios realizados pela área de controladoria, que indicam que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado. **Fonte Internas de informação, conforme previsão do item 12, f, do CPC 01.**

Gabarito: C

6. (FGV/DPE-RJ/Contabilidade/2019) Uma entidade adquiriu um equipamento por R\$ 750.000,00, que entrou em operação em 01/01/20x5. O equipamento teve uma vida útil estimada de 12 anos, valor residual de R\$ 30.000,00 e tem depreciação apurada pelo método da linha reta. Em atenção ao desempenho do equipamento, em 02/01/20x9, a entidade contratou uma revisão da vida útil do ativo. O



relatório de revisão informou que a nova vida útil remanescente era de 10 anos, além de uma redução de R\$ 5.000,00 no valor residual.

Considerando que a entidade acatou o relatório e que não houve outras revisões, o valor líquido contábil do equipamento em 31/12/20x9 é:

- (A) R\$ 436.500,00;
- (B) R\$ 437.500,00;
- (C) R\$ 450.000,00;
- (D) R\$ 461.500,00;
- (E) R\$ 515.500,00.

Comentários:

Para resolvermos essa questão, nossa primeira tarefa é apurarmos o custo do ativo no momento em que houve a revisão da vida útil **(4 anos depois):**

- Valor de Custo = 750.000;
- Valor Residual = 30.000;

Assim, Valor Depreciável = $750.000 - 30.000 = 720.000$

Como a Vida útil estimada = 12 anos, então:

$$\text{Depreciação Anual} = 720.000/12 = 60.000$$

$$\text{Depreciação Acumulada em 02/01/20x9} = 60.000 \times 4 = 240.000$$

Logo, Valor Contábil em 02/01/20x9 = $750.000 - 240.000 = 510.000$

Após a revisão, a nova vida útil passou 10 anos e o valor residual para 5.000:

- Valor de Contábil em 02/01/20x9 = 510.000
- Valor Residual = $30.000 - 5.000 = 25.000$

Consequentemente, Valor Depreciável = $510.000 - 25.000 = 485.000$

Já que a Vida Útil = 10 anos, então:

$$\text{Depreciação Anual} = 485.000/10 = 48.500$$

$$\text{Depreciação Acumulada em 31.12.20x9} = 48.500 \times 1 = 48.500$$

Portanto, Valor Contábil em 31.12.20x9 = $510.000 - 48.500 = \text{R\$ } 461.500,00$

Gabarito: D



7. (FGV/MPE AL/Auditor do Ministério Público/2018) Uma entidade apresentava o seguinte balanço patrimonial em 31/12/2016:

Ativo Circulante	20.000		
Caixa	20.000		
Ativo Imobilizado	130.000		
Terreno	80.000	Patrimônio Líquido	150.000
Veículos	60.000		
Dep.Ac.	- 10.000		
Total	150.000	Total	150.000

O veículo é depreciado pelo método de quotas constantes e tem vida útil de 5 anos, sem valor residual.

Em 31/12/2017, a entidade fez um teste de recuperabilidade de seus ativos e constatou que:

- O terreno poderia ser vendido por R\$ 70.000. Se utilizado poderia trazer retorno de R\$ 60.000;
- Os veículos poderiam ser vendidos por R\$ 40.000. Se utilizados poderiam trazer retorno de R\$ 35.000.

Em 02/01/2018, a entidade vendeu o terreno por R\$ 75.000 e os veículos por R\$ 42.000.

Assinale a opção que indica o lucro obtido com a venda de ativo imobilizado na Demonstração do Resultado do Exercício de entidade, em 31/01/2018, sem considerar os efeitos fiscais.

- a) R\$ 7.000,00
- b) R\$ 9.000,00
- c) R\$ 12.000,00
- d) R\$ 19.000,00
- e) R\$ 22.000,00

Comentários:

Primeiramente, temos que encontrar o valor contábil dos dois ativos e aplicarmos o teste de recuperabilidade. Em seguinte, apurar o resultado da venda. Vamos lá!

- **Terreno**

Nota-se que o ativo imobilizado possui uma depreciação acumulada de 10.000. Todavia, esse valor se refere ao veículo, já que os terrenos, em regra, não sofrem depreciação.

Isso é previsto no CPC 27:

58. Terrenos e edifícios são ativos separáveis e são contabilizados separadamente, mesmo quando sejam adquiridos conjuntamente. Com algumas exceções, como as pedreiras e os locais usados como aterro, os **terrenos têm vida útil ilimitada e, portanto, não são depreciados**. Os edifícios têm vida útil limitada e, por isso, são ativos depreciáveis. O



aumento de valor de um terreno no qual um edifício esteja construído não afeta o valor contábil do edifício

Assim, o valor contábil do terreno antes do teste de recuperabilidade é de R\$ 80.000. Ao realizar o teste de recuperabilidade, foi informado que:

- Valor realizável líquido = R\$ 70.000
- Valor em uso = R\$ 60.000

Lembramos que o Valor recuperável será o Maior entre o Valor realizável líquido e o Valor em uso. Logo, Valor recuperável é de R\$ 70.000.

Como o valor contábil é de R\$ 80.000, temos que registrar uma perda por recuperabilidade de:

$$\text{R\$ } 80.000 - \text{R\$ } 70.000 = \text{R\$ } 10.000$$

O terreno será evidenciado, antes da venda, da seguinte forma:

Terrenos R\$ 80.000

(-) Perda por recuperabilidade R\$ 10.000

Dado que ele foi vendido por R\$ 75.000, teremos o seguinte resultado:

$$\text{Valor de venda} - \text{Valor contábil} = \text{R\$ } 75.000 - \text{R\$ } 70.000 = \text{R\$ } 5.000$$

Nessa operação a entidade obteve um lucro na venda do terreno de R\$ 5.000,00

- **Veículo**

Inicialmente, o veículo foi adquirido por R\$ 60.000. Ainda, foi informado que sua vida útil é de 5 anos e seu valor residual é zero. Vejamos a depreciação por ano:

$$\text{Depreciação} = \frac{\text{Valor depreciável}}{\text{Vida Útil}} = \frac{\text{R\$ } 60.000}{5 \text{ anos}} = \text{R\$ } 12.000 \text{ por ano}$$

Contudo, a entidade possui uma depreciação acumulada de R\$ 10.000. Isso é um indício que a entidade o adquiriu ou esteve disponível para uso durante o ano de 2016.

Curiosidade! Como 12 meses representa uma depreciação de R\$ 12.000, logo R\$ 1.000 corresponde a 1 mês de depreciação (12.000/12). Assim, uma depreciação acumulada de 10.000, significa que o veículo foi adquirido ou ficou disponível para uso há 10 meses.

Diante do exposto, o valor contábil antes do teste de recuperabilidade será:

Reconhecimento inicial – Depreciação acumulada Saldo Anterior – Depreciação exercício 2017

$$\text{R\$ } 60.000 - \text{R\$ } 10.000 - \text{R\$ } 12.000 = \text{R\$ } 60.000 - \text{R\$ } 22.000 = \text{R\$ } 38.000$$



Agora, realizemos o Teste de recuperabilidade:

- Valor contábil líquido: R\$ 38.000
- Valor realizável líquido = R\$ 40.000
- Valor em uso = R\$ 35.000

Valor Recuperável → o MAIOR entre o Valor em uso e o Valor Líquido de Venda: R\$ 40.000

Como o valor recuperável do ativo é maior que o seu valor contábil, nenhum registro será feito, desse modo, o ativo será registrado no balanço por R\$ 38.000.

Em virtude de sua venda em 02/01/2018, a entidade obteve o seguinte resultado:

$$\text{Valor de venda} - \text{Valor contábil} = \text{R\$ } 42.000 - \text{R\$ } 38.000 = \text{R\$ } 4.000$$

Nessa operação a entidade obteve um lucro na venda do terreno de R\$ 4.000,00

Por fim, somemos o resultado dessas operações:

$$\text{Lucro} = \text{Lucro na venda do terreno} + \text{Lucro na venda do veículo}$$

$$\text{Lucro} = \text{R\$ } 5.000 + \text{R\$ } 4.000 = \text{R\$ } 9.000$$

Gabarito: B

8. (FGV/MPE AL/Contador/2018) O contador de uma entidade incorreu em um erro e não reconheceu a reversão do teste de impairment dos ativos imobilizados dela.

Assinale a opção que indica o efeito que esse erro causou ao patrimônio da entidade.

- Subavaliação do ativo e do passivo.
- Subavaliação do ativo e do patrimônio líquido.
- Superavaliação do ativo e do passivo.
- Superavaliação do ativo e do patrimônio líquido.
- Superavaliação do passivo e subavaliação do patrimônio líquido.

Comentários:

Inicialmente, observemos o lançamento para registrar a perda:

D – Despesa com ajuste ao valor recuperável de ativos (despesa)

C – Ajuste ao valor recuperável – ativo x (reduzora do ativo)

Esse fato contábil diminui tanto o ativo quanto o resultado do exercício. Consequentemente, o Patrimônio líquido será menor, pois a distribuição do lucro do exercício para as contas do PL (reservas de lucros, aumento do capital social, absorção de prejuízos) será menor.



Posteriormente, ao avaliar se há alguma indicação de que uma perda por desvalorização, reconhecida em períodos anteriores para um ativo, possa ter diminuído ou possa não mais existir, a entidade deverá reverter a perda.

O lançamento será o seguinte:

D – Ajuste ao valor recuperável – ativo x (reduzora do ativo)

C – Reversão do ajuste ao valor recuperável (receita)

Notemos que a reversão da perda anterior é contabilizada como uma receita na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE). Assim, a distribuição do lucro do exercício para as contas do PL (reservas de lucros, aumento do capital social, absorção de prejuízos) será maior, conseqüentemente o PL será maior. Ainda, ocorreu o aumento do ativo da entidade.

Diante do exposto, se o contador não realizar a reversão da perda, então o ativo ficará subavaliado e o PL também.

Obs.: Se o ativo era reavaliado, isto é, tinha uma reserva de reavaliação anterior reconhecida, a reversão da perda será feita contra a reversão da reserva de reavaliação.

D – Ajuste ao valor recuperável – ativo x (reduzora do ativo)

C – Reversão da reserva de reavaliação (PL)

Gabarito: B

9. (FGV/Auditor Fiscal/SEFIN RO/2018) Em 01/01/2013, a Cia. K iniciou a pesquisa e o desenvolvimento do projeto de um sistema capaz de gerar maior controle sobre as suas atividades. O projeto durou três anos, tendo os seguintes gastos:

2013- R\$ 200.000.

2014- R\$ 300.000.

2015- R\$ 500.000.

Além disso, sabe-se que:

- Em 2013, o projeto ainda estava na fase inicial da pesquisa e a empresa considerava a possibilidade de não ter sucesso com ele.

- Em 2014, a empresa iniciou a fase de desenvolvimento. Ao efetuar uma pesquisa de mercado, percebeu que não haveria demanda para o sistema, devido ao preço. No entanto, decidiu manter o projeto em curso normal, esperando que mudanças pudessem ocorrer.

- Em 2015, há repercussão mundial e a empresa consegue projetar uma demanda suficiente para justificar a produção em larga escala. Além disso, todos os critérios de reconhecimento dos gastos com desenvolvimento do Pronunciamento Técnico CPC 04 - Ativo Intangível foram atendidos. No final do ano o projeto é concluído.



- Em 2016, o projeto é lançado ao mercado. Na data, a empresa estima que o sistema irá trazer benefícios econômicos durante os cinco anos seguintes, a partir de 01/01/2016. Em 31/12/2016, a empresa efetua um teste de recuperabilidade e constata que o valor recuperável na data é de R\$ 550.000.

- Em 2017, as vendas melhoraram e no teste de recuperabilidade, de 31/12/2017, a empresa considera que terá retorno de R\$ 600.000 nos anos remanescentes de venda.

Assinale a opção que indica o valor contábil do sistema, em 01/01/2018.

- (A) R\$ 200.000.
- (B) R\$ 300.000.
- (C) R\$ 412.500.
- (D) R\$ 440.000.
- (E) R\$ 600.000.

Comentários:

Um ativo intangível gerado internamente passar por diversas fases (isso é estudado no CPC 04).

Quando não há convicção de que aquele ativo irá realmente prosperar e gerar benefícios econômicos futuros para a empresa, estamos diante do que chamamos fase de pesquisa. Nenhum ativo em fase de pesquisa é reconhecido! Lançamos tudo como despesa.

Essa é a exegese do Pronunciamento Técnico 04:

54. Nenhum ativo intangível resultante de pesquisa (ou da fase de pesquisa de projeto interno) deve ser reconhecido. Os gastos com pesquisa (ou da fase de pesquisa de projeto interno) devem ser reconhecidos como despesa quando incorridos.

Todavia, na fase de desenvolvimento, quando o ativo demonstra ser viável e quando requisitos mais sólidos são alcançados, este ativo pode ser reconhecido. Vamos lá!

2013 → Fase de Pesquisa → R\$ 200.000,00 (despesa)

2014 → Fase de Desenvolvimento → Não há demanda pelo projeto → Ainda não é possível reconhecer o gasto como Intangível → vai para despesa.

2015 → Fase de Desenvolvimento → Critério de reconhecimento atingidos → reconhece R\$ 500.000,00 no custo do Intangível

2016 → O Ativo Intangível deve ser amortizado, usando a vida útil de 5 anos.

Amortização em 2016 = $500.000/5 = R\$ 100.000,00$

Valor Contábil Líquido = $500.000 - 100.000 = R\$ 400.000,00$

Valor Recuperável = 500.000,00



Conforme determinação do CPC 01, **não precisamos efetuar nenhum ajuste**, pois o valor recuperável é maior do que o valor contábil líquido.

2017 → Amortização em 2017 = $500.000/5 = R\$ 100.000,00$

Valor Contábil Líquido = $500.000 - 200.000 = R\$ 300.000,00$

Valor Recuperável = $600.000,00$

Não precisamos efetuar nenhum ajuste, pois o valor recuperável é maior do que o valor contábil líquido.

Portanto, em 01.01.2018, o valor contábil do sistema será $500.000 - 200.000 = R\$ 300.000,00$

Gabarito: B

10. (FGV/ALERO/Analista Legislativo-Contabilidade/2018) Em 02/01/2017, uma empresa adquiriu um ar condicionado para o seu escritório. O preço do ar condicionado era de R\$ 2.000. Na data, a empresa pagou o frete de \$ 200, e a instalação de R\$ 600. Além, disso, a empresa estima que os custos de remoção do ar condicionado, ao final da vida útil, serão de R\$ 700.

Na data da compra, a empresa esperava utilizar o ar condicionado por cinco anos e não considerava valor residual.

Em 31/12/2017, a empresa efetuou uma análise para definir a capacidade de recuperação de seus ativos imobilizados e constatou que o ar condicionado poderia trazer benefícios de R\$ 2.600 com o uso e de R\$ 3.000 com a venda. Para vender o ar condicionado, a empresa teria que pagar R\$ 300 com transporte.

Assinale a opção que indica o valor do ar condicionado no balanço patrimonial da empresa, em 31/12/2017, após ter sido realizado o teste de recuperabilidade.

- a) R\$ 2.240.
- b) R\$ 2.600.
- c) R\$ 2.700.
- d) R\$ 2.800.
- e) R\$ 3.000.

Comentários:

Antes, vamos rever o nosso esquema:



Custo do ativo imobilizado (CPC 27)	
Inclui	Não inclui
Preço de aquisição + Imposto Importação+ Impostos não recuperáveis	Descontos comerciais e abatimentos
Preparação do local	Custos de abertura de nova instalação
Frete e manuseio por conta do comprador	Frete por conta do vendedor
Instalação e montagem	Propaganda e atividades promocionais
Testes	Custos de treinamento
Honorários profissionais (engenheiros, arquitetos, por exemplo)	Transferência posterior (novo local)
Custos de desmontagem (futuro, traz a valor presente)	Custos administrativos
Custo de remoção (futuro, traz a valor presente)	Outros custos indiretos
Outros custos diretamente atribuíveis	Remoção, desmontagem de máquinas antigas

Vamos analisar quais dos gastos apresentados devem ser agregados ao custo do ativo imobilizado:

Preço R\$ 2.000

+ Frete de R\$ 200

+ Instalação R\$ 600.

+ Estimativa dos custos de remoção R\$ 700.

Reconhecimento inicial = R\$ 3.500

Dado que a vida útil = 5 anos e o valor residual = 0, então a depreciação será:

$$\text{Depreciação} = \frac{\text{Valor depreciável}}{\text{Vida Útil}} = \frac{\text{R\$ 3.500}}{5 \text{ anos}} = \text{R\$ 700 por ano}$$

Como o intervalo entre 02/01/2017 e 31/12/17 representa 1 ano, logo o valor contábil do ar condicionado antes do teste de recuperabilidade:

$$\text{Valor contábil}_{\text{Antes do teste}} = \text{Reconhecimento inicial} - \text{Depreciação acumulada}$$

$$\text{Valor contábil}_{\text{Antes do teste}} = \text{R\$ 3.500} - \text{R\$ 700} = \text{R\$ 2.800}$$

Posteriormente, em 31/12/2017, a entidade ao realizar o teste de recuperabilidade obteve:

- Valor em uso = R\$ 2.600
- Valor realizável líquido = R\$ 3.000 - R\$ 300 = R\$ 2.700

Valor Recuperável → o MAIOR entre o Valor em uso e o Valor Líquido de Venda: R\$ 2.700

Visto que o valor contábil é de R\$ 2.800, temos que registrar uma perda por recuperabilidade de:

$$\text{R\$ 2.800} - \text{R\$ 2.700} = \text{R\$ 100}$$



O ar condicionado será evidenciado, após ter sido realizado o teste de recuperabilidade, da seguinte forma:

Ar condicionado R\$ 3.000

(-) Perda por recuperabilidade R\$ 100

Valor contábil líquido R\$ 2.700

Gabarito: C

11. (FGV/Contador/Caruaru/2015) Em 01 de janeiro de 2012, um restaurante adquiriu uma moto, no valor de R\$ 22.000,00, para otimizar o serviço de entregas.

O restaurante pretendia utilizar a moto durante cinco anos e depois vendê-la por R\$ 2.000,00. No momento da compra, o sócio do restaurante estimava que, por meio das entregas, a moto poderia trazer retorno de R\$ 4.500,00 (a valor presente) em cada ano de uso.

Em 31 de dezembro de 2012, o restaurante refez suas projeções, estimando que, em cada um dos anos seguintes, os retornos trazidos pela moto seriam de R\$ 2.750,00. Além disso, o valor da moto no mercado era de R\$ 9.000,00. Após os anos de uso, o restaurante não mais pretendia ter retorno com a moto.

Considerando que, em 31 de dezembro de 2013, não havia indícios de perdas adicionais, o valor contábil da moto era de:

- a) R\$ 7.000,00.
- b) R\$ 8.250,00.
- c) R\$ 11.250,00.
- d) R\$ 14.000,00.
- e) R\$ 15.250,00.

Comentários:

No momento da aquisição (01 de janeiro de 2012):

- Aquisição: 22.000,00.
- Vida útil: 5 anos.
- Valor residual: 2.000,00.
- Valor em uso: $4.500,00 \times 5 = 22.500,00$
- Valor depreciável: $22.000,00 - 2.000,00 = 20.000,00$
- Depreciação anual = $20.000,00/5 = 4.000,00$ por ano.

Em 31 de dezembro de 2012:

- Vida útil restante: 4 anos.
- Valor contábil atual: $22.000,00 - 4.000,00 = 18.000,00$.
- Valor em uso: $2.750 \times 4 = 11.000,00$



- Valor justo líquido de despesa de venda = 9.000,00

Portanto, deveremos fazer uma redução ao valor recuperável. O valor recuperável é o maior entre 11.000,00 e 9.000,00, ou seja, 11.000,00. Portanto, teremos um novo valor contábil.

Refazendo os cálculos após a redução ao valor recuperável:

- Novo valor contábil: 11.000,00

- Valor residual: 0,00 (o restaurante não mais pretendia ter retorno com a moto).

- Depreciação nova: $11.000,00/4 = 2.750,00$.

Portanto, em 31.12.2013, o valor contábil será de $11.000,00 - 2.750,00 = 8.250,00$.

Gabarito: B

12. (FGV/Contador/Caruaru/2015) Em 01/01/2011, um banco comprou, por R\$ 180.000,00, o direito de processar a folha de pagamentos de uma empresa por seis anos. Em 31/12/2012, o banco constatou que os funcionários da empresa não estavam utilizando os serviços do banco e verificou que poderia ter retorno total de R\$ 100.000,00 com a folha de pagamento nos anos remanescentes. Já em 31/12/2013, o banco realizou um novo estudo e verificou que, nos anos seguintes, poderia obter retorno total de R\$ 80.000,00. Em 31/12/2014, o valor contábil do direito era de

(A) R\$ 50.000,00.

(B) R\$ 53.333,00.

(C) R\$ 60.000,00.

(D) R\$ 75.000,00.

(E) R\$ 83.333,00

Comentários:

Nesse tipo de questão, podemos resolver do modo mais demorado:

- Valor original = 180.000
- Prazo = 6 anos
- Amortização anual = 30.000 por ano.

Em 31/12/2012, a empresa já amortizou dois anos, no valor total de 60.000.

$$\text{Valor contábil em 31/12/2012} = 180.000 - 60.000 = 120.000.$$

Mas o banco constatou que poderia ter retorno de 100.000, nos próximos 4 anos que faltavam para encerrar o prazo. Assim, deve reconhecer uma perda de recuperabilidade no valor de 20.000, ficando com o valor contábil de 100.000.



$$\text{Amortização de 2013} = 100.000 / 4 \text{ anos} = 25.000.$$

$$\text{Valor contábil em 31/12/2013} = 100.000 - 25.000 = 75.000$$

Como o valor recuperável aumentou para 80.000, a empresa reverte parcialmente a perda. Assim, valor contábil passa para 80.000, para os 3 anos restantes.

$$\text{Amortização: } 80.000,00 / 3 \text{ anos} = 26.667$$

$$\text{Valor contábil em 31/12/2014} = 80.000 - 26.667 = 53.333$$

Atenção! Resolução rápida! Compare o valor contábil sem reconhecer nenhuma perda, até 31/12/2013, com o valor recuperável de 80.000:

$$\text{Valor original } 180.000$$

$$\text{Amortização anual} = 180.000 / 6 = 30.000 \text{ por ano.}$$

$$\text{Amortização acumulada até 31/12/2013} = 30.000 \times 3 \text{ anos} = 90.000$$

$$\text{Valor contábil em 31.12.2013} = 180.000 - 90.000 = 90.000$$

Como o valor recuperável é menor, o ativo fica com o valor de 80.000, e com 3 anos de prazo.

$$\text{Amortização em 2014: } 80.000 / 3 \text{ anos} = 26.667$$

$$\text{Valor contábil em 31/12/2014} = 80.000 - 26.667 = 53.333$$

Gabarito: B

13. (FGV/Analista/DPE MT/2015) Para mensurar o valor em uso no teste de impairment, uma entidade deve fazer estimativas de fluxos de caixa futuros.

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, as estimativas de fluxos de caixa futuros devem incluir:

- a) os recebimentos ou pagamentos de tributos sobre a renda.
- b) as entradas ou saídas de caixa provenientes de atividades de financiamento
- c) as saídas de caixa que se referem a obrigações que já foram reconhecidas como passivos, como contas a pagar.
- d) as entradas de caixa advindas de ativos que geram outras entradas de caixa que são, em grande parte, independentes das entradas de caixa do ativo sob revisão.
- e) as projeções de saídas de caixa que são necessariamente incorridas para gerar as entradas de caixa advindas do uso contínuo do ativo e que podem ser diretamente alocadas, em base consistente e razoável, ao ativo.

Comentários:



a) os recebimentos ou pagamentos de tributos sobre a renda.

Item incorreto. Segundo o CPC 01:

50. Estimativas de fluxos de caixa futuros não devem incluir:
- (a) entradas ou saídas de caixa provenientes de atividades de financiamento; ou
 - (b) recebimentos ou pagamentos de tributos sobre a renda.

b) as entradas ou saídas de caixa provenientes de atividades de financiamento.

Item incorreto. Segundo o CPC 01:

50. Estimativas de fluxos de caixa futuros não devem incluir:
- (a) entradas ou saídas de caixa provenientes de atividades de financiamento; ou
 - (b) recebimentos ou pagamentos de tributos sobre a renda.

c) as saídas de caixa que se referem a obrigações que já foram reconhecidas como passivos, como contas a pagar.

Item incorreto. Segundo o CPC 01:

43. Para evitar dupla contagem, as estimativas de fluxos de caixa futuros não devem incluir:
- (a) entradas de caixa advindas de ativos que geram outras entradas de caixa que são, em grande parte, independentes das entradas de caixa do ativo sob revisão (por exemplo, ativos financeiros como contas a receber); e
 - (b) saídas de caixa que se referem a obrigações que já foram reconhecidas como passivos (por exemplo, contas a pagar, passivos de planos de pensão e provisões).

d) as entradas de caixa advindas de ativos que geram outras entradas de caixa que são, em grande parte, independentes das entradas de caixa do ativo sob revisão.

Item incorreto. Segundo o CPC 01:

43. Para evitar dupla contagem, as estimativas de fluxos de caixa futuros não devem incluir:
- (a) entradas de caixa advindas de ativos que geram outras entradas de caixa que são, em grande parte, independentes das entradas de caixa do ativo sob revisão (por exemplo, ativos financeiros como contas a receber); e



(b) saídas de caixa que se referem a obrigações que já foram reconhecidas como passivos (por exemplo, contas a pagar, passivos de planos de pensão e provisões).

e) as projeções de saídas de caixa que são necessariamente incorridas para gerar as entradas de caixa advindas do uso contínuo do ativo e que podem ser diretamente alocadas, em base consistente e razoável, ao ativo. Este, por fim, é o nosso gabarito.

39. As estimativas de fluxos de caixa futuros devem incluir:

(a) projeções de entradas de caixa advindas do uso contínuo do ativo;

(b) projeções de saídas de caixa que são necessariamente incorridas para gerar as entradas de caixa advindas do uso contínuo do ativo (incluindo as saídas de caixa para preparar o ativo para uso) e que podem ser diretamente atribuídas ou alocadas, em base consistente e razoável, ao ativo; e

(c) se houver, fluxos de caixa líquidos a serem recebidos (ou pagos) quando da baixa do ativo ao término de sua vida útil.

Gabarito: E

14. (FGV/Analista/DPE/MT/2015) Em 30/06/2011, uma entidade adquiriu um carro para utilizar em seus negócios por R\$ 50.000,00. No momento da compra, o carro tinha vida econômica de oito anos, no entanto, a entidade pretendia utilizá-lo por seis anos e depois vendê-lo por R\$ 8.000,00. Em 31/12/2014, a administração da entidade observou fatores externos negativos e realizou o teste de recuperabilidade do carro.

Nesta avaliação, ela determinou que o valor de uso do carro era de R\$ 20.000,00 e o valor de venda de R\$ 27.000,00, sendo que, para vender, a entidade precisaria pintar o carro, o que lhe custaria R\$ 2.000,00. O valor contábil do carro, em 01/01/2015, era de

- (A) R\$ 20.000,00.
- (B) R\$ 22.000,00.
- (C) R\$ 25.000,00.
- (D) R\$ 25.500,00.
- (E) R\$ 27.000,00.

Comentários:

Com os dados da questão, temos:

Valor original:	50.000
<u>(-) Valor Residual:</u>	<u>8.000</u>
= Valor Depreciável	42.000



A depreciação deve ser feita por 6 anos, pois é o prazo durante o qual a empresa pretendia utilizar o veículo.

A depreciação acumulada entre 30/06/2011 e 31/12/2014 fica assim:

$$\text{Valor depreciável} = 42.000 / 6 \text{ anos} = 7.000 \text{ por ano.}$$

O prazo é de 3 anos e meio, portanto a depreciação acumulada pode ser calculada assim:

$$7000 \times 3,5 \text{ anos} = 24.500$$

$$\text{Valor contábil em 31/12/2014} = 50.000 - 24.500 = 25.500.$$

Vejamos agora o valor recuperável, que é o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

$$\text{Valor em uso} = 20.000$$

$$\text{Valor líquido de venda} = 27.000 - 2.000 = 25.000$$

O valor recuperável é de 25.000. Como é menor que o valor contábil, o ativo ficará registrado pelo valor recuperável. OU seja, a empresa deverá reconhecer uma perda com o teste de recuperabilidade no valor de 500.

Gabarito: C

15. (FGV/TCM SP/Contador/2015) A Armazéns Gerais Épsilon S.A. é proprietária de diversas instalações ao redor do Brasil. Uma dessas instalações está localizada próximo a uma rodovia que dá acesso a um porto, e foi inaugurada em 1º de março de 2008, quando se estimava que essa instalação teria uma vida útil de 30 anos e nenhum valor residual. Desde então essas estimativas não se modificaram, nem tampouco houve o reconhecimento de quaisquer ajustes para perdas, e a Armazéns Gerais Épsilon S.A. vem depreciando o custo de R\$60.000.000 da instalação pelo método da linha reta. Porém, em fevereiro de 2015, foi anunciado que o porto ao qual a rodovia próxima a essa instalação da companhia dá acesso deverá passar por uma longa reforma.

Considerando desde a licitação do projeto até a conclusão das obras, o processo de reforma do porto poderá se estender por mais de 5 anos. Em virtude disso, a administração da Armazéns Gerais Épsilon S.A. acredita que o volume de negócios dessa instalação será comprometido, e decidiu aplicar um teste de redução ao valor recuperável desse ativo. O teste foi concluído em 1º de março de 2015, data em que o valor justo da instalação foi avaliado em R\$47.000.000, e o valor em uso foi avaliado em R\$40.000.000. Como a administração da Armazéns Gerais Épsilon S.A. estima que a venda dessa instalação acarretaria despesas de R\$3.000.000, o valor líquido pelo qual esse ativo deve ser apresentado em 1º de março de 2015 é de:

- (A) R\$40.000.000;
- (B) R\$43.000.000;
- (C) R\$44.000.000;
- (D) R\$46.000.000;



(E) R\$47.000.000.

Comentários:

Vamos começar pelo valor contábil. Para isso, precisamos calcular a depreciação acumulada.

$$\$ 60.000 / 30 \text{ anos} = \$ 2.000 \text{ por ano de depreciação.}$$

De 1º de março de 2008 a 1º de março de 2015 temos 7 anos, portanto a depreciação acumulada é de:
 $\$2.000 \times 7 \text{ anos} = \14.000

$$\text{Valor contábil} = \$60.000 - \$14.000 = \$46.000$$

Agora o valor recuperável. É o maior entre o valor em uso e o valor de venda.

- Valor em uso = \$40.000
- Valor justo = \$47.000 – despesas de venda \$3.000 = \$44.000

Como o Valor Contábil é de \$46.000 e o Valor Recuperável é \$44.000, o valor do ativo deve ser reduzido, será apresentado pelo valor de \$44.000.

Se o Valor Recuperável fosse maior que o Valor Contábil, não haveria necessidade de ajuste.

Gabarito: C

16. (FGV/TCM SP/Contador/2015) No exercício de 20x4, a Cia. Norte apurou perdas de R\$12.000,00 por redução ao valor recuperável de um ativo imobilizado, cujo custo de aquisição foi de R\$80.000,00 e estava 40% depreciado. Os lançamentos contábeis da Cia. Norte ao final do exercício de 20x4 relativos à redução do imobilizado ao seu valor recuperável são os seguintes:

- (A) D – Perda por desvalorização (resultado do exercício) –R\$12.000,00
C – Perdas estimadas por valor não recuperável (reduzidora do Ativo) –R\$12.000,00;
- (B) D – Perdas estimadas por valor não recuperável (reduzidora do Ativo) – R\$12.000,00
C – Perda por desvalorização (resultado do exercício) – R\$12.000,00;
- (C) D – Perdas estimadas por valor não recuperável (reduzidora do Ativo) – R\$ 36.000,00
C – Perda por desvalorização (resultado do exercício) – R\$ 36.000,00
- (D) D – Perdas estimadas por valor não recuperável (reduzidora do Ativo) – R\$20.000,00
C – Depreciação acumulada – R\$ 8.000,00
C – Perda por desvalorização (resultado do exercício) – R\$12.000,00
- (E) D – Perda por desvalorização (resultado do exercício) –R\$ 44.000,00
C – Depreciação acumulada – R\$32.000,00
C – Perdas estimadas por valor não recuperável (reduzidora do Ativo) – R\$ 12.000,00



Comentários:

A contabilização da perda por teste do valor recuperável deve ser debitada no Resultado do Exercício e creditada em conta redutora do Ativo. Assim, já podemos descartar as letras B, C e D, as quais debitam a conta redutora do ativo (nesse caso, o valor do ativo iria aumentar, já que o ativo aumenta com lançamentos a débito e diminui com lançamentos a crédito). E a letra E também está errada, pois mistura a despesa de depreciação com a perda por desvalorização.

Além disso, com os dados da questão, não podemos afirmar que toda a depreciação ocorre no exercício de 20X4.

A resposta correta é a letra A:

D – Perda por desvalorização (Resultado)	12.000
C – Perdas estimadas (reduzora do Ativo)	12.000

Gabarito: A

17. (FGV/Auditor Fiscal da Receita Estadual/SEFAZ/RJ/2009) Em 01.04.2009, a Cia. Platina adquiriu um equipamento para ser utilizado em sua fábrica no valor de \$ 113.000. Os seguintes custos adicionais são diretamente relacionados ao ativo:

Frete.....	\$5.000
Seguro do transporte.....	\$ 2.000
Seguro anual.....	\$12.000

O equipamento tem vida útil estimada em 12 anos. Após esse período, o valor residual é estimado em zero. Para atendimento do CPC 01, aprovado pelo CFC, deve ser efetuada em 31.12.2009 a avaliação do valor recuperável do ativo.

As informações obtidas nesta data são as seguintes:

Valor líquido de venda.....	\$ 90.000
Valor presente dos benefícios futuros em uso.....	\$ 140.000

Em 31.12.2009, o valor líquido do equipamento que deve ser apresentado no Balanço Patrimonial da Cia. Platina será:

- (A) \$ 120.063.
- (B) \$ 112.500.
- (C) \$ 111.500.
- (D) \$ 140.000.
- (E) \$ 90.000.

Comentários:

O ativo irá a estoque com valor de: $113.000 + 5.000 + 2.000 = \text{R\$ } 120.000,00$



O seguro deverá ser computado como **despesa de seguro** no exercício, de acordo com o princípio da competência.

O valor recuperável do ativo é o maior valor entre o valor de venda e o valor em uso. Neste caso, é de R\$ 140.000,00.

Assim, em homenagem ao princípio da prudência, nenhum ajuste há que ser feito.

A depreciação do equipamento será de: $120.000 / 12 = \text{R\$ } 10.000,00$ por ano.

Como o equipamento foi posto em uso em abril, devemos depreciá-lo pelo período de 9 meses no exercício de 2009.

$$10.000,00 \times 9/12 = \text{R\$ } 7.500,00 \text{ (Depreciação de 2009).}$$

Logo, deverá ser levado a balanço o valor de R\$ $120.000,00 - 7.250,00 = \text{R\$ } 112.500,00$.

Gabarito: B

18. (FGV/Auditor Substituto de Conselheiro/TCM/PA/2008) A Empresa Industrial J, no ano t, efetuou adequadamente o lançamento contábil relativo ao teste de recuperabilidade do valor contábil de determinado equipamento, sabendo-se que:

I. O valor de registro original desse equipamento é \$80.000,00. A depreciação acumulada do equipamento, até a data do teste, é \$50.000,00;

II. O valor de mercado desse equipamento, na data do teste, é \$32.000,00. Caso a Empresa J vendesse o equipamento, na data do teste, incorreria em gastos associados a tal transação no montante de \$5.000,00;

III. Caso a Empresa J não vendesse o equipamento e continuasse utilizando-o no processo produtivo, seria capaz de produzir 5.000 unidades do produto Ju por ano pelos próximos 4 anos (assuma que a produção anual ocorra no final de cada ano). Ao final desse período, o equipamento se reduziria a sucata. O preço de venda do produto Ju é \$5,00 por unidade.

Os gastos médios incorridos na produção e venda de uma unidade de produto Ju é \$3,00. O custo de capital da Empresa J é 10% ao ano;

IV. a Empresa J é sediada num paraíso fiscal; portanto, ignore qualquer tributo.

Segundo a Resolução CFC 1.110/07, indique o valor da variação que deverá sofrer o resultado da Empresa J.

(A) Entre \$ -6.000,00 e \$ -4.000,01.

(B) Entre \$ -4.000,00 e \$ -2.000,01.

(C) Entre \$ -2.000,00 e \$ -0,01.

(D) Zero.

(E) Entre \$ 0,01 e \$ 2.000,00.



Comentários:

Pessoal, eu considero essa questão uma das mais difíceis de todos os tempos em provas de Contabilidade. Reforço que ela foi cobrada em 2008, quando os CPCs começavam a ser publicados e confesso que se, naquela época, eu encontrasse essa “belezura”, não saberia nem por onde começar! Questão muito complexa! Vamos encarar.

Para efetuar o teste de recuperabilidade, devemos comparar o valor contábil com o maior entre o valor em uso e o valor líquido de vendas.

Valor contábil é o valor pelo qual um ativo está reconhecido no balanço depois da dedução de toda respectiva depreciação, amortização ou exaustão acumulada e provisão para perdas.

$$\text{Valor contábil} = \text{Valor original (-) depreciação acumulada}$$

$$\text{Valor contábil} = \$ 80.000,00 (-) \$ 50.000,00 = \$ 30.000,00$$

Valor recuperável de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso.

Valor em uso é o valor presente de fluxos de caixa futuros estimados, que devem resultar do uso de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa.

Valor em uso anual = $5.000 \times (5 - 3) = 10.000$. Mas esse é o valor nominal, temos que trazer esses valores a valor presente:

$$\text{Ano 1: } 10.000 / 1,1 = 9.090,91$$

$$\text{Ano 2: } 10.000 / 1,21 = 8.264,46$$

$$\text{Ano 3: } 10.000 / 1,33 = 7.518,80$$

$$\text{Ano 4: } 10.000 / 1,46 = 6.849,31$$

$$\text{Valor atual} = 31.723,48$$

Como o valor em uso superou o valor contábil, não haverá necessidade de nenhum ajuste referente ao teste de recuperabilidade. Portanto, já podemos indicar a resposta: Vamos calcular o valor líquido de venda apenas para fins didáticos.

Valor líquido de venda é o valor a ser obtido pela venda de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa em transações em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, menos as despesas estimadas de venda.

Valor de mercado do equipamento	32.000,00
(-) Despesa de venda	(5.000,00)
(=) Valor líquido de venda	27.000,00

Gabarito: D



QUESTÕES COMENTADAS

1. (Instituto AOC/PTF 2ª Região/Analista Judiciário/Apoio Especializado/Contabilidade/2024) Ao final do exercício de 2023, uma empresa apresentou as seguintes informações referentes a uma máquina:

- Custo de aquisição: R\$ 800.000;
- Depreciação acumulada: R\$ 100.000;
- Perda por redução ao valor recuperável: R\$ 100.000 (exercício de 2022).

De acordo com as normas contábeis, em 31/12/2023, a empresa realizou o teste de redução ao valor recuperável para essa máquina e obteve os seguintes resultados:

- Valor justo líquido: R\$ 780.000;
- Valor em uso: R\$ 800.000.

Com base nas informações apresentadas, é correto afirmar que

A foi reconhecido um ganho no valor de R\$ 100.000 no resultado do exercício, dado que o valor recuperável é R\$ 800.000.

B foi reconhecida uma perda por redução ao valor recuperável de R\$ 180.000 no resultado do exercício, uma vez que o valor recuperável é R\$ 780.000.

C foi reconhecido um ganho no valor de R\$ 180.000 no resultado do exercício, uma vez que o valor recuperável é R\$ 800.000.

D foi reconhecida uma perda por redução ao valor recuperável de R\$ 200.000 no resultado do exercício, uma vez que o valor recuperável é R\$ 800.000.

E foi reconhecido um ganho no valor de R\$ 100.000 no resultado do exercício, uma vez que o valor recuperável é R\$ 780.000.

Comentários:

Vamos começar apurando o valor contábil do ativo no momento do teste de recuperabilidade:

$$\text{Valor Contábil} = \text{Custo de Aquisição} - \text{Depreciação acumulada} - \text{Perda por recuperabilidade}$$

$$\text{Valor Contábil} = 800.000 - 100.000 - 100.000 = \text{R\$ } 600.000$$

Posteriormente, a entidade realizou o teste de recuperabilidade:

- Valor justo líquido: R\$ 780.000;
- Valor em uso: R\$ 800.000.

Como o valor recuperável é o MAIOR entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso, portanto, R\$ 800.000.



Agora vamos comparar o valor recuperável com o valor contábil do ativo:

- Valor Contábil = R\$ 600.000
- Valor Recuperável = R\$ 800.000

Percebam que o valor recuperável é maior do que o valor contábil e muitos vão pensar que, por prudência, o valor apresentado no balanço continua sendo o menor, isto é, R\$ 600.000.

Só que essa questão apresenta um detalhe muito importante: temos perda por recuperabilidade registrada de exercícios anteriores, conforme prevê o CPC 01, ela deverá ser revertida até o valor contábil que o bem possuía, antes de qualquer perda ser reconhecida.

Assim sendo, como o valor recuperável passou para R\$ 800.000, temos que a reversão até o valor contábil que o bem tinha antes de nenhuma perda ser reconhecida, isto é, reversão de R\$ 100.000. Não pode passar disso, ok?

Portanto, devemos reconhecer a reversão da perda por recuperabilidade (receita):

D - Perda por desvalorização (reconhecida em 2022)	R\$ 100.000,00
C – Receita com Reversão de Perda por recuperabilidade	R\$ 100.000,00

Obs.: apenas destacamos que se fosse uma perda por recuperabilidade registrada no GOODWILL **NÃO** deveríamos fazer essa reversão, mas a questão deixa claro que não é esse o caso.

Diante do exposto, foi reconhecido um ganho no valor de R\$ 100.000 no resultado do exercício, dado que o valor recuperável é R\$ 800.000.

Gabarito: A

2. (SELECON/CEFET RJ/Contador/2024) O maior montante entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso corresponde ao conceito de:

- A valor contábil
- B valor nominal
- C valor presente
- D valor recuperável

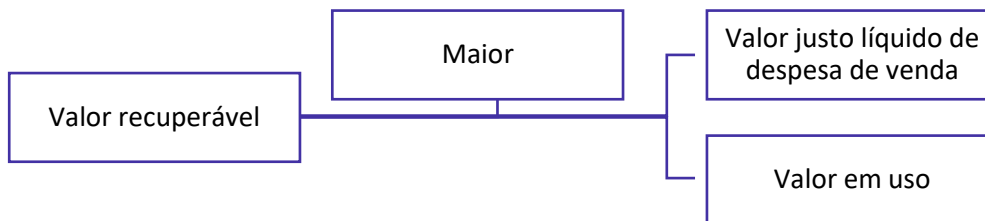
Comentários:

Valor recuperável de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa é o **maior (repita-se: maior) valor** entre o valor justo líquido de venda de um ativo e seu valor em uso.

Inicialmente faremos alguns cálculos e análises para achar o valor líquido de venda de um ativo e, também, o seu valor em uso. Após, o **maior**, dentre esses dois valores, será utilizado como valor recuperável.



Esquematizemos:



O item 6 da referida norma trouxe algumas definições, entre elas:

6. Os seguintes termos são utilizados neste Pronunciamento Técnico com os significados específicos que se seguem:

Valor contábil é o montante pelo qual o ativo está reconhecido no balanço depois da dedução de toda respectiva depreciação, amortização ou exaustão acumulada e ajuste para perdas.

Valor recuperável de um ativo ou de unidade geradora de caixa é o maior montante entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso.

Ressaltamos que o CPC 01 não trouxe definições para valor presente e valor nominal. grosso modo, podemos definir valor presente como valor de hoje e valor nominal como valor futuro.

Gabarito: D

3. (Instituto Verbena/IFS/Técnico Contabilidade/2024) Leia o caso a seguir.

Uma entidade possuía em dezembro de 2021 um ativo reconhecido de acordo com a NBC TG 27 (R4) – Ativo Imobilizado, cujo o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras da empresa era de R\$ 450.000,00, que incluía a depreciação acumulada de R\$ 250.000,00 e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas de R\$ 150.000,00. No final de 2022 a empresa realizou o teste de recuperabilidade e observou que o valor justo do ativo, líquido das despesas de venda, era de R\$ 400.000,00 e o seu valor em uso era de R\$ 620.000,00.

De acordo com as informações apresentadas, a empresa deve

A manter inalterado o valor reconhecido do ativo imobilizado.

B reconhecer uma perda por recuperabilidade de R\$ 50.000,00.

C reconhecer um ganho por recuperabilidade de R\$ 150.000,00.

D reconhecer um ganho por recuperabilidade de R\$ 170.000,00.

Comentários:

Nesse tipo de questão temos que analisar em partes o enunciado:



Parte 1 - Uma entidade possuía em dezembro de 2021 um ativo reconhecido de acordo com a NBC TG 27 (R4) – Ativo Imobilizado, cujo o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras da empresa era de R\$ 450.000,00, que incluía a depreciação acumulada de R\$ 250.000,00 e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas de R\$ 150.000,00.

Traduzindo:

Custo de Aquisição R\$ 850.000,00

(-) depreciação acumulada de R\$ 250.000,00

(-) perdas por redução ao valor recuperável acumuladas de R\$ 150.000,00

= Valor Contábil 450.000

Parte 2 - No final de 2022 a empresa realizou o teste de recuperabilidade e observou que o valor justo do ativo, líquido das despesas de venda, era de R\$ 400.000,00 e o seu valor em uso era de R\$ 620.000,00.

Valor recuperável de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa é o **maior (repita-se: maior) valor** entre o valor justo líquido de venda de um ativo e seu valor em uso. Desse modo, o valor recuperável será de R\$ 620.000,00.

Neste momento, vamos comparar o valor recuperável com o valor contábil do ativo:

- Valor Contábil = R\$ 450.000
- Valor Recuperável = R\$ 620.000

Percebam que o valor recuperável é maior do que o valor contábil e muitos vão pensar que, por prudência, o valor apresentado no balanço continua sendo o menor, isto é, R\$ 450.000.

Só que essa questão apresenta um detalhe muito importante: temos perda por recuperabilidade registrada de exercícios anteriores, conforme prevê o CPC 01, ela deverá ser revertida até o valor contábil que o bem possuía, antes de qualquer perda ser reconhecida.

Resumindo: como o valor recuperável passou para R\$ 620.000, temos que a reversão até o valor contábil que o bem tinha antes de nenhuma perda ser reconhecida, isto é, reversão de R\$ 150.000. Não pode passar disso, ok?

Portanto, devemos reconhecer a reversão da perda por recuperabilidade (receita):

D - Perdas por redução ao valor recuperável acumuladas R\$ 150.000,00

C – Receita com Reversão de Perdas por redução ao valor recuperável R\$ 150.000,00

Obs.: apenas destacamos que se fosse uma perda por recuperabilidade registrada no GOODWILL **NÃO** deveríamos fazer essa reversão, mas a questão deixa claro que não é esse o caso.



De acordo com as informações apresentadas, a empresa deve reconhecer um ganho por recuperabilidade de R\$ 150.000,00.

Gabarito: C

4. (Instituto AOCF/SEAP PR/Contador/2024) A empresa InovaTech S.A., atuante no setor de tecnologia, registrou em seu balanço patrimonial de 31/12/X1 um ativo intangível com vida útil indefinida no valor de R\$ 400.000. Esse ativo corresponde ao pagamento de ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) na aquisição de uma startup inovadora.

Em 31/12/X2, a InovaTech realizou um teste de redução ao valor recuperável (teste de impairment) com as seguintes informações:

- Valor em uso: R\$ 300.000.
- Valor justo líquido de despesas de venda: R\$ 420.000.

Sabe-se também que, no exercício de X1, a empresa havia reconhecido uma perda por desvalorização (impairment) de R\$ 50.000 nesse ativo.

Considerando o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a InovaTech S.A. deveria, nas demonstrações referentes ao ano de X2,

A reconhecer um ganho por recuperação de valor no montante de R\$ 50.000.

B registrar uma nova perda por desvalorização no valor de R\$ 50.000.

C não fazer nenhum registro contábil, mantendo o valor contábil atual.

D reverter a perda por desvalorização anteriormente reconhecida no valor de R\$ 70.000.

E reverter a perda por desvalorização anteriormente reconhecida no valor de R\$ 50.000 e reconhecer um ganho adicional de R\$ 20.000.

Comentários:

Nesse tipo de questão temos que analisar em partes:

Parte 1 - A empresa InovaTech S.A., atuante no setor de tecnologia, registrou em seu balanço patrimonial de 31/12/X1 um ativo intangível com vida útil indefinida no valor de R\$ 400.000. Esse ativo corresponde ao pagamento de ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) na aquisição de uma startup inovadora.

Falamos que no final do exercício, vamos e damos uma olhada: há indício de desvalorização? Sim! Teste de recuperabilidade. Não? Então, o teste está dispensado.

Todavia, existem três ativos que devem ser avaliados formalmente, ainda que não haja indícios de perda. São eles:

- Goodwill

- Intangível com vida indefinida
- Intangível que ainda não está em uso.



Esses ativos têm a característica comum de não sofrer amortização. Isto é, os seus valores não diminuem com o curso do tempo, como ocorre com os outros ativos que têm amortização, depreciação, exaustão etc. Não temos uma base sistemática para a alocação da amortização.

Adicionalmente, o quesito informou que no exercício de X1, a empresa havia reconhecido uma perda por desvalorização (impairment) de R\$ 50.000 nesse ativo.

A situação é a seguinte:

ativo intangível com vida útil indefinida no valor de R\$ 400.000

(-) perda por desvalorização (impairment) de R\$ 50.000

= Valor Contábil R\$ 350.000

Parte 2 - Em 31/12/X2, a InovaTech realizou um teste de redução ao valor recuperável (teste de impairment) com as seguintes informações:

- Valor em uso: R\$ 300.000.
- Valor justo líquido de despesas de venda: R\$ 420.000.

Valor Recuperável = MAIOR entre os dois acima: 420.000

Quando a empresa já reconheceu uma perda por teste de recuperabilidade e um teste posterior indica que o valor recuperável está acima do valor contábil, a perda pode ser revertida.

Cuidado! O CPC 01 informa que não devemos reverter uma perda por recuperabilidade registrada no GOODWILL. Isso se deve pelo fato que não dá para distinguir do Goodwill gerado internamente. E a empresa nunca deve contabilizar o Goodwill gerado internamente.

Assim, voltando à questão, o Goodwill continua com valor de R\$ 350.000.

Gabarito: C

5. (FUNCERN/Pref. Guamaré/Auditor Fiscal de Tributos/2024) Em relação ao pronunciamento contábil que trata sobre a redução ao valor recuperável de ativos, julgue os itens a seguir.

I. A perda por desvalorização reconhecida para o ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) deve ser revertida em período subsequente.

II. A entidade deve avaliar ao fim de cada período de reporte, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo.

III. Se não há razão para acreditar que o valor em uso de um ativo exceda materialmente seu valor justo líquido de despesas de venda, o valor justo líquido de despesas de venda do ativo pode ser considerado como seu valor recuperável.

IV. A perda por desvalorização do ativo deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado desde que o ativo tenha sido reavaliado.

Estão corretas as afirmativas



A II e III.

B I e II.

C I, III e IV.

D I, II, III e IV.

Comentários:

I. A perda por desvalorização reconhecida para o ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) deve ser revertida em período subsequente.

Quando a empresa já reconheceu uma perda por teste de recuperabilidade e um teste posterior indica que o valor recuperável está acima do valor contábil, a perda pode ser revertida. **Exceto para o ágio por expectativa de rentabilidade futura (o Goodwill).** A perda reconhecida no Goodwill não deve ser revertida, pois não dá para distinguir do Goodwill gerado internamente. E a empresa nunca deve contabilizar o Goodwill gerado internamente. Item errado.

II. A entidade deve avaliar ao fim de cada período de reporte, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo.

O item 9 da referida norma explica que a entidade deve avaliar ao fim de cada período de reporte se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo.

Há indício de desvalorização? Sim! Teste de recuperabilidade. Não? Então, o teste está dispensado.

Ressaltamos que existem três ativos que devem ser avaliados formalmente, ainda que não haja indícios de perda. São eles: Goodwill, intangível com vida indefinida e Intangível que ainda não está em uso.

Item certo.

III. Se não há razão para acreditar que o valor em uso de um ativo exceda materialmente seu valor justo líquido de despesas de venda, o valor justo líquido de despesas de venda do ativo pode ser considerado como seu valor recuperável.

Valor recuperável de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa é o **maior (repita-se: maior) valor** entre o valor justo líquido de venda de um ativo e seu valor em uso.

O item 19 do CPC 01 diz que se qualquer desses valores excederem o valor contábil do ativo, este não tem desvalorização e, portanto, não é necessário estimar o outro valor. Por exemplo:

- Valor contábil = 100.000,00
- Valor justo líquido de despesa de venda = 130.000,00

Não haverá necessidade de se calcular o valor em uso, já que o valor justo líquido de despesa de venda já superou o valor contábil.



Adicionalmente, o item 20 informar que pode ocorrer, também, de não ser possível determinar qual o valor justo líquido de despesa de venda a se obter, hipótese em que não será necessário calculá-lo. Neste caso, o valor de uso será considerado como o valor recuperável.

O quesito acabou trazendo a literalidade do item 21:

21. Se não há razão para acreditar que o valor em uso de um ativo exceda materialmente seu valor justo líquido de despesas de venda, o valor justo líquido de despesas de venda do ativo pode ser considerado como seu valor recuperável. Esse será frequentemente o caso para um ativo que é mantido para alienação. Isso ocorre porque o valor em uso de ativo mantido para alienação corresponderá principalmente às receitas líquidas da baixa, uma vez que os futuros fluxos de caixa do uso contínuo do ativo, até sua baixa, provavelmente serão irrisórios.

Item certo.

IV. A perda por desvalorização do ativo deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado desde que o ativo tenha sido reavaliado.

Na realidade, é **exceto se o ativo tenha sido reavaliado**. Vejam o item 60 desse pronunciamento:

60. A perda por desvalorização do ativo deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado, a menos que o ativo tenha sido reavaliado. Qualquer desvalorização de ativo reavaliado deve ser tratada como diminuição do saldo da reavaliação.

Ressaltamos que esse dispositivo não pode ser interpretado por si só. Devemos fazer uma leitura conjugada com o dispositivo seguinte:

61. A perda por desvalorização de ativo não reavaliado deve ser reconhecida na demonstração do resultado do exercício. Entretanto, a perda por desvalorização de ativo reavaliado deve ser reconhecida em outros resultados abrangentes (na reserva de reavaliação) na extensão em que a perda por desvalorização não exceder o saldo da reavaliação reconhecida para o mesmo ativo. Essa perda por desvalorização sobre o ativo reavaliado reduz a reavaliação reconhecida para o ativo.

Com efeito, a perda por desvalorização de ativo reavaliado só é reconhecida como diminuição do saldo da reavaliação à medida que haja saldo para tanto na reavaliação. Excedendo-se este montante, o valor deverá ser reconhecido como despesa, no resultado do exercício.

Item errado.

Gabarito: A

6. (FUNCEPE/Pref. Gen. Sampaio/Auditor de Controle Interno/2024) Leia o excerto a seguir.



“É o maior montante entre o valor justo líquido de despesas de venda do ativo ou da unidade geradora de caixa e o seu valor em uso.”

O trecho diz respeito ao valor

A justo (fair value).

B recuperável.

C realizável líquido.

D líquido contábil.

E bruto contábil.

Comentários:

O item 6 do CPC 01 trouxe algumas definições, entre elas:

Definições

6. Os seguintes termos são utilizados neste Pronunciamento Técnico com os significados específicos que se seguem:

Valor contábil é o montante pelo qual o ativo está reconhecido no balanço depois da dedução de toda respectiva depreciação, amortização ou exaustão acumulada e ajuste para perdas.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. (Ver CPC 46 – Mensuração do Valor Justo). (Alterada pela Revisão CPC 03) **(Alternativa A)**

Valor recuperável de um ativo ou de unidade geradora de caixa é o maior montante entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso. **(Alternativa B)**

Diante do exposto, o quesito trouxe a definição de valor **RECUPERÁVEL**.

Ressalto que o CPC 01 não trouxe as definições dos termos presentes nas alternativas C a E. Todavia, grosso modo, podemos defini-los como:

C realizável líquido.

Valor realizável líquido é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios deduzido dos custos estimados para sua conclusão e dos gastos estimados necessários para se concretizar a venda. (Definição presente no CPC 16 (R1) – Estoques)

D líquido contábil.

Valor contábil é o montante pelo qual o ativo está reconhecido no balanço **DEPOIS** da dedução de toda respectiva depreciação, amortização ou exaustão acumulada e ajuste para perdas.



E bruto contábil.

É o montante pelo qual o ativo está reconhecido no balanço **ANTES** da dedução de toda respectiva depreciação, amortização ou exaustão acumulada e ajuste para perdas.

Gabarito: B

7. (Instituto Verbena/CM Anápolis/Analista Administrativo/Ciências Contábeis/2024) Qual ativo que, via de regra, deve ter seus valores avaliados por teste de recuperabilidade (impairment)?

- A Ativo imobilizado.
- B Ativos diferidos.
- C Ativo biológico.
- D Estoques.

Comentários:

O artigo 183, parágrafo terceiro, da lei 6.404/76 prega que há necessidade de se analisar a capacidade de recuperação de valores registrados **no imobilizado e no intangível**.

Destacamos que para a Lei 6404/76 fala do teste de recuperabilidade somente para Intangíveis e Imobilizados, mas o “conceito geral de recuperabilidade” é aplicado a todos os ativos, **sem exceção**

Ressaltamos que há ativos aos quais, por disposição expressa do próprio CPC, não se submetem ao CPC 01, mas possuem metodologias próprias.

Por favor, pessoal, não quer dizer que esses ativos não estão sujeitos ao conceito geral de recuperabilidade ou impairment, mas a METODOLOGIA PREVISTA NO CPC 01 não se aplica a eles:

CPC 01 - Não se aplica a							
Estoques	Receita de contrato com cliente	Ativos fiscais diferidos	Benefícios a empregados	Propriedade para investimento mensurada ao valor justo	Ativos biológicos ao valor justo	Contratos de seguro	Ativos não circulantes mantido para venda

Gabarito: A

8. (Instituto Verbena/Pref. Turvânia/Técnico de Controle Interno/2024) Leia o caso a seguir.

Uma empresa possui um ativo cujo valor contábil é de R\$ 150.000. Recentemente, foi feita uma avaliação para determinar o valor recuperável desse ativo. Foi estimado que o valor justo do ativo, descontando os custos de venda, é de R\$ 130.000, e o valor em uso baseado nas projeções de fluxos de caixa futuros, é de R\$ 120.000.

De acordo com o CPC 01 – Valor Recuperável de Ativos, qual deve ser o valor registrado para esse ativo no balanço patrimonial da empresa e qual seria a perda por desvalorização, se aplicável?



- A Valor registrado: R\$ 150.000; Perda por desvalorização: R\$ 0.
B Valor registrado: R\$ 130.000; Perda por desvalorização: R\$ 20.000.
C Valor registrado: R\$ 120.000; Perda por desvalorização: R\$ 30.000.
D Valor registrado: R\$ 125.000; Perda por desvalorização: R\$ 25.000.

Comentários:

Uma empresa possui um ativo cujo valor contábil é de R\$ 150.000.

Posteriormente, a entidade realizou o teste de recuperabilidade:

- Valor justo do ativo, descontando os custos de venda, é de R\$ 130.000
- Valor em uso baseado nas projeções de fluxos de caixa futuros, é de R\$ 120.000.

Como o valor recuperável é o MAIOR entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso, portanto, R\$ 130.000.

Agora vamos comparar o valor recuperável com o valor contábil do ativo:

- Valor Contábil = R\$ 150.000
- Valor Recuperável = R\$ 130.000

Como o Valor Recuperável é menor em R\$ 20.000 (150.000 – 130.000), a empresa contabiliza um ajuste para perdas com Impairment:

D – Perdas com teste de Recuperabilidade (resultado)	20.000,00
C – Ajuste para perda com Recuperabilidade (Ret. Ativo)	20.000,00

E o valor contábil (que é o valor evidenciado no Balanço Patrimonial) fica assim:

Valor original	R\$ 150.000,00
(-) Ajuste para perda com recuperabilidade	-R\$ 20.000,00
= Valor contábil	R\$ 130.000,00

De acordo com o CPC 01 – Valor Recuperável de Ativos, o valor registrado para esse ativo no balanço patrimonial da empresa é igual R\$ 130.000 e a perda por desvalorização é igual a R\$ 20.000.

Gabarito: B

9. (FAURGS/UFRGS/Técnico Contabilidade/2023) Um veículo apresenta a seguinte composição patrimonial:

Veículo	R\$ 100.000,00
Depreciação acumulada até 31/12/2021	R\$ 40.000,00



Estimativa de ajuste ao valor recuperável realizada em 31/12/2020 R\$ 20.000,00

Na análise do valor recuperável do ativo do ano de 2021, identificou-se valor em uso de R\$ 50.000,00 e valor justo de R\$ 30.000,00.

Com base nessas informações, marque a alternativa que apresenta o valor contábil do veículo a ser apresentado no Balanço Patrimonial de 31/12/2021.

- A R\$ 30.000,00.
- B R\$ 40.000,00.
- C R\$ 50.000,00.
- D R\$ 80.000,00.
- E R\$ 100.000,00.

Comentários:

O item 6 do CPC 01 define valor contábil como o montante pelo qual o ativo está reconhecido no balanço depois da dedução de toda respectiva depreciação, amortização ou exaustão acumulada e ajuste para perdas.

Desse modo, ele será de:

Veículo R\$ 100.000,00

(-) Depreciação acumulada até 31/12/2021 R\$ 40.000,00

(-) Estimativa de ajuste ao valor recuperável realizada em 31/12/2020 R\$ 20.000,00

(=) Valor Contábil R\$ 40.000,00

Posteriormente, a entidade realizou o teste de recuperabilidade e encontrou estes valores:

- valor em uso de R\$ 50.000,00
- valor justo de R\$ 30.000,00

Valor recuperável de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa é o **maior (repita-se: maior) valor** entre o valor justo líquido de venda de um ativo e seu valor em uso. Assim, valor recuperável é igual a R\$ 50.000,00.

Neste momento, vamos comparar o valor recuperável com o valor contábil do ativo:

- Valor Contábil = R\$ 40.000
- Valor Recuperável = R\$ 50.000

Quando o valor recuperável é maior que o valor contábil, normalmente não precisa efetuar nenhuma contabilização. Mas, quando a empresa reconheceu uma perda por impairment anteriormente, é necessário reverter a perda anteriormente contabilizada, de forma total ou parcial.

A perda já reconhecida é de R\$ 20.000. Assim, a empresa deve reverter parcialmente a perda por impairment, no valor de R\$ 10.000,00 (R\$ 50.000 – R\$ 40.000). Respeitando, assim, o limite fixado pelo pronunciamento.



Com base nessas informações, marque a alternativa que apresenta o valor contábil do veículo a ser apresentado no Balanço Patrimonial de 31/12/2021:

Veículo R\$ 100.000,00

(-) Depreciação acumulada até 31/12/2021 R\$ 40.000,00

(-) Estimativa de ajuste ao valor recuperável realizada em 31/12/2020 R\$ 10.000,00

(=) Valor Contábil R\$ 50.000,00

Gabarito: C

10. (QUADRIX/CREA GO/Contador/2023) Acerca da contabilidade geral, julgue o item.

As estimativas de fluxos de caixa futuros e a taxa de desconto devem refletir premissas consistentes sobre aumentos de preço. Se a taxa de desconto incluir o efeito dos aumentos de preço devido à inflação, os fluxos de caixa futuros devem ser estimados em termos reais.

Comentários:

Na verdade, nessa situação eles devem ser estimados em termos **NOMINAIS**.

Se a taxa de desconto considerar o aumento de preços, como no caso da inflação, os fluxos de caixa projetados devem estar em valores nominais; ao contrário, se os fluxos de caixa estiverem projetados em moeda de valor constante, a taxa de desconto não deve conter embutida a inflação do período.

Isso é previsto no item 40 do CPC 01:

40. As estimativas de fluxos de caixa futuros e a taxa de desconto **DEVEM** refletir premissas consistentes sobre aumentos de preço devido à inflação (aumento generalizado de preços). Portanto, se a taxa de desconto incluir o efeito dos aumentos de preço devido à inflação, os fluxos de caixa futuros devem ser estimados em termos **NOMINAIS**. Se a taxa de desconto excluir o efeito de aumentos de preço devido à inflação, os fluxos de caixa futuros devem ser estimados em termos reais (porém, devem incluir aumentos ou futuras reduções específicas de preços).

Gabarito: Errado

11. (FUNCERN/Pref Bom Jesus – RN/Contador/2023) Os ativos de uma empresa podem sofrer variação no seu valor com o passar do tempo. Para manter o balanço fidedigno com a realidade, existe o mecanismo de atualização dos ativos ao valor recuperável. Sendo assim, valor recuperável é definido como

A o maior valor entre o valor justo líquido de despesas de venda de um ativo ou de unidade geradora de caixa e o seu valor em uso.

B o montante pelo qual o ativo está reconhecido no balanço, depois da dedução de toda respectiva depreciação, amortização ou exaustão acumulada e ajuste para perdas.



C o custo de um ativo, ou outra base que substitua o custo nas demonstrações contábeis, menos seu valor residual.

D o número de unidades de produção ou de unidades semelhantes que a entidade espera obter do ativo.

Comentários:

O item 6 do CPC 01 trouxe algumas definições, entre elas:

Definições

6. Os seguintes termos são utilizados neste Pronunciamento Técnico com os significados específicos que se seguem:

Valor contábil é o montante pelo qual o ativo está reconhecido no balanço depois da dedução de toda respectiva depreciação, amortização ou exaustão acumulada e ajuste para perdas. **(Alternativa B)**

Valor depreciável, amortizável e exaurível é o custo de um ativo, ou outra base que substitua o custo nas demonstrações contábeis, menos seu valor residual. **(Alternativa C)**

Valor recuperável de um ativo ou de unidade geradora de caixa é o maior montante entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso. **(Alternativa A)**

Vida útil é:

(a) o período de tempo durante o qual a entidade espera utilizar um ativo; ou

(b) o número de unidades de produção ou de unidades semelhantes que a entidade espera obter do ativo. **(Alternativa D)**

Isto posto, o Valor **RECUPERÁVEL** de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa é o **MAIOR (repita-se: maior) valor** entre o valor justo líquido de venda de um ativo e seu valor em uso.

Gabarito: A

12. Instituto AOCF/MPE MS/Analista Contabilidade/2023) A empresa TENDITUDO S/A. apresentava em seu Balanço Patrimonial, em 31/12/2021, um ativo imobilizado composto pelos seguintes valores: custo de aquisição: R\$ 100.000,00 e depreciação acumulada: R\$ 10.000,00. Sabendo que a empresa, em 31/12/2021, realizou o teste de recuperabilidade para esse ativo imobilizado e obteve as seguintes informações:

- valor em uso: R\$ 80.000,00.
- valor justo líquido das despesas de venda: R\$ 70.000,00.

Com base nessas informações e nas demonstrações contábeis de 2021, a empresa irá reconhecer

A perda por desvalorização no valor de R\$ 30.000,00.



B ganho no resultado pela avaliação no valor de R\$ 20.000,00.

C perda por desvalorização no valor de R\$ 20.000,00.

D ganho no resultado pela avaliação no valor de R\$ 10.000,00.

E perda por desvalorização no valor de R\$ 10.000,00.

Comentários:

Vamos começar apurando o valor contábil do ativo no momento do teste de recuperabilidade:

$$\text{Valor Contábil} = \text{Custo Histórico (Aquisição)} - \text{Depreciação Acumulada}$$

$$\text{Valor Contábil} = 100.000 - 10.000 = 90.000$$

Agora, vamos encontrar o valor recuperável desse ativo, que é o MAIOR entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso, portanto, R\$ 80.000,00.

Confrontando o valor contábil com o valor recuperável, percebe-se que o ativo está superavaliado:

$$\text{Valor Contábil} > \text{Valor Recuperável}$$

$$90.000 > 80.000$$

Consequentemente, devemos uma perda por desvalorização no valor de:

$$\text{Perda} = \text{Valor Contábil} - \text{Valor Recuperável}$$

$$\text{Perda} = 90.000 - 80.000 = 10.000$$

Agora, é importante lembrar que segundo a norma, essa **perda deve ser reconhecida no resultado do exercício (outras despesas), exceto se o ativo tiver sido reavaliado; neste caso a perda será lançada como reversão da reserva de reavaliação.**

Gabarito: E

13. (COGEPS UNIOESTE/GUARAPREV/Contador/2023) Assinale a alternativa correta no que se refere à mensuração do valor recuperável de um ativo para fins de apuração da necessidade de redução ao valor recuperável de um ativo, de acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 01 (R4):

A Valor recuperável é o menor valor entre o valor justo líquido de despesas de venda de um ativo ou de unidade geradora de caixa e o seu valor em uso.

B Para se apurar o valor justo de um ativo, deve-se, dentre outros itens, calcular a estimativa dos fluxos de caixa futuros que a entidade espera obter com esse ativo.

C Quando da apuração do valor recuperável de um ativo, a referida norma exige que sempre devem ser determinados os dois valores, quais sejam: o seu valor justo líquido de despesas de venda; e o seu valor em uso, para depois de determinados os dois valores, decidir qual deles será considerado o valor recuperável.



D Quando não é possível mensurar o valor justo líquido de despesas de alienação de um ativo porque não há base para se fazer estimativa confiável do preço pelo qual uma transação ordenada para a venda do ativo ocorreria entre participantes do mercado na data de mensuração sob condições atuais de mercado, o valor em uso pode ser utilizado como seu valor recuperável.

E O valor recuperável sempre deve ser apurado para um ativo individual, mesmo que esse integre um grupo de ativos, e que esse ativo individual não gere entradas de caixa provenientes de seu uso contínuo.

Comentários:

A Valor recuperável é o menor valor entre o valor justo líquido de despesas de venda de um ativo ou de unidade geradora de caixa e o seu valor em uso.

Na realidade, ele é o MAIOR:

Definições

6. Os seguintes termos são utilizados neste Pronunciamento Técnico com os significados específicos que se seguem:

Valor recuperável de um ativo ou de unidade geradora de caixa é o **MAIOR** montante entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso.

Item errado.

B Para se apurar o valor justo de um ativo, deve-se, dentre outros itens, calcular a estimativa dos fluxos de caixa futuros que a entidade espera obter com esse ativo.

O item 30 do respectivo pronunciamento informa que os seguintes elementos devem ser **refletidos no cálculo do valor em uso** do ativo:

(a) estimativa dos fluxos de caixa futuros que a entidade espera obter com esse ativo;

(b) expectativas acerca de possíveis variações no montante ou no período de ocorrência desses fluxos de caixa futuros;

(c) valor do dinheiro no tempo, representado pela atual taxa de juros livre de risco;

(d) preço pela assunção da incerteza inerente ao ativo (prêmio); e

(e) outros fatores, tais como falta de liquidez, que participantes do mercado iriam considerar ao precificar os fluxos de caixa futuros esperados da entidade, advindos do ativo.

Observa-se que a banca tentou confundir os candidatos ao repassar um elemento refletido na estimativa do valor de uso como fosse do valor justo. Item errado.

C Quando da apuração do valor recuperável de um ativo, a referida norma exige que sempre devem ser determinados os dois valores, quais sejam: o seu valor justo líquido de despesas de venda; e o seu valor em uso, para depois de determinados os dois valores, decidir qual deles será considerado o valor recuperável.



Valor recuperável de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa é o **maior (repita-se: maior) valor** entre o valor justo líquido de venda de um ativo e seu valor em uso.

O item 19 do CPC 01 diz que se qualquer desses valores excederem o valor contábil do ativo, este **NÃO tem desvalorização** e, portanto, **NÃO é necessário estimar o outro valor**. Por exemplo:

- Valor contábil = 100.000,00
- Valor justo líquido de despesa de venda = 130.000,00

Não haverá necessidade de se calcular o valor em uso, já que o valor justo líquido de despesa de venda já superou o valor contábil.

Adicionalmente, o item 20 informar que pode ocorrer, também, de não ser possível determinar qual o valor justo líquido de despesa de venda a se obter, hipótese em que não será necessário calculá-lo. Neste caso, o valor de uso será considerado como o valor recuperável.

Além disso, o item 21 trouxe o exemplo de um ativo que é mantido para alienação. Basicamente, ele informa que o valor justo líquido de despesas de venda do ativo pode ser considerado como seu valor recuperável posto que valor em uso de ativo mantido para alienação corresponderá principalmente às receitas líquidas da baixa, uma vez que os futuros fluxos de caixa do uso contínuo do ativo, até sua baixa, provavelmente serão irrisórios.

Item errado.

D Quando não é possível mensurar o valor justo líquido de despesas de alienação de um ativo porque não há base para se fazer estimativa confiável do preço pelo qual uma transação ordenada para a venda do ativo ocorreria entre participantes do mercado na data de mensuração sob condições atuais de mercado, o valor em uso pode ser utilizado como seu valor recuperável.

Nessa alternativa a banca parafraseou (escreveu o mesmo com outras palavras) a literalidade do item 20:

20. É possível mensurar o valor justo líquido de despesas de alienação, mesmo que não haja preço cotado em mercado ativo para ativo idêntico. Entretanto, **algumas vezes não é possível mensurar o valor justo líquido de despesas de alienação** porque não há base para se fazer estimativa confiável do preço pelo qual uma transação ordenada para a venda do ativo ocorreria entre participantes do mercado na data de mensuração sob condições atuais de mercado. **Nesse caso, o valor em uso pode ser utilizado como seu valor recuperável.** (Alterado pela Revisão CPC 03)

E O valor recuperável sempre deve ser apurado para um ativo individual, mesmo que esse integre um grupo de ativos, e que esse ativo individual não gere entradas de caixa provenientes de seu uso contínuo.

O item 18 ressalta que as exigências para mensuração do valor recuperável usam o termo “um ativo”, muito embora se apliquem igualmente a um ativo individual ou a uma unidade geradora de caixa.



Em seguida, o item 22 orienta que o **valor recuperável é determinado para um ativo individual, a menos que o ativo NÃO gere entradas de caixa provenientes de seu uso contínuo, que são, em grande parte, independentes daquelas provenientes de outros ativos ou de grupos de ativos.**

Se esse for o caso, o valor recuperável é determinado para a unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence, **a menos que:**

- (a) o valor justo líquido de despesas de venda do ativo seja maior do que seu valor contábil; ou
- (b) o valor em uso do ativo possa ser estimado como sendo próximo do valor justo líquido

Resumindo:

Regra: valor recuperável é determinado para um ativo individual

Exceção: o valor recuperável é determinado para a unidade geradora de caixa quando o ativo **NÃO** gere entradas de caixa provenientes de seu uso contínuo, que são, em grande parte, independentes daquelas provenientes de outros ativos ou de grupos de ativos.

Item errado.

Gabarito: D

14. (IBFC/UFPB/Contador/2023) O objetivo do Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos é definir procedimentos visando a assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado no tempo por uso nas operações da entidade ou em sua eventual venda. Caso exista evidência clara de que os ativos estão registrados por valor não recuperável no futuro, a entidade deverá imediatamente reconhecer a desvalorização, por meio da constituição de provisão para perdas. Isso posto, analise as informações: A empresa XA, ao analisar um determinado Ativo, identifica as seguintes características: Valor líquido de Vendas = R\$ 5.100,00; Valor em uso = R\$ 5.000,00; Valor Contábil Bruto = R\$ 8.000,00; Depreciação Acumulada = R\$ 2.000,00; Provisão para Perdas R\$ 600,00. Calcule o valor do lançamento por Perda de Redução ao Valor Recuperável (Impairment) deste Ativo e assinale a alternativa que preencha corretamente a lacuna. O valor do lançamento por Perda de Redução ao Valor Recuperável foi de _____.

- A R\$ 900,00
- B R\$ 300,00
- C R\$ 600,00
- DR\$ 500,00
- E R\$ 800,00



Comentários:

Sem grande rigor, podemos definir o Valor contábil bruto como o montante pelo qual o ativo está reconhecido no balanço **ANTES** da dedução de toda respectiva depreciação, amortização ou exaustão acumulada e ajuste para perdas.

Como o quesito trouxe o valor contábil bruto e suas respectivas deduções, somos capazes de calcular o valor contábil do ativo no momento do teste de recuperabilidade:

Valor Contábil Bruto = R\$ 8.000,00;

(-) Depreciação Acumulada = R\$ 2.000,00;

(-) Provisão para Perdas R\$ 600,00.

= Valor Contábil Líquido = R\$ 5.400,00;

Adendo! Antigamente atribuíam o termo “provisão” para contas do ativo (como provisão para depreciação acumulada, provisão para devedores duvidosos, provisão para perdas em estoque), **mas repare que esse valor não será pago a ninguém**. Apenas reflete uma desvalorização ocorrida. **Essa nomenclatura não é a ideal**, visto que **provisão é um passivo de prazo ou valor incerto**.

Nesse sentido, o item 7 desse CPC define provisão como passivo de prazo ou valor incertos. Adicionalmente, ressalva que em alguns países o termo “provisão” é também usado no contexto de itens tais como depreciação, redução ao valor recuperável de ativos e créditos de liquidação duvidosa: **estes são ajustes dos valores contábeis de ativos e não são tratados no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes**.

Agora, vamos encontrar o valor recuperável desse ativo, que é o MAIOR entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso, portanto, R\$ 5.100,00.

Confrontando o valor contábil com o valor recuperável, percebe-se que o ativo está superavaliado:

Valor Contábil > Valor Recuperável

R\$ 5.400 > R\$ 5.100

Consequentemente, devemos uma perda por desvalorização no valor de:

Perda = Valor Contábil - Valor Recuperável

Perda = R\$ 5.400 – R\$ 5.100 = R\$ 300

Agora, é importante lembrar que segundo a norma, essa **perda deve ser reconhecida no resultado do exercício (outras despesas), exceto se o ativo tiver sido reavaliado; neste caso a perda será lançada como reversão da reserva de reavaliação**.

Gabarito: B



15. (Instituto Verbena/UFG/Contador/2023) Leia o caso a seguir.

A empresa S.A. comprou uma máquina em 01/05/2020 por R\$ 300.000,00, com valor residual de R\$ 40.000,00. A máquina ficou pronta para uso em 01/07/2020, entrando em uso nessa data. Em 31/12/2022, o valor em uso estimado para a máquina foi de R\$ 150.000,00. Caso a empresa venda esse ativo, o valor bruto obtido é de R\$ 140.000,00, tendo um custo de venda de R\$ 4.000,00. A vida útil da máquina conforme receita federal é de 10 anos. A empresa espera usar a máquina por 5 anos

Com base nisso, o valor reconhecido como impairment em 31/12/2022 é de

A R\$ 0,00.

B R\$ 20.000,00.

C R\$ 55.000,00.

D R\$ 85.000,00.

Comentários:

Questão interessante que envolve dois pronunciamentos contábeis: CPC 27 - Ativo Imobilizado e CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

- **Conhecimentos relacionados ao CPC 27 - Ativo Imobilizado:**

Vamos usar a nossa receita de bolo:

Como calcular a depreciação pelo método da linha reta?

1) Pegue o valor de aquisição: **R\$ 300.000,00**

2) Encontre o valor residual: **R\$ 40.000,00**

3) Faça a diferença entre o valor de aquisição e o valor residual e encontraremos o chamado valor depreciável:
 $R\$ 300.000,00 - R\$ 40.000,00 = R\$ 260.000,00$

4) Encontre a vida útil (em meses ou anos, geralmente). **5 anos**

Adendo! Para a receita federal, esse equipamento possui vida útil de 10 anos, mas a entidade quer utilizá-la por 5 anos. Qual devemos utilizar?

Encontramos a resposta no item 6 do CPC 27:

Vida útil é:

(a) o **período de tempo durante o qual a entidade espera utilizar o ativo**; ou

(b) o número de unidades de produção ou de unidades semelhantes que a entidade espera obter pela utilização do ativo.

5) Divida o valor depreciável pela vida útil: $R\$ 260.000,00/5 = R\$ 52.000,00$



A máquina ficou pronta para uso em 01/07/2020, entrando em uso nessa data.

Com base nisso, o valor reconhecido como impairment em 31/12/2022 é de

Cuidado! Precisamos calcular o valor proporcional aos 30 meses:

Depreciação no período = R\$ 52.000,00 x 30/12 = R\$ 130.000,00

Dica: para facilitar o cálculo tente dividir em períodos de 12 meses:

1/07/2020 a 30/06/2021 – 12 meses = R\$ 52.000,00

01/07/2021 a 30/06/2022 – 12 meses = R\$ 52.000,00

01/07/2022 a 31/12/2022 – 6 meses = R\$ 52.000,00 x 6/12 = R\$ 52.000,00 x 0,5 = R\$ 26.000,00

Somando: R\$ 52.000,00 + R\$ 52.000,00 + R\$ 26.000,00 = R\$ 130.000,00

Antes do teste de recuperabilidade, o valor contábil desse ativo correspondia a:

Valor Histórico	R\$ 300.000,00
(-) Depreciação Acumulada	(R\$ 130.000,00)
= Valor Contábil	R\$ 170.000,00

- **Conhecimentos relacionados ao CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos:**

O valor contábil deve ser comparado com o valor recuperável, que é o **MAIOR** entre o valor em uso e o valor justo líquido das despesas de venda:

- valor em uso = R\$ 150.000,00.
- valor justo líquido das despesas de venda = R\$ 140.000,00 - R\$ 4.000,00 = R\$ 136.000,00

Assim, o valor recuperável é R\$ 150.000,00. Como o valor contábil é maior que o valor recuperável, a empresa deve reconhecer uma perda por recuperabilidade.

Perda por recuperabilidade = Valor contábil – valor recuperável

Perda por recuperabilidade = R\$ 170.000,00 - R\$ 150.000,00

Perda por recuperabilidade = R\$ 20.000,00

Gabarito: B



16. (COPEVE UFAL/Pref. Mal. Deodoro/Fiscal de Tributos/2023) Acerca dos conceitos de mensuração de ativos, da redução ao valor recuperável de ativos, de valor justo, de valor em uso, e de valor contábil líquido, considere a situação: a companhia JB possui um imóvel que tem seu valor em uso avaliado em R\$ 200.000,00 e o seu valor contábil líquido em R\$ 250.000,00. O valor justo desse imóvel, deduzidas as despesas de vendas, está avaliado em R\$ 230.000,00. Diante dessas informações, assinale a alternativa correta.

A Deverá ser creditado na conta contábil do imóvel da entidade o valor correspondente à perda de R\$ 50.000,00, para que o valor contábil do bem fique ajustado ao valor recuperável.

B O valor contábil desse imóvel deve ser reduzido em R\$ 20.000,00, por meio da contabilização da despesa correspondente relativa ao impairment test

C O valor contábil desse imóvel deverá ficar avaliado em R\$ 200.000,00 na contabilidade, em obediência ao conservadorismo ou à prudência.

D Observa-se que nenhum ajuste deve ser feito na contabilidade da entidade, visto que não há perdas por redução ao valor recuperável.

E O valor contábil desse imóvel deverá sofrer redução em R\$ 50.000,00, tendo em vista o valor contábil ser superior ao valor em uso.

Comentários:

Fazendo o teste de recuperabilidade, temos:

- Valor em uso: R\$ 200.000,00.
- Valor justo líquido das despesas de venda: R\$230.000,00.
- Valor Recuperável = R\$ 230.000,00 (maior).
- Valor Contábil = R\$ 250.000,00

Confrontando o valor contábil com o valor recuperável, percebe-se que o ativo está superavaliado:

Valor Contábil > Valor Recuperável

R\$ 250.000 > R\$ 230.000

Como o valor contábil é maior que o valor recuperável, a empresa deve reconhecer uma perda por recuperabilidade.

Perda por recuperabilidade = Valor contábil – valor recuperável

Perda por recuperabilidade = R\$ 250.000,00 - R\$ 230.000,00 = R\$ 20.000,00

Diante do exposto, o valor contábil desse imóvel deve ser reduzido em R\$ 20.000,00, por meio da contabilização da despesa correspondente relativa ao impairment test. Já podemos marcar a letra B como gabarito.

Para finalizar, vamos destacar os erros das alternativas:



A Deverá ser creditado na conta contábil do imóvel da entidade o valor correspondente à perda de R\$ 50.000,00, para que o valor contábil do bem fique ajustado ao valor recuperável.

Na verdade, creditamos uma conta retificadora e não a conta imóveis. Além disso, o valor da perda foi de R\$ 20.000,00. Item errado.

C O valor contábil desse imóvel deverá ficar avaliado em R\$ 200.000,00 na contabilidade, em obediência ao conservadorismo ou à prudência.

A prudência indica que em caso de dúvidas (alternativas válidas) devemos utilizar o menor valor para o ativo e o maior valor para o passivo.

Cuidado! A análise tem que ser Valor Contábil versus Valor Recuperável. Isto é, não confrontamos o valor contábil com os valores de uso ou valor justo líquido das despesas de vendas, mas sim com o maior desses valores.

Corrigindo, temos: *o valor contábil desse imóvel deverá ficar avaliado em R\$ 230.000,00 na contabilidade, em obediência ao conservadorismo ou à prudência.* Item errado.

D Observa-se que nenhum ajuste deve ser feito na contabilidade da entidade, visto que não há perdas por redução ao valor recuperável.

O valor contábil superou o valor recuperável e, em razão disso, há perdas por redução ao valor recuperável. Item errado.

E O valor contábil desse imóvel deverá sofrer redução em R\$ 50.000,00, tendo em vista o valor contábil ser superior ao valor em uso.

Como o valor recuperável é o MAIOR entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso, então vamos utilizar o valor justo líquido das despesas de venda como valor recuperável. Consequentemente, o valor contábil desse imóvel deverá sofrer redução em R\$ 20.000,00. Item errado.

Gabarito: B

17. (AVANÇASP/Pref. Ubatuba/Contador/2023) Suponha que uma máquina de produção de uma grande indústria é danificada em função de uma enchente. A empresa contrata dois engenheiros especializados para calcular o valor recuperável do bem. O primeiro conclui que o ajuste a valor recuperável a ser efetuado é de R\$ 1.000.000,00, e o segundo conclui que o ajuste deve ser de R\$ 1.200.000,00. Neste caso, em atenção ao Princípio da Prudência, o Contador da entidade deve registrar:

A um ajuste a valor recuperável de ativo imobilizado no valor de R\$ 1.000.000,00, que resulta em menor valor para o ativo e maior valor para o Patrimônio Líquido.

B um ajuste a valor recuperável de ativo imobilizado no valor de R\$ 1.000.000,00, que resulta em maior valor para o ativo e para o Patrimônio Líquido.



C um ajuste a valor recuperável de ativo imobilizado no valor de R\$ 1.200.000,00, que resulta em maior valor para o ativo e menor valor para o Patrimônio Líquido.

D um ajuste a valor recuperável de ativo imobilizado no valor de R\$ 1.200.000,00, que resulta em menor valor para o ativo e para o Patrimônio Líquido.

E um ajuste a valor recuperável de ativo imobilizado no valor de R\$ 1.200.000,00, que resulta em menor valor para o ativo e maior valor para o Patrimônio Líquido.

Comentários:

A prudência indica que em caso de dúvidas (alternativas válidas) devemos utilizar o **MENOR valor para o ativo** e o **MAIOR valor para o passivo**.

Nas palavras do CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro:

Prudência – Exercício de cautela ao fazer julgamentos sob condições de incerteza. O exercício de prudência significa que ativos e receitas não estão superavaliados e passivos e despesas não estão subavaliados. Da mesma forma, o exercício de prudência não permite a subavaliação de ativos ou receitas ou a superavaliação de passivos ou despesas (EC.2.16).

Cuidado! A análise tem que ser Valor Contábil versus Valor Recuperável. Isto é, não confrontamos o valor contábil com os valores de uso ou valor justo líquido das despesas de vendas, mas sim com o maior desses valores.

Nesse quesito a entidade contratou dois engenheiros especializados para calcular o valor recuperável do bem. Eles apresentaram os seguintes valores:

- Engenheiro 1: **AJUSTE** valor recuperável = R\$ 1.000.000,00,
- Engenheiro 2: **AJUSTE** a valor recuperável = R\$ 1.200.000,00.

Ressaltamos que tal conta é retificadora do ativo não circulante. Assim, em respeito a prudência, **devemos escolher o MAIOR dessa retificadora do ativo**.

A contabilização desse fato contábil é a seguinte:

D – Perdas com teste de Recuperabilidade (Conta de Resultado: despesa)	R\$ 1.200.000,00
C – Ajuste a valor recuperável (Conta patrimonial: Ret. Ativo)	R\$ 1.200.000,00

Efeitos:

- Ativo: Diminuiu
- PL: Diminuiu

Adendo! As contas de resultado são transitórias. Isto é, no final do período confrontamos as receitas/ganho com as despesas/perdas/CMV e transferimos a diferença ao PL.



Diante do exposto, em atenção ao Princípio da Prudência, o Contador da entidade deve registrar um ajuste a valor recuperável de ativo imobilizado no valor de R\$ 1.200.000,00, que resulta em menor valor para o ativo e para o Patrimônio Líquido. Já podemos marcar a letra d como gabarito. Para fins didáticos, vamos evidenciar os erros das demais:

A um ajuste a valor recuperável de ativo imobilizado no valor de R\$ 1.000.000,00, que resulta em menor valor para o ativo e maior valor para o Patrimônio Líquido.

Verdade seja dita: um ajuste a valor recuperável de ativo imobilizado no valor de ~~R\$ 1.000.000,00~~ R\$ **1.200.000,00**, que resulta em menor valor para o ativo e maior **MENOR** valor para o Patrimônio Líquido. Item errado.

B um ajuste a valor recuperável de ativo imobilizado no valor de R\$ 1.000.000,00, que resulta em maior valor para o ativo e para o Patrimônio Líquido.

A entidade deve escolher a estimativa do Engenheiro 2 (AJUSTE a valor recuperável = R\$ 1.200.000,00), que resulta em MENOR a valor para o ativo e para o Patrimônio Líquido. Item errado.

C um ajuste a valor recuperável de ativo imobilizado no valor de R\$ 1.200.000,00, que resulta em maior valor para o ativo e menor valor para o Patrimônio Líquido.

Na realidade, tal decisão resulta em **MENOR** valor para o ativo e **MENOR** valor para o Patrimônio Líquido. Item errado.

E um ajuste a valor recuperável de ativo imobilizado no valor de R\$ 1.200.000,00, que resulta em menor valor para o ativo e maior valor para o Patrimônio Líquido.

Lembre-se disto: o ativo é diretamente proporcional ao PL. Desse modo, essa decisão resulta em **MENOR** valor para o ativo e **MENOR** valor para o Patrimônio Líquido. Item errado.

Gabarito: D

18. (CONSULPLAN/SESPA/Contador/2023) Uma indústria adquiriu certo equipamento em 1º de novembro de 2020. O preço do equipamento à vista era de R\$ 900.000,00, mas a administração da indústria avaliou e decidiu adquiri-lo de forma financiada junto ao fornecedor. O equipamento foi adquirido em dez parcelas mensais de R\$ 99.000,00, totalizando R\$ 990.000,00. Adicionalmente, a indústria ainda desembolsou R\$ 6.000,00 com seguro no transporte, R\$ 13.000,00 para transportar o equipamento da sede do vendedor ao local de sua instalação e R\$ 20.000,00 com tributos não recuperáveis. A indústria incorreu em gastos com instalação de R\$ 21.000,00. Devidamente instalado e testado, o equipamento ficou apto para produzir em 1º de janeiro de 2021. Posteriormente, a indústria pagou R\$ 8.000,00 por um curso de treinamento para os seus empregados a fim de operar o maquinário adequadamente. Sabe-se que o método adotado para cálculo da depreciação foi o linear e a vida útil estimada de dez anos. Conforme disposto na NBC TG 01 (R4) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a administração da companhia efetuou teste de



recuperabilidade no encerramento dos exercícios sociais de 2021 e 2022, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	31/12/2021	31/12/2022
Valor justo líquido de despesas de venda	R\$ 820.000,00	R\$ 750.000,00
Valor em uso	R\$ 828.000,00	R\$ 770.000,00

Considerando estas informações e, ainda, de acordo com a NBC TG 01 (R4) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos e com a NBC TG 27 (R4) – Ativo Imobilizado, é correto afirmar que os valores contábeis líquidos do equipamento em 31/12/2021 e em 31/12/2022 foram, respectivamente:

A R\$ 820.000,00 e R\$ 750.000,00

B R\$ 828.000,00 e R\$ 768.000,00

C R\$ 828.000,00 e R\$ 770.000,00

D R\$ 864.000,00 e R\$ 768.000,00

E R\$ 871.200,00 e R\$ 775.200,00

Comentários:

Questão difícil que envolve dois pronunciamentos contábeis: CPC 27 - Ativo Imobilizado e CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

- **Conhecimentos relacionados ao CPC 27 - Ativo Imobilizado:**

Antes, vamos rever o nosso esquema:

Custo do ativo imobilizado (CPC 27)	
Inclui	Não inclui
Preço de aquisição + Imposto Importação+ Impostos não recuperáveis	Descontos comerciais e abatimentos
Preparação do local	Custos de abertura de nova instalação
Frete e manuseio por conta do comprador	Frete por conta do vendedor
Instalação e montagem	Propaganda e atividades promocionais
Testes	Custos de treinamento
Honorários profissionais (engenheiros, arquitetos, por exemplo)	Transferência posterior (novo local)
Custos de desmontagem (futuro, traz a valor presente)	Custos administrativos
Custo de remoção (futuro, traz a valor presente)	Outros custos indiretos
Outros custos diretamente atribuíveis	Remoção, desmontagem de máquinas antigas

Vamos analisar quais dos gastos apresentados devem ser agregados ao custo do ativo imobilizado:

O preço do equipamento à vista era de R\$ 900.000,00



Adicionalmente:

- (+) R\$ 6.000,00 com seguro no transporte,
- (+) R\$ 13.000,00 para transportar o equipamento da sede do vendedor ao local de sua instalação
- (+) R\$ 20.000,00 com tributos não recuperáveis.
- (+) gastos com instalação de R\$ 21.000,00.

Total = R\$ 900.000,00 + R\$ 6.000,00 + R\$ 13.000,00 + R\$ 20.000,00 + R\$ 21.000,00 = R\$ 960.000,00

Obs.: A diferença entre o preço a prazo e à vista será contabilizada como retificadora da conta financiamentos e será apropriada como despesa por competência.

Vamos usar a nossa receita de bolo:

Como calcular a depreciação pelo método da linha reta?

- 1) Pegue o valor de aquisição: **R\$ 960.000,00**
- 2) Encontre o valor residual: **R\$ 00,00 (questão não informou)**
- 3) Faça a diferença entre o valor de aquisição e o valor residual e encontraremos o chamado valor depreciável:
 $R\$ 960.000,00 - R\$ 0,00 = R\$ 960.000,00$
- 4) Encontre a vida útil (em meses ou anos, geralmente). **10 anos**
- 5) Divida o valor depreciável pela vida útil: $R\$ 960.000,00/10 = R\$ 96.000,00$

Devidamente instalado e testado, o equipamento ficou apto para produzir em 1º de janeiro de 2021. Assim, precisamos calcular o valor proporcional aos 12 meses:

Depreciação no período = $96.000,00 \times 12/12 = R\$ 96.000,00$

Dica: para facilitar o cálculo desse intervalo tente dividir em períodos de 12 meses:

01/01/2021 a 31/12/2021 – 12 meses

O valor contábil antes do teste de recuperabilidade era:

Custo do Ativo R\$ 960.000,00

(-) Depreciação acumulada - R\$ 96.000,00

(=) Valor Contábil R\$ 864.000,00

- **Conhecimentos relacionados ao CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos:**

No final de 2021, a entidade realizou o primeiro teste de recuperabilidade:



- Valor justo líquido de despesas de venda = R\$ 820.000,00
- Valor em uso = R\$ 828.000,00

O valor recuperável desse ativo, que é o MAIOR entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso, portanto, R\$ 828.000,00.

Confrontando o valor contábil com o valor recuperável, percebe-se que o ativo está superavaliado:

Valor Contábil > Valor Recuperável

R\$ 864.000 > R\$ 828.000

Como o valor contábil é maior que o valor recuperável, a empresa deve reconhecer uma perda por recuperabilidade.

Perda por recuperabilidade = Valor contábil – valor recuperável

Perda por recuperabilidade = R\$ 864.000,00 - R\$ 828.000,00 = R\$ 36.000,00

O valor contábil após o primeiro teste de recuperabilidade:

Custo do Ativo R\$ 960.000,00

(-) Depreciação acumulada - R\$ 96.000,00

(-) Ajuste por recuperabilidade - R\$ 36.000,00

(=) Valor Contábil R\$ 828.000,00

Aqui já podemos eliminar as alternativas A D e E.

Continuemos...

Refazendo os cálculos após a redução ao valor recuperável:

Depreciação no período = (R\$ 828.000,00/9 anos) x 1 ano = R\$ 92.000,00

Dessa forma, em 31.12.2012, o valor contábil será de:

Custo do Ativo R\$ 960.000,00

(-) Depreciação acumulada - R\$ 188.000,00 (96.000 + 92.000)

(-) Ajuste por recuperabilidade - R\$ 36.000,00

(=) Valor Contábil R\$ 736.000,00

Após um ano a entidade realizou outro teste de recuperabilidade.

- Valor justo líquido de despesas de venda R\$ 750.000,00
- Valor em uso R\$ 770.000,00



O valor recuperável desse ativo, que é o MAIOR entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso, portanto, R\$ 770.000,00.

Como é maior que o valor contábil e a empresa reconheceu uma perda por impairment de R\$ 36.000,00, a empresa deveria reverter parcialmente a perda reconhecida, no valor de R\$ 34.000. E, ficaríamos com R\$ 770.000. Então, podemos marcar a letra C como gabarito, correto?

ERRADO!!!! Aqui temos uma pegadinha da Consulplan que derrubou ótimos candidatos!

Indo mais fundo! O pronunciamento 01 traz uma exceção:

Reversão de perda por desvalorização para ativo individual

117. O aumento do valor contábil de um ativo, exceto o ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill), atribuível à reversão de perda por desvalorização **não deve exceder o valor contábil que teria sido determinado** (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), **caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores.**

Com base nessa exceção, a depreciação entre 01.01.11 e 31.1.12:

- 1º Passo – Obter valor depreciável (sem considerar as perdas por desvalorização):

Novo valor depreciável = Saldo Contábil – Val. Residual

Novo valor depreciável = 960.000 – 0,00 = R\$ 960.000,00

- 2º Passo – Verificar a depreciação nesse intervalo (sem considerar as perdas por desvalorização):

$$\text{Depreciação} = \frac{\text{Valor depreciável}}{\text{Vida útil}} = \frac{960.000}{10} = \text{R\$ } 96.000,00$$

Logo, o valor contábil (sem considerar as perdas por desvalorização): será:

Valor Contábil = Valor Contábil Anterior – Depreciação no período

Valor Contábil = 960.000 – 192.000 = R\$ 768.000

A entidade deve reverter parcialmente a perda reconhecida, no valor de R\$ 32.000 (768.000 – 736.000). Respeitando, assim, o limite fixado pelo item 117 do pronunciamento.

Após o segundo teste recuperabilidade, o valor contábil é o seguinte:

Custo do Ativo R\$ 960.000,00

(-) Depreciação acumulada - R\$ 188.000,00

(-) Ajuste por recuperabilidade - R\$ 4.000,00



(=) Valor Contábil R\$ 770.000

Gabarito: B

19. (AOC/Pref. Belém -PA/Contador/2022) O objetivo do CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos – é estabelecer procedimentos que a entidade deve aplicar para assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação. Nesse sentido, é exemplo de ativo que está no alcance do CPC 01:

A estoques.

B ativos biológicos.

C ativos não circulantes classificados como mantidos para venda.

D propriedade para investimento que seja mensurada ao valor justo.

E ativo intangível ainda não disponível para uso.

Comentários:

Dissemos que o teste de recuperabilidade (ou impairment test), para **ativos imobilizados e intangíveis**, foi uma novidade trazida pela Lei 11.638/2007, que alterou a Lei 6.404/76. Ainda que está previsto no CPC 01. Porém, há ativos aos quais, por disposição expressa do próprio CPC, não se submetem ao CPC 01, mas possuem metodologias próprias.

Por favor, pessoal, não quer dizer que esses ativos não estão sujeitos ao conceito geral de recuperabilidade ou impairment, mas a METODOLOGIA PREVISTA NO CPC 01 não se aplica a eles:

CPC 01 - Não se aplica a							
Estoques	Receita de contrato com cliente	Ativos fiscais diferidos	Benefícios a empregados	Propriedade para investimento mensurada ao valor justo	Ativos biológicos ao valor justo	Contratos de seguro	Ativos não circulantes mantido para venda

Destacamos que o goodwill, o intangível com vida útil indefinida e o **ativo intangível ainda não disponível para uso são ativos que têm a característica comum de não sofrer amortização**. Isto é, os seus valores não diminuem com o curso do tempo, como ocorre com os outros ativos que têm amortização, depreciação, exaustão etc.

Com efeito, caso o registro destes três tipos de ativos esteja por valores superiores aos seus valores recuperáveis, permaneceriam assim caso nenhuma providência fosse tomada.

10. Independentemente de existir, ou não, qualquer indicação de redução ao valor recuperável, a entidade deve:



(a) testar, no mínimo anualmente, a redução ao valor recuperável de um ativo intangível com vida útil indefinida ou de um ativo intangível ainda não disponível para uso, comparando o seu valor contábil com seu valor recuperável. Esse teste de redução ao valor recuperável pode ser executado a qualquer momento no período de um ano, desde que seja executado, todo ano, no mesmo período. Ativos intangíveis diferentes podem ter o valor recuperável testado em períodos diferentes. Entretanto, se tais ativos intangíveis foram inicialmente reconhecidos durante o ano corrente, devem ter a redução ao valor recuperável testada antes do fim do ano corrente; e

(b) testar, anualmente, o ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) em combinação de negócios, de acordo com os itens 80 a 99

Gabarito: E

20. (AOC/PE Prev/Analista em Previdência/Ciências Contábeis/2022) A Cia. Belas Artes S.A. apresentava em seu Balanço Patrimonial de 31/12/2020 um “ativo imobilizado” composto pelos seguintes valores:

Custo de aquisição: R\$ 900.000,00;

Perda por desvalorização (“impairment”): R\$ 200.000,00.

Ainda em 31/12/2020, a Cia. Belas Artes S.A. realizou o teste de recuperabilidade (“impairment”) para esse ativo imobilizado e obteve as seguintes informações do setor contábil:

– Valor em uso: R\$ 1.000.000,00;

– Valor justo líquido das despesas de venda: R\$ 800.000,00.

Com base nessas informações, o contador poderá afirmar que, nas demonstrações contábeis de 2020, a Cia. Belas Artes S.A deveria ter

A mantido o valor contábil de R\$ 700.000,00.

B reconhecido um ganho no valor de R\$ 300.000,00.

C reconhecido uma perda por desvalorização no valor de R\$ 100.000,00.

D reconhecido uma perda por desvalorização no valor de R\$ 200.000,00.

E reconhecido um ganho no valor de R\$ 200.000,00.

Comentários:

O valor contábil é o montante pelo qual o ativo está reconhecido no balanço depois da dedução de toda respectiva depreciação, amortização ou exaustão acumulada e ajuste para perdas.

Inicialmente, temos o seguinte:

Custo de aquisição: R\$ 900.000,00;

Perda por desvalorização (“impairment”): R\$ 200.000,00.

Valor Contábil Líquido: R\$ 700.000,00.



Posteriormente, a entidade realizou o teste de recuperabilidade:

- Valor em uso: R\$ 1.000.000,00;
- Valor justo líquido das despesas de venda: R\$ 800.000,00.

O Valor Recuperável é o MAIOR entre o Valor em Uso e o Valor Justo Líquido das despesas de venda. Assim, o valor recuperável é R\$ 1.000.000.

O valor contábil é de 700.000, mas o valor recuperável é de R\$ 1.000.000. Em condições normais, nenhum ajuste seria feito, mas a empresa possui perda por recuperabilidade registrada, nesse caso, **ela deve reverter a perda de R\$ 200.000, registrando um ganho nessa quantia.**

Gabarito: E

21. (Instituto AOC/AGESAN RS/Contador/2022) Uma entidade apresentou os seguintes saldos relativos a um edifício administrativo no seu balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2020:

Valor contábil bruto: R\$ 800.000,00.

(-) depreciação acumulada (R\$ 60.000,00).

(-) perdas no valor recuperável (R\$ 10.000,00).

No exercício de 2021, a entidade realizou novamente o teste de redução ao valor recuperável e obteve os seguintes valores:

- Valor em uso: R\$ 740.000,00.
- Valor justo líquido das despesas de venda: R\$ 690.000,00.
- Sendo que a despesa de depreciação do imóvel no ano de 2021 foi de R\$ 20.000,00.

Considerando essas informações, deve ser reconhecida, em 2021, relativamente ao teste de redução do valor recuperável, uma

A despesa com perda por redução ao valor recuperável no valor de R\$ 20.000,00.

B despesa com perda por redução ao valor recuperável no valor de R\$ 10.000,00.

C receita com reversão da perda no valor recuperável no valor de R\$ 30.000,00.

D receita com reversão da perda no valor recuperável no valor de R\$ 10.000,00.

E receita com reversão da perda no valor recuperável no valor de R\$ 20.000,00.

Comentários:

Inicialmente, temos o seguinte valor contábil:

Valor contábil bruto: R\$ 800.000,00.

(-) depreciação acumulada (R\$ 60.000,00).

(-) perdas no valor recuperável (R\$ 10.000,00).

Valor Contábil Líquido: R\$ 730.000,00.



Atualizando esse valor com a depreciação do imóvel no ano de 2021 de R\$ 20.000,00:

Valor contábil bruto: R\$ 800.000,00.

(-) depreciação acumulada (R\$ 80.000,00).

(-) perdas no valor recuperável (R\$ 10.000,00).

Valor Contábil Líquido: R\$ 720.000,00.

Posteriormente, a entidade realizou o teste de recuperabilidade:

- Valor Justo Líquido das Despesas de Venda R\$ 690.000,00
- Valor em Uso R\$ 740.000,00

O Valor Recuperável é o MAIOR entre o Valor em Uso e o Valor Justo Líquido das despesas de venda. Assim, o valor recuperável é R\$ 740.000.

O valor contábil é de 720.000, mas o valor recuperável é de R\$ 740.000. Em condições normais, nenhum ajuste seria feito, mas a empresa possui perda por recuperabilidade registrada, nesse caso, ela **deve reverter a perda de R\$ 10.000**, registrando um ganho nessa quantia.

Lembramos que a reversão da perda anterior é contabilizada como uma receita na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE).

Gabarito: D

**22. (Instituto AOC/EMBASA/Analista de Saneamento/Analista de Gestão/Ciências Contábeis/2022)
Considerando o assunto relacionado à Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01), assinale a alternativa correta.**

A Valor justo é o valor presente de fluxos de caixa futuros esperados que devem advir de um ativo ou de unidade geradora de caixa.

B Valor em uso é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

C Nem sempre é necessário determinar o valor justo líquido de despesas de venda de um ativo e seu valor em uso. Se qualquer um desses montantes exceder o valor contábil do ativo, este não tem desvalorização e, portanto, não é necessário estimar o outro valor.

D Uma perda por desvalorização do ativo é reconhecida quando o valor contábil é inferior ao valor recuperável.

E O aumento do valor contábil de um ativo, inclusive o ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill), atribuível à reversão de perda por desvalorização, não deve exceder o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores.

Comentários:



A Valor justo é o valor presente de fluxos de caixa futuros esperados que devem advir de um ativo ou de unidade geradora de caixa.

Errado, pois essa é a definição de valor em uso:

Valor em uso é o valor presente de fluxos de caixa futuros esperados que devem advir de um ativo ou de unidade geradora de caixa.

B Valor em uso é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Errado, pois essa é a definição de valor justo:

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. (Ver CPC 46 – Mensuração do Valor Justo). (Alterada pela Revisão CPC 03)

C Nem sempre é necessário determinar o valor justo líquido de despesas de venda de um ativo e seu valor em uso. Se qualquer um desses montantes exceder o valor contábil do ativo, este não tem desvalorização e, portanto, não é necessário estimar o outro valor.

Nesse quesito vamos recorrer ao item 19 do CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos:

19. Nem sempre é necessário determinar o valor justo líquido de despesas de venda de um ativo e seu valor em uso. Se qualquer um desses montantes exceder o valor contábil do ativo, este não tem desvalorização e, portanto, não é necessário estimar o outro valor.

Vamos apresentar o seguinte exemplo:

- Valor contábil líquido: R\$ 120.000
- Valor em uso: R\$ 160.000

Percebam que o valor em uso é maior que o valor contábil do bem, portanto, podemos afirmar que o bem não está desvalorizado e, assim sendo, não há necessidade de apurarmos o valor justo líquido de despesas.

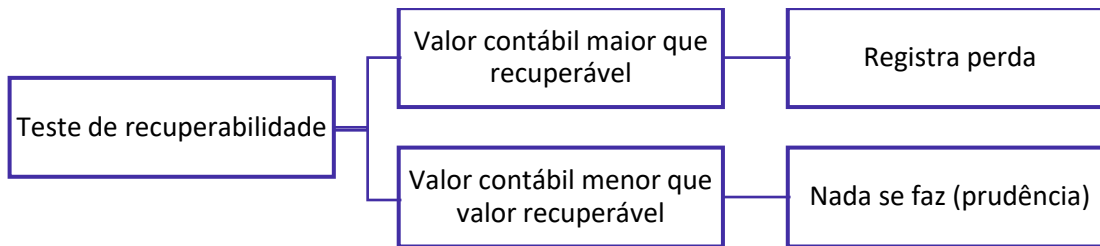
Lembrem-se de que só serão feitos ajustes quando o valor contábil for maior que o recuperável.

Item certo.

D Uma perda por desvalorização do ativo é reconhecida quando o valor contábil é inferior ao valor recuperável.

Errado, já que ocorre quando o valor contábil é SUPERIOR ao valor recuperável:





E O aumento do valor contábil de um ativo, inclusive o ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill), atribuível à reversão de perda por desvalorização, não deve exceder o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores.

O pronunciamento 01 traz uma exceção:

Reversão de perda por desvalorização para ativo individual

117. **O aumento do valor contábil de um ativo, exceto o ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill), atribuível à reversão de perda por desvalorização não deve exceder o valor contábil que teria sido determinado** (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), **caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores.**

Assim, o item erra ao incluir o ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill). Na verdade, ele é exceção.

Gabarito: C

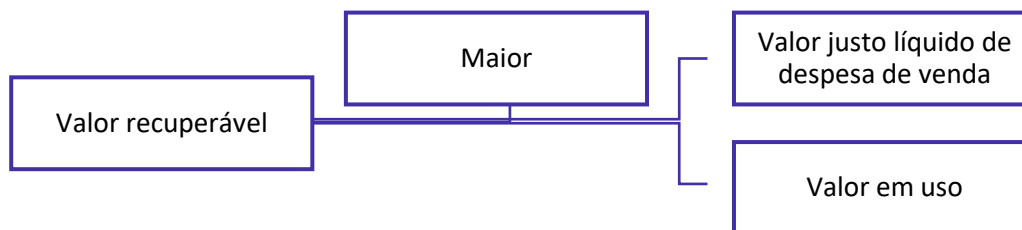
23. (IADES/ADASA/Regulador de Serviços Públicos/Contabilidade/2022) Se o valor justo líquido das despesas de venda de um ativo imobilizado for maior que o seu valor em uso, porém menor que o seu valor contábil, o ativo será objeto de redução ao valor

- A recuperável
- B residual.
- C justo.
- D contábil.
- E depreciável.

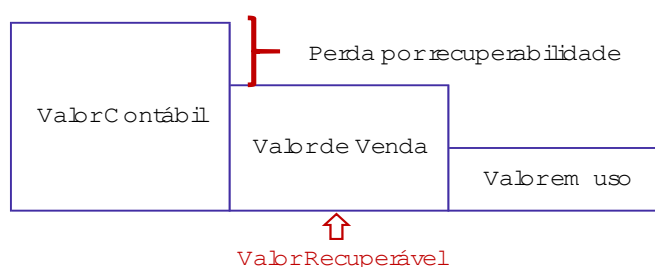
Comentários:

Valor recuperável de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa é o **maior (repita-se: maior) valor** entre o valor justo líquido de venda de um ativo e seu valor em uso.

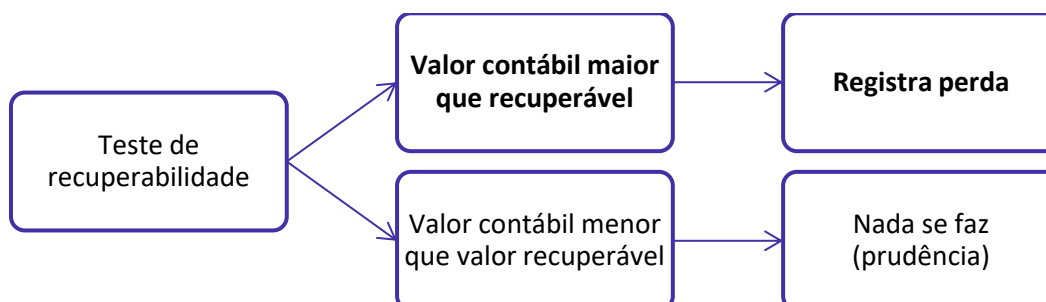




Dissemos que o ativo não pode ficar registrado por valores superiores ao de recuperação. A recuperação dos valores de um ativo pode se dar se nós decidirmos vender esse ativo ou então se produzirmos mercadorias, por exemplo, e vendermos. Então, **é só comparar o valor contábil com o maior desses valores (esse será o chamado valor recuperável).**



Contabilização do Teste de Recuperabilidade:



Gabarito: A

24. (QUADRIX/CRMV SP/Contador/2022) Acerca da contabilidade societária, julgue o item.

O teste de impairment consiste em assegurar que a valorização de um ativo seja reconhecida por sua capacidade de continuar a gerar benefícios, seja pelo uso, seja pela venda.

Comentários:

Basicamente, o teste de recuperabilidade é um procedimento aplicado a ativos imobilizados e intangíveis que tem o fito de assegurar que ativos não estejam avaliados por valores superiores ao de recuperação.

Isto é, ele tem como finalidade principal apresentar o **valor real pelo qual um ativo pode ser realizado**. Essa realização poderá ser feita tanto pela venda do bem, quanto pela sua utilização nas atividades da entidade.



Na mesma linha, o item 1 do CPC 01, informa o objetivo do teste de impairment é assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação.

Observa-se que o quesito inventou o “assegurar a valorização”. Item errado.

Gabarito: Errado

25. (QUADRIX/SEE DF/Gestor em Políticas Públicas e Gestão Educacional/Contabilidade/2022) Julgue o item a seguir, relativo à contabilidade geral.

A entidade deve avaliar, ao fim de cada período, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização; sendo o caso, deve estimar o valor recuperável como o maior entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso.

Comentários:

Falamos que a entidade deve avaliar ao fim de cada período de reporte se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade deve fazer uma estimativa formal do valor recuperável do ativo. Este que é definido como o **maior (repita-se: maior) valor** entre o valor justo líquido de venda de um ativo e seu valor em uso.

Ressaltamos que não havendo indícios dessa desvalorização, dispensada está essa estimativa formal.

Portanto, no final do exercício, vamos e damos uma olhada: há indício de desvalorização? Sim! Teste de recuperabilidade. Não? Então, o teste está dispensado.

Gabarito: Certo.

26. (QUADRIX/CRC MG/Fiscal/2022) As informações a seguir são referentes a dados contábeis de uma empresa comercial em 31/12/2021, após a apuração e a incorporação do resultado do exercício.

Os valores apresentados estão em reais (R\$).

investimentos	120.000
ativo realizável a longo prazo	65.000
saldo inicial de caixa e equivalentes	75.000
ativo imobilizado	200.000
receita líquida de vendas	350.000
fluxo de caixa líquido das atividades operacionais	180.000
passivo não circulante	140.000
ativo intangível	55.000
passivo circulante	220.000
custo das mercadorias vendidas	120.000
fluxo de caixa líquido das atividades de investimento	(-115.000)
lucro líquido do exercício	65.000
saldo final de caixa e equivalentes	125.000

A partir dessa situação hipotética, julgue o item, considerando apenas duas casas decimais, sem arredondamentos.

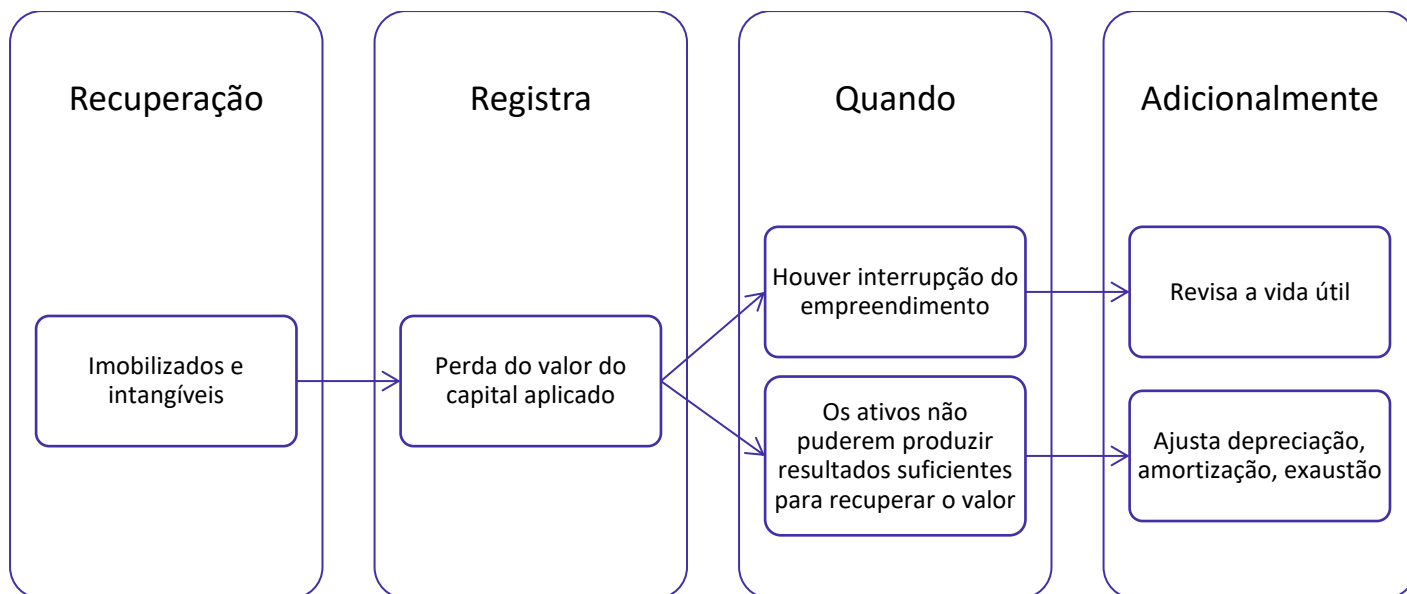


A companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, a fim de que sejam registradas as perdas de valor do capital aplicado, quando comprovado que não poderão produzir resultados suficientes para recuperação desse valor.

Comentários:

O artigo 183, parágrafo terceiro, da lei 6.404/76 prega que há necessidade de se analisar a capacidade de recuperação de valores registrados **no imobilizado e no intangível**.

Podemos resumir por meio do seguinte esquema:



Gabarito: Certo.

27. (Instituto AOCF/ISS Cariacica/Fiscal Tributário/2020) Considere as seguintes informações extraídas do sistema de gestão patrimonial de uma determinada sociedade anônima:

Custo Histórico (Aquisição) R\$ 10.000,00

Depreciação Acumulada R\$ 2.000,00

Valor Justo Líquido das Despesas de Venda R\$ 6.000,00

Valor em Uso R\$ 7.000,00

Com base nessas informações, ao aplicar o teste de redução ao valor recuperável desse ativo, fica evidenciada a ocorrência de uma perda por desvalorização no valor de

- (A) R\$ 4.000,00.
- (B) R\$ 3.000,00.
- (C) R\$ 2.000,00.
- D) R\$ 1.000,00.

Comentários:



Temos que:

$$\text{Valor Contábil} = \text{Custo Histórico (Aquisição)} - \text{Depreciação Acumulada}$$

$$\text{Valor Contábil} = 10.000 - 2.000 = 8.000$$

Realizando o teste de recuperabilidade:

- Valor Justo Líquido das Despesas de Venda R\$ 6.000,00
- Valor em Uso R\$ 7.000,00

O Valor Recuperável é o MAIOR entre o Valor em Uso e o Valor Justo Líquido das despesas de venda. Logo, Valor Recuperável = 7.000

Confrontando o valor contábil com o valor recuperável, percebe-se que o ativo está superavaliado:

$$\text{Valor Contábil} > \text{Valor Recuperável}$$

Consequentemente, devemos uma perda por desvalorização no valor de:

$$\text{Perda} = \text{Valor Contábil} - \text{Valor Recuperável} = 8.000 - 7.000 = 1.000$$

Gabarito: D.

28. (FADESP/BANPARÁ/Contador/2018) Empresa constituída como sociedade anônima de capital aberto analisa periodicamente a recuperação dos valores registrados no imobilizado (impairment) com o objetivo de registrar as perdas de valor do capital aplicado. Quanto à redução ao valor recuperável não é correto afirmar

A se a empresa possuir ativos de valor superior ao valor recuperável por meio do uso ou venda, a empresa deverá reduzir esses ativos ao valor recuperável.

B o CPC 27 não fornece tratamento específico para a análise da recuperabilidade, mas ordena que seja aplicado o CPC 01 e aplicável a qualquer ativo.

C a regra de “custo ou mercado”, dos dois o menor, para os estoques, também ratifica o raciocínio subjacente ao teste de recuperabilidade.

D o entendimento é de que nenhum ativo pode estar reconhecido no balanço por valor que não seja recuperável pela venda pelo uso nas atividades da empresa.

E para apurar o valor recuperável há dois testes: (i) o do valor líquido de venda e (ii) o do valor presente dos fluxos de caixa estimado. Dos dois, prevalece o menor.

Comentários:

Fique Atento! O quesito solicitou a alternativa INCORRETA.



A se a empresa possuir ativos de valor superior ao valor recuperável por meio do uso ou venda, a empresa deverá reduzir esses ativos ao valor recuperável.

Nas palavras do CPC 01 (R1):

59. Se, e somente se, o **valor recuperável** de um ativo for **inferior** ao seu valor contábil, o **valor contábil** do ativo deve ser reduzido ao seu valor recuperável. Essa redução **representa uma perda por desvalorização** do ativo.

Item certo.

B o CPC 27 não fornece tratamento específico para a análise da recuperabilidade, mas ordena que seja aplicado o CPC 01 e aplicável a qualquer ativo.

De acordo com o CPC 01 (R1):

Redução ao valor recuperável de ativos

63. Para determinar se um item do ativo imobilizado está com parte de seu valor irre recuperável, a **entidade aplica o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos**. Esse Pronunciamento determina como a entidade deve revisar o valor contábil de seus ativos, como determinar o seu valor recuperável e quando reconhecer ou reverter perda por redução ao valor recuperável

Item certo.

C a regra de “custo ou mercado”, dos dois o menor, para os estoques, também ratifica o raciocínio subjacente ao teste de recuperabilidade.

O FIEPECAFI afirma que essa prática de reduzir o custo dos estoques (write-off) ao valor realizável líquido é coerente com o **“conceito geral de impairment”**, isto é, não se deve ter registrado valores ao que se espera realizar quando da ocorrência da venda ou do uso. Item certo.

D o entendimento é de que nenhum ativo pode estar reconhecido no balanço por valor que não seja recuperável pela venda pelo uso nas atividades da empresa.

Nenhum ativo pode estar registrado na Contabilidade por valores que superem os benefícios econômicos que esperamos dele, seja pela sua venda ou pelo seu uso.

Segundo a lei 6.404/76:

Art. 183. No balanço, os elementos do ativo serão avaliados segundo os seguintes critérios:

§ 3º A companhia deverá efetuar, periodicamente, **análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível**, a fim de que sejam: (Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009)



I – registradas as perdas de valor do capital aplicado quando houver decisão de interromper os empreendimentos ou atividades a que se destinavam ou quando comprovado que não poderão produzir resultados suficientes para recuperação desse valor; ou (Incluído pela Lei nº 11.638, de 2007)

II – revisados e ajustados os critérios utilizados para determinação da vida útil econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização. (Incluído pela Lei nº 11.638, de 2007)

Item certo.

E para apurar o valor recuperável há dois testes: (i) o do valor líquido de venda e (ii) o do valor presente dos fluxos de caixa estimado. Dos dois, prevalece o menor.

Errado, visto que o valor recuperável é o **MAIOR** entre o valor em uso e o valor justo líquido de venda. Isso é previsto no CPC 01 (R1):

Valor recuperável de um ativo ou de unidade geradora de caixa é o **maior** montante entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso.

Gabarito: E.

29. (COPS UEL/CM Londrina/Contador/2017) Com base nos critérios de avaliação do ativo e do passivo, bem como no disposto na NBC TG 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, considere as afirmativas a seguir.

- I. Valor em uso é o valor presente de fluxos de caixa futuros esperados que devem advir de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa.
- II. Valor contábil é o montante pelo qual o ativo está reconhecido no balanço depois da dedução de toda a respectiva depreciação, amortização ou exaustão acumulada e ajuste para perdas.
- III. Despesas de venda ou de baixa é o montante pelo qual o valor contábil de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável.
- IV. Perda por desvalorização são despesas incrementais diretamente atribuíveis à venda ou à baixa de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa, excluindo as despesas financeiras e de impostos sobre o resultado gerado.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- b) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.



Comentários:

Questão literal dos termos utilizados neste Pronunciamento Técnico. Vejamos:

I. Valor em uso é o valor presente de fluxos de caixa futuros esperados que devem advir de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa.

Correto, a alternativa trouxe um “CONTROL C + CONTROL V” (rsrsr...) da definição trazida pelo pronunciamento.

II. Valor contábil é o montante pelo qual o ativo está reconhecido no balanço depois da dedução de toda a respectiva depreciação, amortização ou exaustão acumulada e ajuste para perdas.

Correto, mais uma vez a banca trouxe a descrição fornecida pelo CPC 01.

III. ~~Despesas de venda ou de baixa~~ é o montante pelo qual o valor contábil de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável.

Errado, o item III apresenta a conceituação de Perda por desvalorização.

IV. ~~Perda por desvalorização~~ são despesas incrementais diretamente atribuíveis à venda ou à baixa de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa, excluindo as despesas financeiras e de impostos sobre o resultado gerado.

Errado, o item IV apresenta a conceituação de Despesas de venda ou de baixa.

Vejam que a questão inverteu os conceitos dos itens III e IV.

Gabarito: A

30. (IBFC/TJ PE/Analista Judiciário - Contador/2017) Determinada sociedade empresária ao analisar um ativo de sua empresa, verificou os seguintes valores:

Custo do Ativo	R\$ 35.000,00
(-) Depreciação acumulada	-R\$ 15.000,00
(=) Valor Contábil	R\$ 20.000,00
Valor em uso deste Ativo	R\$ 16.000,00
Valor justo líquido para venda	R\$ 17.000,00

Com base nos dados acima a empresa deverá efetuar o seguinte lançamento contábil:

a) Débito: Conta de Resultado

Perdas com desvalorização do imobilizado R\$ 3.000,00

Crédito: Ativo Não Circulante

Imobilizado

Perdas estimadas do imobilizado R\$ 3.000,00



b) Débito: Conta de Resultado

Perdas com desvalorização do imobilizado R\$ 4.000,00

Crédito: Ativo Não Circulante

Imobilizado

Perdas estimadas do imobilizado R\$ 4.000,00

c) Débito: Ativo Não Circulante

Imobilizado

Ganhos estimados do imobilizado R\$ 4.000,00

Crédito: Conta de Resultado

Ganhos com valorização do imobilizado R\$ 4.000,00

d) Débito: Ativo Não Circulante

Imobilizado

Ganhos estimados do imobilizado R\$ 3.000,00

Crédito: Conta de Resultado

Ganhos com valorização do imobilizado R\$ 3.000,00

e) Débito: Conta de Resultado

Perdas com desvalorização do imobilizado R\$ 1.000,00

Crédito: Ativo Não Circulante Imobilizado

Perdas estimadas do imobilizado R\$ 1.000,00

Comentários:

O valor contábil antes do teste de recuperabilidade era:

Custo do Ativo	R\$ 35.000,00
(-) Depreciação acumulada	-R\$ 15.000,00
(=) Valor Contábil	R\$ 20.000,00

Posteriormente, a empresa realizou o teste de recuperabilidade (impairment) para esse ativo e obteve as seguintes informações:

- Valor em uso deste Ativo = R\$ 16.000,00
- Valor justo líquido para venda = R\$ 17.000,00
- Valor recuperável é R\$ 17.000,00 (MAIOR)

Percebam que o **valor contábil** é Maior o **valor recuperável** (**R\$ 20.000** > **R\$ 17.000**). Portanto, o ativo está superavaliado. Em consequência, a entidade deverá reconhecer uma perda por recuperabilidade de R\$ 3.000,00 (R\$ 20.000 - R\$ 17.000).



Assim, lancemos:

D - Perdas com desvalorização do imobilizado (Conta de Resultado) R\$ 3.000,00

C - Perdas estimadas do imobilizado (ANC – Imobilizado) R\$ 3.000,00

Gabarito: A

31. (IBFC/PCie PR/Perito Criminal/Área 7/2017) Conforme a Norma Brasileira de Contabilidade (NBC TG 01 (R3)) que versa sobre a Redução ao Valor Recuperável de Ativos, assinale a alternativa incorreta.

A Valor depreciável, amortizável e exaurível é o custo de um ativo, ou outra base que substitua o custo nas demonstrações contábeis, menos seu valor residual

B Depreciação, amortização e exaustão é a alocação sistemática do valor depreciável, amortizável e exaurível de ativos durante sua vida útil

C Perda por desvalorização é o montante pelo qual o valor contábil de um ativo ou de unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável

D Valor em uso é o valor presente de fluxos de caixa futuros esperados que devem advir de um ativo ou de unidade geradora de caixa

E Valor recuperável de um ativo ou de unidade geradora de caixa é o maior ou menor montante entre o seu valor justo bruto de despesa de venda e o seu valor em uso

Comentários:

Fique Atento! O quesito quer a alternativa **INCORRETA**.

O item 6 da referida norma trouxe algumas definições, entre elas:

6. Os seguintes termos são utilizados neste Pronunciamento Técnico com os significados específicos que se seguem:

Valor depreciável, amortizável e exaurível é o custo de um ativo, ou outra base que substitua o custo nas demonstrações contábeis, menos seu valor residual. **(Alternativa A)**

Depreciação, amortização e exaustão é a alocação sistemática do valor depreciável, amortizável e exaurível de ativos durante sua vida útil. **(Alternativa B)**

Perda por desvalorização é o montante pelo qual o valor contábil de um ativo ou de unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. **(Alternativa C)**

Valor recuperável de um ativo ou de unidade geradora de caixa é o maior montante entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso. Alternativa E)

Valor em uso é o valor presente de fluxos de caixa futuros esperados que devem advir de um ativo ou de unidade geradora de caixa. **(Alternativa D)**



Destaquemos os erros da alternativa E: Valor recuperável de um ativo ou de unidade geradora de caixa é o **MAIOR** ou menor montante entre o seu valor justo bruto **LIQUIDO** de despesa de venda e o seu valor em uso

Gabarito: E

32. (QUADRIX/TERRACAP/Contador/2017.Ajustada) A identificação de ativos desvalorizados dá-se mediante indicações, entre as quais se pode considerar o(a)

A valor do ativo, como decorrência da passagem do tempo.

B queda da taxa de juros e da carga tributária setoriais.

C queda das taxas de retorno sobre investimentos, afetando a taxa de desconto dos ativos.

D circunstância de que o valor das ações da entidade no mercado ficou menor que o valor contábil de seu patrimônio líquido.

E falta de perspectivas de mudanças tecnológicas significativas.

Comentários:

Bem, o CPC 01 trouxe alguns indicadores, **não exaustivos**, ou seja, sem prejuízo de outros apurados, que podem ser tanto internos quanto externos. São eles:

Principais indicadores de desvalorização	
Indicadores externos	Indicadores internos
Valor do ativo diminuiu mais do que o normal	Obsolescência ou dano físico do ativo
Mudanças tecnológicas	Mudanças dentro da estrutura da sociedade
Taxas de juros aumentaram	Desempenho pior que o esperado
Valor contábil do PL é maior que o valor de mercado	

Após essa introdução, vamos julgar cada alternativa:

A valor do ativo, como decorrência da passagem do tempo.

Na realidade, apenas a **DIMINUIÇÃO SIGNIFICATIVA** seria um indício. Observem a alínea a do item 12:

12. Ao avaliar se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização, a entidade deve considerar, no mínimo, as seguintes indicações:

Fontes externas de informação

a) há indicações observáveis de que o valor do ativo diminuiu significativamente durante o período, mais do que seria de se esperar como resultado da passagem do tempo ou do uso normal; (Alterada pela Revisão CPC 03)

Item errado.

B queda da taxa de juros e da carga tributária setoriais.



Na verdade, o **AUMENTO** da taxa de juros e da carga tributária setoriais seria um indício:

12. Ao avaliar se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização, a entidade deve considerar, no mínimo, as seguintes indicações:

Fontes externas de informação

(c) as taxas de juros de mercado ou outras taxas de mercado de retorno sobre investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afetarão a taxa de desconto utilizada no cálculo do valor em uso de um ativo e diminuirão materialmente o valor recuperável do ativo;

Item errado.

C queda das taxas de retorno sobre investimentos, afetando a taxa de desconto dos ativos.

Verdade seja dita: **AUMENTO** das taxas de retorno sobre investimentos, afetando a taxa de desconto dos ativos. Mais uma vez, vejam a alínea c desse item:

12. Ao avaliar se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização, a entidade deve considerar, no mínimo, as seguintes indicações:

Fontes externas de informação

(c) as taxas de juros de mercado ou outras taxas de mercado de retorno sobre investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afetarão a taxa de desconto utilizada no cálculo do valor em uso de um ativo e diminuirão materialmente o valor recuperável do ativo;

Item errado.

D circunstância de que o valor das ações da entidade no mercado ficou menor que o valor contábil de seu patrimônio líquido. Isso é previsto na alínea a do item 12:

12. Ao avaliar se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização, a entidade deve considerar, no mínimo, as seguintes indicações:

Fontes externas de informação

(d) o valor contábil do patrimônio líquido da entidade é maior do que o valor de suas ações no mercado;

Item certo.

E falta de perspectivas de mudanças tecnológicas significativas.



Na realidade é preciso que exista perspectivas de mudanças tecnológicas significativas:

12. Ao avaliar se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização, a entidade deve considerar, no mínimo, as seguintes indicações:

Fontes externas de informação

(b) mudanças significativas com efeito adverso sobre a entidade ocorreram durante o período, ou ocorrerão em futuro próximo, no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal, no qual a entidade opera ou no mercado para o qual o ativo é utilizado;

Item errado.

Gabarito: D

33. (IBFC/SES-PR/Técnico em Contabilidade/2016) A Norma Brasileira de Contabilidade TG 01 (R3), que trata da redução ao valor recuperável de ativos, define valor recuperável como o:

- a) Maior valor entre o valor justo líquido de despesas de venda de um ativo ou de unidade geradora de caixa e o seu valor em uso.
- b) Menor valor entre o valor justo líquido de despesas de venda de um ativo ou de unidade geradora de caixa e o seu valor em uso.
- c) Maior valor entre o valor justo líquido de despesas de venda de um passivo ou de unidade geradora de caixa e o seu valor que não está em uso.
- d) Maior valor entre o valor bruto de receitas de venda de um ativo.

Comentários:

Valor recuperável de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa é o maior (repita-se: maior) valor entre o valor justo líquido de venda de um ativo e seu valor em uso.

Gabarito: A

34. (NC-UFPR/CM Pinhais/Contador/2015) A desvalorização do Ativo pode ocorrer pelos seguintes eventos, EXCETO:

- a) obsolescência ou dano físico do ativo.
- b) redução da mais valia do ativo, além do previsto.
- c) redução do valor de mercado do ativo, mais do que o previsto.
- d) alterações no ambiente onde a empresa opera, com efeitos prospectivos no fluxo de caixa gerado pelos Ativos.
- e) variação na taxa de juros ou outras taxas que podem afetar a taxa de desconto usada no cálculo do valor de uso.

Comentários:



a) obsolescência ou dano físico do ativo. Correto. Segundo o CPC 01:

Fontes internas de informação:

(e) evidência disponível de **obsolescência ou de dano físico de um ativo; (LETRA A)**

b) redução da mais valia do ativo, além do previsto. Correto. Consoante esse pronunciamento:

Indicadores Externos:

(d) o **valor contábil do patrimônio líquido** da entidade é **maior do que o valor de suas ações no mercado; (LETRA B)**

Adendo! Mais Valia = Valor justo dos ativos líquidos (-) valor contábil

c) redução do valor de mercado do ativo, mais do que o previsto. Correto. Conforme o CPC 01:

Indicadores Externos:

(a) há indicações observáveis de que o **valor do ativo diminuiu significativamente** durante o período, **mais do que seria de se esperar** como resultado da passagem do tempo ou do uso normal; **(Alterada pela Revisão CPC 03) (LETRA C)**

d) alterações no ambiente onde a empresa opera, com ~~efeitos prospectivos~~ no fluxo de caixa gerado pelos Ativos. Errado, de acordo com o pronunciamento 01:

Fontes internas de informação:

(b) **mudanças significativas com efeito adverso** sobre a entidade ocorreram **DURANTE O PERÍODO, OU OCORRERÃO EM FUTURO PRÓXIMO, no ambiente** tecnológico, de mercado, econômico ou legal, no qual a **entidade opera ou no mercado para o qual o ativo é utilizado;**

Ou seja, o item erra ao associar apenas a efeitos futuros, já que o correto seria: **DURANTE O PERÍODO, OU OCORRERÃO EM FUTURO PRÓXIMO.** Então, esse é o nosso gabarito.

e) variação na taxa de juros ou outras taxas que podem afetar a taxa de desconto usada no cálculo do valor de uso. Correto,

Indicadores Externos:

(c) as **taxas de juros de mercado** ou outras taxas de mercado de retorno sobre investimentos **aumentaram durante o período**, e esses aumentos provavelmente **afetarão a taxa de desconto utilizada no cálculo do valor em uso** de um ativo e diminuirão materialmente o valor recuperável do ativo; **(LETRA E)**



Observação: o CPC 01 trouxe alguns indicadores, **não exaustivos**, ou seja, sem prejuízo de outros apurados, que podem ser tanto internos quanto externos.

Gabarito: D

35. (UFPR/Pref. Almirante Tamandaré/PR /Contabilidade/2015) Em relação aos elementos que devem estar presentes no cálculo do Valor de Uso do Ativo, considere os seguintes itens:

1. Estimativa dos fluxos de caixa futuros que a entidade espera obter com esse ativo.
2. Expectativas acerca de possíveis variações no montante ou no período de ocorrência desses fluxos de caixa futuros.
3. Valor do dinheiro no tempo, representado pela atual taxa de juros livre de risco.
4. Preço pela assunção da incerteza inerente ao ativo (prêmio).
5. Fatores, como falta de liquidez, que participantes do mercado iriam considerar ao precificar os fluxos de caixa futuros esperados da entidade, advindos do ativo.

São elementos presentes no cálculo do Valor de Uso do Ativo:

- a) 2 e 3 apenas.
- b) 3 e 5 apenas.
- c) 1, 2 e 4 apenas.
- d) 1, 4 e 5 apenas.
- e) 1, 2, 3, 4 e 5.

Comentários:

De acordo com o item 30 do CPC 01, temos:

30. Os seguintes elementos devem ser refletidos no cálculo do valor em uso do ativo:

- (a) estimativa dos fluxos de caixa futuros que a entidade espera obter com esse ativo;
- (b) expectativas acerca de possíveis variações no montante ou no período de ocorrência desses fluxos de caixa futuros;
- (c) valor do dinheiro no tempo, representado pela atual taxa de juros livre de risco;
- (d) preço pela assunção da incerteza inerente ao ativo (prêmio); e
- (e) outros fatores, tais como falta de liquidez, que participantes do mercado iriam considerar ao precificar os fluxos de caixa futuros esperados da entidade, advindos do ativo

Percebam que todos os itens estão corretos.

Gabarito: E



36. (NC-UFPR/ITAIPU/Profissional Nível Universitário Jr - Ciências Contábeis/2015) A Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 01 (Redução ao Valor Recuperável de Ativos) e suas alterações posteriores visam determinar os procedimentos para assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado no tempo por uso nas operações da entidade ou em sua eventual venda. Em função do exposto, considere um ativo imobilizado de uma sociedade empresária que, em 31 de dezembro de 2014, apresentou um valor original de aquisição de \$ 50.000 e depreciação acumulada até essa data de \$ 10.000, e para o qual foi determinado \$ 30.000 como seu valor justo líquido das despesas estimadas com sua venda, e \$ 26.000 como o valor presente do fluxo futuro de caixa gerado pelo uso desse ativo imobilizado. Com base nessas informações, assinale a alternativa correta.

- a) A sociedade empresária deverá reconhecer uma perda por redução ao valor recuperável de \$ 24.000.
- b) A sociedade empresária deverá reconhecer uma perda por redução ao valor recuperável de \$ 20.000.
- c) A sociedade empresária deverá reconhecer uma perda por redução ao valor recuperável de \$ 14.000.
- d) A sociedade empresária deverá reconhecer uma perda por redução ao valor recuperável de \$ 10.000.
- e) A sociedade empresária não deverá reconhecer perda por redução ao valor recuperável, pois o valor contábil do ativo é superior ao seu valor recuperável.

Comentários:

Situação em 31 de dezembro de 2014

Valor original de aquisição de \$ 50.000,00

(-) Depreciação acumulada (\$ 10.000,00)

(=) Valor Contábil 40.000,00

Posteriormente, a empresa realizou o teste de recuperabilidade (impairment) para este ativo e obteve as seguintes informações:

- Valor presente do fluxo futuro de caixa gerado pelo uso desse ativo imobilizado = \$ 26.000,00.
- Valor justo líquido das despesas de venda = \$ 30.000,00

Assim, o valor recuperável é \$ 30.000,00. Como é menor que o valor contábil (R\$ 40.000), então a sociedade empresária deverá reconhecer uma perda por redução ao valor recuperável de \$ 10.000 (40.000-30.000).

Gabarito: D

37. (IBFC/PC-RJ/Perito Criminal - Contabilidade/2013) Um ativo imobilizado está registrado na contabilidade por \$ 3.000. O valor dos fluxos de caixa não descontados desse ativo é de \$ 2.500. Os gastos para vender esse ativo são de \$ 200. O valor justo do ativo é de \$ 1.900, e o seu valor de uso é de \$ 2.000. O valor da provisão para perda por desvalorização desse ativo é de:

- a) \$ 1.200,00



- b) \$ 1.700
- c) \$ 900,00
- d) \$ 500,00
- e) \$ 1.000,00

Comentários:

Valor recuperável de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa é o maior (repita-se: maior) valor entre o valor justo líquido de venda de um ativo e seu valor em uso. Na questão apresentada temos a seguinte situação:

- Valor em uso do ativo: R\$ 2.000
- Valor justo líquido das despesas de venda: R\$ 1.900 – R\$ 200 = R\$ 1.700

Portanto, o valor recuperável do ativo é R\$ 2.000,00. Como o valor contábil é MAIOR que o valor recuperável, a empresa deve reconhecer uma perda por recuperabilidade de R\$ 3.000 – R\$ 2.000 = R\$ 2.000.

Lançamento:

D – Despesas com perda por recuperabilidade (despesas)

C – Provisão* para perda com recuperabilidade (retificadora do ativo) 1.000

* A questão usou o termo “Provisão” para perdas por recuperável, mas segundo o CPC 25, não devemos mais ter provisões no ativo, visto que Provisões são Passivos de Prazos ou Valores incertos.

Gabarito: E

38. (IBFC/SEPLAG-MG/Perito Criminal - Contabilidade/2013) Leia as definições a seguir e assinale a alternativa que preenche correta e respectivamente as lacunas, na ordem apresentada.

_____ é o valor presente dos fluxos de caixa que a entidade espera obter com o uso contínuo de um ativo e com a alienação ao final da sua vida útil ou incorrer para a liquidação de um passivo.

_____ é o valor pelo qual um ativo pode ser negociado entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

_____ é a alocação sistemática do valor depreciável de um ativo ao longo da sua vida útil.

_____ ao valor recuperável é o valor pelo qual o valor contábil de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável.

- a) Valor Contábil / Valor Justo / Depreciação / Perda por Redução.
- b) Valor Justo / Valor específico para a entidade (valor em uso) / Depreciação / Perda por Redução.
- c) Valor específico para a entidade (valor em uso) / Valor Justo / Depreciação / Perda por Redução.
- d) Valor específico para a entidade (valor em uso) / Valor Justo / Depreciação / Valor Depreciável.



Comentários:

Preenchendo os espaços, temos:

Valor específico para a entidade (valor em uso) é o valor presente dos fluxos de caixa que a entidade espera obter com o uso contínuo de um ativo e com a alienação ao final da sua vida útil ou incorrer para a liquidação de um passivo.

Valor justo é o valor pelo qual um ativo pode ser negociado entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

Depreciação é a alocação sistemática do valor depreciável de um ativo ao longo da sua vida útil.

Perda por Redução (Perda por desvalorização) ao valor recuperável é o valor pelo qual o valor contábil de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável.

Gabarito: C

39. (COPS UEL/SEFA PR/Auditor Fiscal/2012) Quanto à redução do valor recuperável de ativos, considera-se o montante pelo qual o valor contábil de um ativo, ou de uma unidade geradora de caixa, excede seu valor recuperável como

- a) despesas de venda ou de baixa.
- b) perda por desvalorização.
- c) valor depreciável, amortizável e exaurível.
- d) valor justo líquido de despesa de venda.
- e) valor recuperável.

Comentários:

Mais uma questão sobre definições.

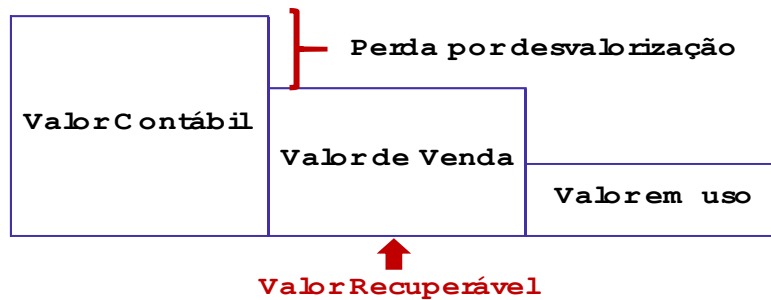
Tome nota! Quando o valor contábil excede o valor recuperável (MAIOR entre valor líquido de despesas de venda e uso), temos uma perda por desvalorização. O gabarito é letra b.

Para facilitar, exemplificando, rapidamente:

- Valor contábil 120.000,00
- Valor líquido de despesas de venda 80.000,00
- Valor em uso 40.000

Esquematizemos:





Gabarito: B

40. (NC-UFPR/PCie PR/Perito Oficial/Área 7 - Perito Criminal/2007) Um quesito de inquérito empresarial questionava o valor real dos ativos de uma empresa S.A. A quantia investida em obras de arte com notas do artista apontava um valor de R\$ 1.300.000,00. Uma pesquisa do valor de mercado das obras com um especialista em avaliação de quadros reduziu o valor do acervo a R\$ 250.000,00. Os ativos mencionados apresentam-se:

- a) subavaliados em 400%.
- b) superavaliados em 52%.
- c) subavaliados em 192%.
- d) superavaliados em 520%.
- e) superavaliados em 300%.

Comentários:

No caso concreto:

- Valor contábil = R\$ 1.300.000,00.
- Valor de venda = R\$ 250.000,00.
- Valor de uso = ?

Assim, utilizaremos como valor recuperável R\$ 250.000,00.

Tal hipótese é permitida pelo pronunciamento 01:

21. **Se não há razão para acreditar que o valor em uso de um ativo exceda materialmente seu valor justo líquido de despesa de venda, o valor justo líquido de despesas de venda do ativo pode ser considerado como seu valor recuperável.** Esse será frequentemente o caso para um **ativo** que é **mantido para alienação**. **Isso ocorre porque o valor em uso** de um ativo mantido para alienação corresponderá principalmente às receitas líquidas da baixa, uma vez que os futuros fluxos de caixa do uso contínuo do ativo, até sua baixa, **provavelmente serão irrisórios.**

Após essas considerações, precisamos fazer uma regra de três



Valor recuperável de R\$ 250.000 _____ 100%

Valor Contábil de R\$ 1.300.000 _____ X

$$X = \frac{1.300.000 \times 100}{250.000} = 520\%$$

Obs.: nessa situação (valor recuperável < valor contábil) devemos considerar o valor recuperável como 100% e não o valor contábil.

Nota-se que os ativos se apresentam **SUPERAVALIADOS** (Valor Contábil > Valor recuperável) em **520%**.

Gabarito: D

41. (PUC-PR/COPEL/Contador/Sênior/2009) De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade e conforme o Pronunciamento Técnico – CPC 01 – Redução a Valor Recuperável de Ativos, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, constantes na Deliberação CVM 527/07 e na Resolução do CFC n.º 1.110/07, ao mensurar o valor em uso de um ativo, a entidade deve:

() Basear as projeções de fluxo de caixa nas previsões ou nos orçamentos financeiros mais recentes que foram aprovados pela administração, os quais, porém, devem excluir qualquer estimativa de fluxo de caixa que se espera surgir das reestruturações futuras ou da melhoria ou aprimoramento do desempenho do ativo. As projeções baseadas nessas previsões ou nos orçamentos devem abranger, como regra geral, um período máximo de 10 anos, a menos que se justifique, fundamentadamente, um período mais longo.

() Basear as projeções de fluxo de caixa em premissas razoáveis e fundamentadas que representem a melhor estimativa, por parte da administração, do conjunto de condições econômicas que existirão na vida útil remanescente do ativo. Além disso, peso maior deve ser dado às evidências externas.

() Estimar as projeções de fluxo de caixa para além do período considerado pelas previsões ou orçamentos mais recentes, pela extrapolação das projeções baseadas em orçamentos ou previsões, usando uma taxa de crescimento estável ou decrescente para anos subsequentes, a menos que uma taxa crescente possa ser devidamente justificada. Essa taxa de crescimento não deve exceder a taxa de crescimento médio, de longo prazo, para os produtos, setores de indústria ou país (es) nos quais a entidade opera ou para o mercado no qual o ativo é utilizado, a menos que se justifique, fundamentadamente, uma taxa mais elevada.

- a) V, V, F.
- b) V, V, V.
- c) F, V, V.
- d) F, V, F.
- e) F, F, V.

Comentários:

Questão literal! Precisamos recorrer ao item 33 do CPC 01 (R1):



Base para estimativas de fluxos de caixa futuros

33. Ao mensurar o valor em uso a entidade deve:

(a) basear as projeções de fluxo de caixa em premissas razoáveis e fundamentadas que representem a melhor estimativa, por parte da administração, do conjunto (range) de condições econômicas que existirão ao longo da vida útil remanescente do ativo. Peso maior deve ser dado às evidências externas;

(b) basear as projeções de fluxo de caixa nas previsões ou nos orçamentos financeiros mais recentes aprovados pela administração que, porém, devem excluir qualquer estimativa de fluxo de caixa que se espera surgir das reestruturações futuras ou da melhoria ou aprimoramento do desempenho do ativo. As projeções baseadas nessas previsões ou orçamentos devem abranger, como regra geral, o período máximo de cinco anos, a menos que se justifique, fundamentadamente, um período mais longo;

(c) estimar as projeções de fluxo de caixa para além do período abrangido pelas previsões ou orçamentos mais recentes pela extrapolação das projeções baseadas em orçamentos ou previsões usando uma taxa de crescimento estável ou decrescente para anos subsequentes, a menos que uma taxa crescente possa ser devidamente justificada. Essa taxa de crescimento não deve exceder a taxa média de crescimento, de longo prazo, para os produtos, setores de indústria ou país ou países nos quais a entidade opera ou para o mercado no qual o ativo é utilizado, a menos que se justifique, fundamentadamente, uma taxa mais elevada.

A seguir, comparemos o texto do pronunciamento com os quesitos:

(F) Basear as projeções de fluxo de caixa nas previsões ou nos orçamentos financeiros mais recentes que foram aprovados pela administração, os quais, porém, devem excluir qualquer estimativa de fluxo de caixa que se espera surgir das reestruturações futuras ou da melhoria ou aprimoramento do desempenho do ativo. As projeções baseadas nessas previsões ou nos orçamentos devem abranger, como regra geral, um período máximo de 10 anos, a menos que se justifique, fundamentadamente, um período mais longo.

*Falso, conforme a alínea a item 33 do CPC 01. Em síntese, a análise do fluxo de caixa também deve se basear em políticas mais recentes adotadas pela empresa e abranger um **PERÍODO MÁXIMO DE 5 ANOS ADIANTE** (salvo se se justificar período mais longo).*

(V) Basear as projeções de fluxo de caixa em premissas razoáveis e fundamentadas que representem a melhor estimativa, por parte da administração, do conjunto de condições econômicas que existirão na vida útil remanescente do ativo. Além disso, peso maior deve ser dado às evidências externas.

Verdadeiro, praticamente repetiu a *alínea a, item 33* desse pronunciamento.

(V) Estimar as projeções de fluxo de caixa para além do período considerado pelas previsões ou orçamentos mais recentes, pela extrapolação das projeções baseadas em orçamentos ou previsões, usando uma taxa de crescimento estável ou decrescente para anos subsequentes, a menos que uma taxa crescente possa ser devidamente justificada. Essa taxa de crescimento não deve exceder a taxa de crescimento médio, de longo



prazo, para os produtos, setores de indústria ou país (es) nos quais a entidade opera ou para o mercado no qual o ativo é utilizado, a menos que se justifique, fundamentadamente, uma taxa mais elevada.

Verdadeiro, dessa vez a banca parafraseou a *alínea c, item 33 do CPC 01*.

Diante das explicações, podemos marcar letra c como gabarito.

Gabarito: C



LISTA DE QUESTÕES – CPC 01 – FGV

1. (FGV/Auditor Fiscal de Tributos Municipais/SJC/2024) Em 01/01/2023, uma sociedade empresária adquiriu um terreno para usar em sua atividade fim por R\$120.000.

Em 31/12/2023, ela constatou que o valor justo líquido de despesas de venda do terreno era de R\$100.000. Já o valor em uso era estimado em R\$90.000.

Na data, deve-se reconhecer, na Demonstração do Resultado do Exercício da sociedade empresária, uma

- A) despesa financeira de R\$20.000.
- B) despesa financeira de R\$30.000.
- C) perda por desvalorização do ativo de R\$10.000.
- D) perda por desvalorização do ativo de R\$20.000.
- E) perda por desvalorização do ativo de R\$30.000.

2. (FGV/Prefeitura de Caraguatatuba/Controlador Interno/2024) Em 01/12/2021, um banco adquiriu de uma escola, o direito sobre a folha de pagamento dos professores e funcionários. Deste modo, o banco desembolsou R\$600.000 para que todos os salários da escola fossem pagos através dele durante cinco anos, a partir de 01/02/2022. Em 31/12/2022, o banco estimou que o direito adquirido poderia trazer benefícios de R\$510.000. Já em 31/12/2023, o banco estimou que o direito adquirido poderia trazer benefícios de R\$380.000.

Assinale a opção que indica a amortização acumulada da folha de pagamento em 31/12/2023.

- (A) R\$178.000.
- (B) R\$212.000.
- (C) R\$230.000.
- (D) R\$240.000.
- (E) R\$250.000.

3. (FGV/TRT13/Analista Contábil/2022) Uma sociedade empresária tinha uma van que era utilizada para o deslocamento de seus funcionários. A van foi comprada em 01/01/X1 por R\$200.000 e tinha vida útil avaliada em 10 anos. A sociedade empresária não estimava valor residual e depreciava os seus ativos imobilizados de acordo com o método da linha reta.

Em 31/12/X4, a sociedade empresária estimou que o valor justo líquido de despesas de venda da van era de R\$135.000. Já o valor em uso era de R\$100.000.

Assinale a opção que indica se há necessidade de reconhecimento de uma despesa relacionada à perda por recuperabilidade da van e, caso, positivo, por qual valor.

- (A) Sim. R\$10.000.
- (B) Sim. R\$15.000.
- (C) Sim. R\$20.000.



- (D) Sim. R\$35.000.
- (E) Não há.

4. (FGV/SEFAZ AM/Assistente Administrativo da Fazenda Estadual/2022) Uma sociedade empresária tinha um terreno, utilizado em seus negócios, que estava contabilizado por R\$100.000 em seu balanço patrimonial. No final do exercício, a sociedade empresária realizou uma avaliação do teste de recuperabilidade em seus ativos imobilizados. Ela constatou que o valor justo líquido de despesas diretas de venda do terreno era de R\$90.000, enquanto seu valor em uso era de R\$110.000.

Assinale a opção que indica o impacto do teste nas contas patrimoniais da sociedade empresária.

- a) Aumento no ativo.
- b) Diminuição no ativo.
- c) Aumento no passivo.
- d) Diminuição no passivo.
- e) Não há impacto.

5. (FGV/SEFAZ-ES/Auditor/2021) De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, ao avaliar se há indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização, uma entidade deve considerar algumas indicações.

Com relação a essas indicações, analise as afirmativas a seguir.

I. Há indicações de que o valor do ativo diminuiu significativamente durante o período, mais do que seria de se esperar como resultado da passagem do tempo ou do uso normal.

II. Ocorreram, durante o período, mudanças significativas com efeito adverso sobre a entidade ou ocorrerão em futuro próximo, no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal, no qual a entidade opera ou no mercado para o qual o ativo é utilizado.

III. Há evidências provenientes de relatórios realizados pela área de controladoria, que indicam que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado.

Assinale a opção que indica apenas as fontes externas de informação.

- (A) I, somente.
- (B) II, somente.
- (C) I e II, somente.
- (D) I e III, somente.
- (E) II e III, somente.

6. (FGV/DPE-RJ/Contabilidade/2019) Uma entidade adquiriu um equipamento por R\$ 750.000,00, que entrou em operação em 01/01/20x5. O equipamento teve uma vida útil estimada de 12 anos, valor residual de R\$ 30.000,00 e tem depreciação apurada pelo método da linha reta. Em atenção ao desempenho do equipamento, em 02/01/20x9, a entidade contratou uma revisão da vida útil do ativo. O relatório de revisão informou que a nova vida útil remanescente era de 10 anos, além de uma redução de R\$ 5.000,00 no valor residual.



Considerando que a entidade acatou o relatório e que não houve outras revisões, o valor líquido contábil do equipamento em 31/12/20x9 é:

- (A) R\$ 436.500,00;
- (B) R\$ 437.500,00;
- (C) R\$ 450.000,00;
- (D) R\$ 461.500,00;
- (E) R\$ 515.500,00.

7. (FGV/MPE AL/Auditor do Ministério Público/2018) Uma entidade apresentava o seguinte balanço patrimonial em 31/12/2016:

Ativo Circulante	20.000		
Caixa	20.000		
Ativo Imobilizado	130.000		
Terreno	80.000	Patrimônio Líquido	150.000
Veículos	60.000		
Dep.Ac.	- 10.000		
Total	150.000	Total	150.000

O veículo é depreciado pelo método de quotas constantes e tem vida útil de 5 anos, sem valor residual.

Em 31/12/2017, a entidade fez um teste de recuperabilidade de seus ativos e constatou que:

- O terreno poderia ser vendido por R\$ 70.000. Se utilizado poderia trazer retorno de R\$ 60.000;
- Os veículos poderiam ser vendidos por R\$ 40.000. Se utilizados poderiam trazer retorno de R\$ 35.000.

Em 02/01/2018, a entidade vendeu o terreno por R\$ 75.000 e os veículos por R\$ 42.000.

Assinale a opção que indica o lucro obtido com a venda de ativo imobilizado na Demonstração do Resultado do Exercício de entidade, em 31/01/2018, sem considerar os efeitos fiscais.

- a) R\$ 7.000,00
- b) R\$ 9.000,00
- c) R\$ 12.000,00
- d) R\$ 19.000,00
- e) R\$ 22.000,00

8. (FGV/MPE AL/Contador/2018) O contador de uma entidade incorreu em um erro e não reconheceu a reversão do teste de impairment dos ativos imobilizados dela.

Assinale a opção que indica o efeito que esse erro causou ao patrimônio da entidade.

- a) Subavaliação do ativo e do passivo.
- b) Subavaliação do ativo e do patrimônio líquido.
- c) Superavaliação do ativo e do passivo.
- d) Superavaliação do ativo e do patrimônio líquido.
- e) Superavaliação do passivo e subavaliação do patrimônio líquido.



9. (FGV/Auditor Fiscal/SEFIN RO/2018) Em 01/01/2013, a Cia. K iniciou a pesquisa e o desenvolvimento do projeto de um sistema capaz de gerar maior controle sobre as suas atividades. O projeto durou três anos, tendo os seguintes gastos:

2013- R\$ 200.000.

2014- R\$ 300.000.

2015- R\$ 500.000.

Além disso, sabe-se que:

- Em 2013, o projeto ainda estava na fase inicial da pesquisa e a empresa considerava a possibilidade de não ter sucesso com ele.

- Em 2014, a empresa iniciou a fase de desenvolvimento. Ao efetuar uma pesquisa de mercado, percebeu que não haveria demanda para o sistema, devido ao preço. No entanto, decidiu manter o projeto em curso normal, esperando que mudanças pudessem ocorrer.

- Em 2015, há repercussão mundial e a empresa consegue projetar uma demanda suficiente para justificar a produção em larga escala. Além disso, todos os critérios de reconhecimento dos gastos com desenvolvimento do Pronunciamento Técnico CPC 04 - Ativo Intangível foram atendidos. No final do ano o projeto é concluído.

- Em 2016, o projeto é lançado ao mercado. Na data, a empresa estima que o sistema irá trazer benefícios econômicos durante os cinco anos seguintes, a partir de 01/01/2016. Em 31/12/2016, a empresa efetua um teste de recuperabilidade e constata que o valor recuperável na data é de R\$ 550.000.

- Em 2017, as vendas melhoraram e no teste de recuperabilidade, de 31/12/2017, a empresa considera que terá retorno de R\$ 600.000 nos anos remanescentes de venda.

Assinale a opção que indica o valor contábil do sistema, em 01/01/2018.

(A) R\$ 200.000.

(B) R\$ 300.000.

(C) R\$ 412.500.

(D) R\$ 440.000.

(E) R\$ 600.000.

10. (FGV/ALERO/Analista Legislativo-Contabilidade/2018) Em 02/01/2017, uma empresa adquiriu um ar condicionado para o seu escritório. O preço do ar condicionado era de R\$ 2.000. Na data, a empresa pagou o frete de \$ 200, e a instalação de R\$ 600. Além, disso, a empresa estima que os custos de remoção do ar condicionado, ao final da vida útil, serão de R\$ 700.

Na data da compra, a empresa esperava utilizar o ar condicionado por cinco anos e não considerava valor residual.

Em 31/12/2017, a empresa efetuou uma análise para definir a capacidade de recuperação de seus ativos imobilizados e constatou que o ar condicionado poderia trazer benefícios de R\$ 2.600 com o uso e de R\$ 3.000 com a venda. Para vender o ar condicionado, a empresa teria que pagar R\$ 300 com transporte.

Assinale a opção que indica o valor do ar condicionado no balanço patrimonial da empresa, em 31/12/2017, após ter sido realizado o teste de recuperabilidade.



- a) R\$ 2.240.
- b) R\$ 2.600.
- c) R\$ 2.700.
- d) R\$ 2.800.
- e) R\$ 3.000.

11. (FGV/Contador/Caruaru/2015) Em 01 de janeiro de 2012, um restaurante adquiriu uma moto, no valor de R\$ 22.000,00, para otimizar o serviço de entregas.

O restaurante pretendia utilizar a moto durante cinco anos e depois vendê-la por R\$ 2.000,00. No momento da compra, o sócio do restaurante estimava que, por meio das entregas, a moto poderia trazer retorno de R\$ 4.500,00 (a valor presente) em cada ano de uso.

Em 31 de dezembro de 2012, o restaurante refez suas projeções, estimando que, em cada um dos anos seguintes, os retornos trazidos pela moto seriam de R\$ 2.750,00. Além disso, o valor da moto no mercado era de R\$ 9.000,00. Após os anos de uso, o restaurante não mais pretendia ter retorno com a moto.

Considerando que, em 31 de dezembro de 2013, não havia indícios de perdas adicionais, o valor contábil da moto era de:

- a) R\$ 7.000,00.
- b) R\$ 8.250,00.
- c) R\$ 11.250,00.
- d) R\$ 14.000,00.
- e) R\$ 15.250,00.

12. (FGV/Contador/Caruaru/2015) Em 01/01/2011, um banco comprou, por R\$ 180.000,00, o direito de processar a folha de pagamentos de uma empresa por seis anos. Em 31/12/2012, o banco constatou que os funcionários da empresa não estavam utilizando os serviços do banco e verificou que poderia ter retorno total de R\$ 100.000,00 com a folha de pagamento nos anos remanescentes. Já em 31/12/2013, o banco realizou um novo estudo e verificou que, nos anos seguintes, poderia obter retorno total de R\$ 80.000,00. Em 31/12/2014, o valor contábil do direito era de

- (A) R\$ 50.000,00.
- (B) R\$ 53.333,00.
- (C) R\$ 60.000,00.
- (D) R\$ 75.000,00.
- (E) R\$ 83.333,00

13. (FGV/Analista/DPE MT/2015) Para mensurar o valor em uso no teste de impairment, uma entidade deve fazer estimativas de fluxos de caixa futuros.

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, as estimativas de fluxos de caixa futuros devem incluir:

- a) os recebimentos ou pagamentos de tributos sobre a renda.



- b) as entradas ou saídas de caixa provenientes de atividades de financiamento
- c) as saídas de caixa que se referem a obrigações que já foram reconhecidas como passivos, como contas a pagar.
- d) as entradas de caixa advindas de ativos que geram outras entradas de caixa que são, em grande parte, independentes das entradas de caixa do ativo sob revisão.
- e) as projeções de saídas de caixa que são necessariamente incorridas para gerar as entradas de caixa advindas do uso contínuo do ativo e que podem ser diretamente alocadas, em base consistente e razoável, ao ativo.

14. (FGV/Analista/DPE/MT/2015) Em 30/06/2011, uma entidade adquiriu um carro para utilizar em seus negócios por R\$ 50.000,00. No momento da compra, o carro tinha vida econômica de oito anos, no entanto, a entidade pretendia utilizá-lo por seis anos e depois vendê-lo por R\$ 8.000,00. Em 31/12/2014, a administração da entidade observou fatores externos negativos e realizou o teste de recuperabilidade do carro.

Nesta avaliação, ela determinou que o valor de uso do carro era de R\$ 20.000,00 e o valor de venda de R\$ 27.000,00, sendo que, para vender, a entidade precisaria pintar o carro, o que lhe custaria R\$ 2.000,00. O valor contábil do carro, em 01/01/2015, era de

- (A) R\$ 20.000,00.
- (B) R\$ 22.000,00.
- (C) R\$ 25.000,00.
- (D) R\$ 25.500,00.
- (E) R\$ 27.000,00.

15. (FGV/TCM SP/Contador/2015) A Armazéns Gerais Épsilon S.A. é proprietária de diversas instalações ao redor do Brasil. Uma dessas instalações está localizada próximo a uma rodovia que dá acesso a um porto, e foi inaugurada em 1º de março de 2008, quando se estimava que essa instalação teria uma vida útil de 30 anos e nenhum valor residual. Desde então essas estimativas não se modificaram, nem tampouco houve o reconhecimento de quaisquer ajustes para perdas, e a Armazéns Gerais Épsilon S.A. vem depreciando o custo de R\$60.000.000 da instalação pelo método da linha reta. Porém, em fevereiro de 2015, foi anunciado que o porto ao qual a rodovia próxima a essa instalação da companhia dá acesso deverá passar por uma longa reforma.

Considerando desde a licitação do projeto até a conclusão das obras, o processo de reforma do porto poderá se estender por mais de 5 anos. Em virtude disso, a administração da Armazéns Gerais Épsilon S.A. acredita que o volume de negócios dessa instalação será comprometido, e decidiu aplicar um teste de redução ao valor recuperável desse ativo. O teste foi concluído em 1º de março de 2015, data em que o valor justo da instalação foi avaliado em R\$47.000.000, e o valor em uso foi avaliado em R\$40.000.000. Como a administração da Armazéns Gerais Épsilon S.A. estima que a venda dessa instalação acarretaria despesas de R\$3.000.000, o valor líquido pelo qual esse ativo deve ser apresentado em 1º de março de 2015 é de:

- (A) R\$40.000.000;
- (B) R\$43.000.000;



- (C) R\$44.000.000;
- (D) R\$46.000.000;
- (E) R\$47.000.000.

16. (FGV/TCM SP/Contador/2015) No exercício de 20x4, a Cia. Norte apurou perdas de R\$12.000,00 por redução ao valor recuperável de um ativo imobilizado, cujo custo de aquisição foi de R\$80.000,00 e estava 40% depreciado. Os lançamentos contábeis da Cia. Norte ao final do exercício de 20x4 relativos à redução do imobilizado ao seu valor recuperável são os seguintes:

- (A) D – Perda por desvalorização (resultado do exercício) –R\$12.000,00
C – Perdas estimadas por valor não recuperável (reduzora do Ativo) –R\$12.000,00;
- (B) D – Perdas estimadas por valor não recuperável (reduzora do Ativo) – R\$12.000,00
C – Perda por desvalorização (resultado do exercício) – R\$12.000,00;
- (C) D – Perdas estimadas por valor não recuperável (reduzora do Ativo) – R\$ 36.000,00
C – Perda por desvalorização (resultado do exercício) – R\$ 36.000,00
- (D) D – Perdas estimadas por valor não recuperável (reduzora do Ativo) – R\$20.000,00
C – Depreciação acumulada – R\$ 8.000,00
C – Perda por desvalorização (resultado do exercício) – R\$12.000,00
- (E) D – Perda por desvalorização (resultado do exercício) –R\$ 44.000,00
C – Depreciação acumulada – R\$32.000,00
C – Perdas estimadas por valor não recuperável (reduzora do Ativo) – R\$ 12.000,00

17. (FGV/Auditor Fiscal da Receita Estadual/SEFAZ/RJ/2009) Em 01.04.2009, a Cia. Platina adquiriu um equipamento para ser utilizado em sua fábrica no valor de \$ 113.000. Os seguintes custos adicionais são diretamente relacionados ao ativo:

Frete..... \$5.000
Seguro do transporte.....\$ 2.000
Seguro anual.....\$12.000

O equipamento tem vida útil estimada em 12 anos. Após esse período, o valor residual é estimado em zero. Para atendimento do CPC 01, aprovado pelo CFC, deve ser efetuada em 31.12.2009 a avaliação do valor recuperável do ativo.

As informações obtidas nesta data são as seguintes:

Valor líquido de venda.....\$ 90.000
Valor presente dos benefícios futuros em uso..... \$ 140.000

Em 31.12.2009, o valor líquido do equipamento que deve ser apresentado no Balanço Patrimonial da Cia. Platina será:

- (A) \$ 120.063.
- (B) \$ 112.500.
- (C) \$ 111.500.
- (D) \$ 140.000.



(E) \$ 90.000.

18. (FGV/Auditor Substituto de Conselheiro/TCM/PA/2008) A Empresa Industrial J, no ano t, efetuou adequadamente o lançamento contábil relativo ao teste de recuperabilidade do valor contábil de determinado equipamento, sabendo-se que:

I. O valor de registro original desse equipamento é \$80.000,00. A depreciação acumulada do equipamento, até a data do teste, é \$50.000,00;

II. O valor de mercado desse equipamento, na data do teste, é \$32.000,00. Caso a Empresa J vendesse o equipamento, na data do teste, incorreria em gastos associados a tal transação no montante de \$5.000,00;

III. Caso a Empresa J não vendesse o equipamento e continuasse utilizando-o no processo produtivo, seria capaz de produzir 5.000 unidades do produto Ju por ano pelos próximos 4 anos (assuma que a produção anual ocorra no final de cada ano). Ao final desse período, o equipamento se reduziria a sucata. O preço de venda do produto Ju é \$5,00 por unidade.

Os gastos médios incorridos na produção e venda de uma unidade de produto Ju é \$3,00. O custo de capital da Empresa J é 10% ao ano;

IV. a Empresa J é sediada num paraíso fiscal; portanto, ignore qualquer tributo.

Segundo a Resolução CFC 1.110/07, indique o valor da variação que deverá sofrer o resultado da Empresa J.

(A) Entre \$ -6.000,00 e \$ -4.000,01.

(B) Entre \$ -4.000,00 e \$ -2.000,01.

(C) Entre \$ -2.000,00 e \$ -0,01.

(D) Zero.

(E) Entre \$ 0,01 e \$ 2.000,00.



GABARITO

1	D
2	C
3	E
4	E
5	C
6	D
7	B
8	B
9	B
10	C
11	B
12	B
13	E
14	C
15	C
16	A
17	B
18	D



LISTA DE QUESTÕES

1. (Instituto AOC/PTF 2ª Região/Analista Judiciário/Apoio Especializado/Contabilidade/2024) Ao final do exercício de 2023, uma empresa apresentou as seguintes informações referentes a uma máquina:

- Custo de aquisição: R\$ 800.000;
- Depreciação acumulada: R\$ 100.000;
- Perda por redução ao valor recuperável: R\$ 100.000 (exercício de 2022).

De acordo com as normas contábeis, em 31/12/2023, a empresa realizou o teste de redução ao valor recuperável para essa máquina e obteve os seguintes resultados:

- Valor justo líquido: R\$ 780.000;
- Valor em uso: R\$ 800.000.

Com base nas informações apresentadas, é correto afirmar que

A foi reconhecido um ganho no valor de R\$ 100.000 no resultado do exercício, dado que o valor recuperável é R\$ 800.000.

B foi reconhecida uma perda por redução ao valor recuperável de R\$ 180.000 no resultado do exercício, uma vez que o valor recuperável é R\$ 780.000.

C foi reconhecido um ganho no valor de R\$ 180.000 no resultado do exercício, uma vez que o valor recuperável é R\$ 800.000.

D foi reconhecida uma perda por redução ao valor recuperável de R\$ 200.000 no resultado do exercício, uma vez que o valor recuperável é R\$ 800.000.

E foi reconhecido um ganho no valor de R\$ 100.000 no resultado do exercício, uma vez que o valor recuperável é R\$ 780.000.

2. (SELECON/CEFET RJ/Contador/2024) O maior montante entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso corresponde ao conceito de:

- A valor contábil
- B valor nominal
- C valor presente
- D valor recuperável

3. (Instituto Verbena/IFS/Técnico Contabilidade/2024) Leia o caso a seguir.

Uma entidade possuía em dezembro de 2021 um ativo reconhecido de acordo com a NBC TG 27 (R4) – Ativo Imobilizado, cujo o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras da empresa era de R\$ 450.000,00, que incluía a depreciação acumulada de R\$ 250.000,00 e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas de R\$ 150.000,00. No final de 2022 a empresa realizou o teste de recuperabilidade e observou que o valor justo do ativo, líquido das despesas de venda, era de R\$ 400.000,00 e o seu valor em uso era de R\$ 620.000,00.



De acordo com as informações apresentadas, a empresa deve

A manter inalterado o valor reconhecido do ativo imobilizado.

B reconhecer uma perda por recuperabilidade de R\$ 50.000,00.

C reconhecer um ganho por recuperabilidade de R\$ 150.000,00.

D reconhecer um ganho por recuperabilidade de R\$ 170.000,00.

4. (Instituto AOC/SEAP PR/Contador/2024) A empresa InovaTech S.A., atuante no setor de tecnologia, registrou em seu balanço patrimonial de 31/12/X1 um ativo intangível com vida útil indefinida no valor de R\$ 400.000. Esse ativo corresponde ao pagamento de ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) na aquisição de uma startup inovadora.

Em 31/12/X2, a InovaTech realizou um teste de redução ao valor recuperável (teste de impairment) com as seguintes informações:

- Valor em uso: R\$ 300.000.
- Valor justo líquido de despesas de venda: R\$ 420.000.

Sabe-se também que, no exercício de X1, a empresa havia reconhecido uma perda por desvalorização (impairment) de R\$ 50.000 nesse ativo.

Considerando o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a InovaTech S.A. deveria, nas demonstrações referentes ao ano de X2,

A reconhecer um ganho por recuperação de valor no montante de R\$ 50.000.

B registrar uma nova perda por desvalorização no valor de R\$ 50.000.

C não fazer nenhum registro contábil, mantendo o valor contábil atual.

D reverter a perda por desvalorização anteriormente reconhecida no valor de R\$ 70.000.

E reverter a perda por desvalorização anteriormente reconhecida no valor de R\$ 50.000 e reconhecer um ganho adicional de R\$ 20.000.

5. (FUNCERN/Pref. Guamaré/Auditor Fiscal de Tributos/2024) Em relação ao pronunciamento contábil que trata sobre a redução ao valor recuperável de ativos, julgue os itens a seguir.

I. A perda por desvalorização reconhecida para o ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) deve ser revertida em período subsequente.

II. A entidade deve avaliar ao fim de cada período de reporte, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo.

III. Se não há razão para acreditar que o valor em uso de um ativo exceda materialmente seu valor justo líquido de despesas de venda, o valor justo líquido de despesas de venda do ativo pode ser considerado como seu valor recuperável.

IV. A perda por desvalorização do ativo deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado desde que o ativo tenha sido reavaliado.

Estão corretas as afirmativas

A II e III.



B I e II.

C I, III e IV.

D I, II, III e IV.

6. (FUNCEPE/Pref. Gen. Sampaio/Auditor de Controle Interno/2024) Leia o excerto a seguir.

“É o maior montante entre o valor justo líquido de despesas de venda do ativo ou da unidade geradora de caixa e o seu valor em uso.”

O trecho diz respeito ao valor

A justo (fair value).

B recuperável.

C realizável líquido.

D líquido contábil.

E bruto contábil.

7. (Instituto Verbena/CM Anápolis/Analista Administrativo/Ciências Contábeis/2024) Qual ativo que, via de regra, deve ter seus valores avaliados por teste de recuperabilidade (impairment)?

A Ativo imobilizado.

B Ativos diferidos.

C Ativo biológico.

D Estoques.

8. (Instituto Verbena/Pref. Turvânia/Técnico de Controle Interno/2024) Leia o caso a seguir.

Uma empresa possui um ativo cujo valor contábil é de R\$ 150.000. Recentemente, foi feita uma avaliação para determinar o valor recuperável desse ativo. Foi estimado que o valor justo do ativo, descontando os custos de venda, é de R\$ 130.000, e o valor em uso baseado nas projeções de fluxos de caixa futuros, é de R\$ 120.000.

De acordo com o CPC 01 – Valor Recuperável de Ativos, qual deve ser o valor registrado para esse ativo no balanço patrimonial da empresa e qual seria a perda por desvalorização, se aplicável?

A Valor registrado: R\$ 150.000; Perda por desvalorização: R\$ 0.

B Valor registrado: R\$ 130.000; Perda por desvalorização: R\$ 20.000.

C Valor registrado: R\$ 120.000; Perda por desvalorização: R\$ 30.000.

D Valor registrado: R\$ 125.000; Perda por desvalorização: R\$ 25.000.

9. (FAURGS/UFRGS/Técnico Contabilidade/2023) Um veículo apresenta a seguinte composição patrimonial:

Veículo R\$ 100.000,00

Depreciação acumulada até 31/12/2021 R\$ 40.000,00

Estimativa de ajuste ao valor recuperável realizada em 31/12/2020 R\$ 20.000,00



Na análise do valor recuperável do ativo do ano de 2021, identificou-se valor em uso de R\$ 50.000,00 e valor justo de R\$ 30.000,00.

Com base nessas informações, marque a alternativa que apresenta o valor contábil do veículo a ser apresentado no Balanço Patrimonial de 31/12/2021.

A R\$ 30.000,00.

B R\$ 40.000,00.

C R\$ 50.000,00.

D R\$ 80.000,00.

E R\$ 100.000,00.

10. (QUADRIX/CREA GO/Contador/2023) Acerca da contabilidade geral, julgue o item.

As estimativas de fluxos de caixa futuros e a taxa de desconto devem refletir premissas consistentes sobre aumentos de preço. Se a taxa de desconto incluir o efeito dos aumentos de preço devido à inflação, os fluxos de caixa futuros devem ser estimados em termos reais.

11. (FUNCERN/Pref Bom Jesus – RN/Contador/2023) Os ativos de uma empresa podem sofrer variação no seu valor com o passar do tempo. Para manter o balanço fidedigno com a realidade, existe o mecanismo de atualização dos ativos ao valor recuperável. Sendo assim, valor recuperável é definido como

A o maior valor entre o valor justo líquido de despesas de venda de um ativo ou de unidade geradora de caixa e o seu valor em uso.

B o montante pelo qual o ativo está reconhecido no balanço, depois da dedução de toda respectiva depreciação, amortização ou exaustão acumulada e ajuste para perdas.

C o custo de um ativo, ou outra base que substitua o custo nas demonstrações contábeis, menos seu valor residual.

D o número de unidades de produção ou de unidades semelhantes que a entidade espera obter do ativo.

12. Instituto AOC/MPE MS/Analista Contabilidade/2023) A empresa TENDITUDO S/A. apresentava em seu Balanço Patrimonial, em 31/12/2021, um ativo imobilizado composto pelos seguintes valores: custo de aquisição: R\$ 100.000,00 e depreciação acumulada: R\$ 10.000,00. Sabendo que a empresa, em 31/12/2021, realizou o teste de recuperabilidade para esse ativo imobilizado e obteve as seguintes informações:

• valor em uso: R\$ 80.000,00.

• valor justo líquido das despesas de venda: R\$ 70.000,00.

Com base nessas informações e nas demonstrações contábeis de 2021, a empresa irá reconhecer

A perda por desvalorização no valor de R\$ 30.000,00.

B ganho no resultado pela avaliação no valor de R\$ 20.000,00.

C perda por desvalorização no valor de R\$ 20.000,00.

D ganho no resultado pela avaliação no valor de R\$ 10.000,00.



E perda por desvalorização no valor de R\$ 10.000,00.

13. (COGEPS UNIOESTE/GUARAPREV/Contador/2023) Assinale a alternativa correta no que se refere à mensuração do valor recuperável de um ativo para fins de apuração da necessidade de redução ao valor recuperável de um ativo, de acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 01 (R4):

A Valor recuperável é o menor valor entre o valor justo líquido de despesas de venda de um ativo ou de unidade geradora de caixa e o seu valor em uso.

B Para se apurar o valor justo de um ativo, deve-se, dentre outros itens, calcular a estimativa dos fluxos de caixa futuros que a entidade espera obter com esse ativo.

C Quando da apuração do valor recuperável de um ativo, a referida norma exige que sempre devem ser determinados os dois valores, quais sejam: o seu valor justo líquido de despesas de venda; e o seu valor em uso, para depois de determinados os dois valores, decidir qual deles será considerado o valor recuperável.

D Quando não é possível mensurar o valor justo líquido de despesas de alienação de um ativo porque não há base para se fazer estimativa confiável do preço pelo qual uma transação ordenada para a venda do ativo ocorreria entre participantes do mercado na data de mensuração sob condições atuais de mercado, o valor em uso pode ser utilizado como seu valor recuperável.

E O valor recuperável sempre deve ser apurado para um ativo individual, mesmo que esse integre um grupo de ativos, e que esse ativo individual não gere entradas de caixa provenientes de seu uso contínuo.

14. (IBFC/UFPB/Contador/2023) O objetivo do Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos é definir procedimentos visando a assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado no tempo por uso nas operações da entidade ou em sua eventual venda. Caso exista evidência clara de que os ativos estão registrados por valor não recuperável no futuro, a entidade deverá imediatamente reconhecer a desvalorização, por meio da constituição de provisão para perdas. Isso posto, analise as informações: A empresa XA, ao analisar um determinado Ativo, identifica as seguintes características: Valor líquido de Vendas = R\$ 5.100,00; Valor em uso = R\$ 5.000,00; Valor Contábil Bruto = R\$ 8.000,00; Depreciação Acumulada = R\$ 2.000,00; Provisão para Perdas R\$ 600,00. Calcule o valor do lançamento por Perda de Redução ao Valor Recuperável (Impairment) deste Ativo e assinale a alternativa que preencha corretamente a lacuna. O valor do lançamento por Perda de Redução ao Valor Recuperável foi de _____.

A R\$ 900,00

B R\$ 300,00

C R\$ 600,00

D R\$ 500,00

E R\$ 800,00

15. (Instituto Verbena/UFG/Contador/2023) Leia o caso a seguir.

A empresa S.A. comprou uma máquina em 01/05/2020 por R\$ 300.000,00, com valor residual de R\$ 40.000,00. A máquina ficou pronta para uso em 01/07/2020, entrando em uso nessa data. Em 31/12/2022, o valor em uso estimado para a máquina foi de R\$ 150.000,00. Caso a empresa venda esse ativo, o valor bruto



obtido é de R\$ 140.000,00, tendo um custo de venda de R\$ 4.000,00. A vida útil da máquina conforme receita federal é de 10 anos. A empresa espera usar a máquina por 5 anos

Com base nisso, o valor reconhecido como impairment em 31/12/2022 é de

A R\$ 0,00.

B R\$ 20.000,00.

C R\$ 55.000,00.

D R\$ 85.000,00.

16. (COPEVE UFAL/Pref. Mal. Deodoro/Fiscal de Tributos/2023) Acerca dos conceitos de mensuração de ativos, da redução ao valor recuperável de ativos, de valor justo, de valor em uso, e de valor contábil líquido, considere a situação: a companhia JB possui um imóvel que tem seu valor em uso avaliado em R\$ 200.000,00 e o seu valor contábil líquido em R\$ 250.000,00. O valor justo desse imóvel, deduzidas as despesas de vendas, está avaliado em R\$ 230.000,00. Diante dessas informações, assinale a alternativa correta.

A Deverá ser creditado na conta contábil do imóvel da entidade o valor correspondente à perda de R\$ 50.000,00, para que o valor contábil do bem fique ajustado ao valor recuperável.

B O valor contábil desse imóvel deve ser reduzido em R\$ 20.000,00, por meio da contabilização da despesa correspondente relativa ao impairment test

C O valor contábil desse imóvel deverá ficar avaliado em R\$ 200.000,00 na contabilidade, em obediência ao conservadorismo ou à prudência.

D Observa-se que nenhum ajuste deve ser feito na contabilidade da entidade, visto que não há perdas por redução ao valor recuperável.

E O valor contábil desse imóvel deverá sofrer redução em R\$ 50.000,00, tendo em vista o valor contábil ser superior ao valor em uso.

17. (AVANÇASP/Pref. Ubatuba/Contador/2023) Suponha que uma máquina de produção de uma grande indústria é danificada em função de uma enchente. A empresa contrata dois engenheiros especializados para calcular o valor recuperável do bem. O primeiro conclui que o ajuste a valor recuperável a ser efetuado é de R\$ 1.000.000,00, e o segundo conclui que o ajuste deve ser de R\$ 1.200.000,00. Neste caso, em atenção ao Princípio da Prudência, o Contador da entidade deve registrar:

A um ajuste a valor recuperável de ativo imobilizado no valor de R\$ 1.000.000,00, que resulta em menor valor para o ativo e maior valor para o Patrimônio Líquido.

B um ajuste a valor recuperável de ativo imobilizado no valor de R\$ 1.000.000,00, que resulta em maior valor para o ativo e para o Patrimônio Líquido.

C um ajuste a valor recuperável de ativo imobilizado no valor de R\$ 1.200.000,00, que resulta em maior valor para o ativo e menor valor para o Patrimônio Líquido.

D um ajuste a valor recuperável de ativo imobilizado no valor de R\$ 1.200.000,00, que resulta em menor valor para o ativo e para o Patrimônio Líquido.



E um ajuste a valor recuperável de ativo imobilizado no valor de R\$ 1.200.000,00, que resulta em menor valor para o ativo e maior valor para o Patrimônio Líquido.

18. (CONSULPLAN/SESPA/Contador/2023) Uma indústria adquiriu certo equipamento em 1º de novembro de 2020. O preço do equipamento à vista era de R\$ 900.000,00, mas a administração da indústria avaliou e decidiu adquiri-lo de forma financiada junto ao fornecedor. O equipamento foi adquirido em dez parcelas mensais de R\$ 99.000,00, totalizando R\$ 990.000,00. Adicionalmente, a indústria ainda desembolsou R\$ 6.000,00 com seguro no transporte, R\$ 13.000,00 para transportar o equipamento da sede do vendedor ao local de sua instalação e R\$ 20.000,00 com tributos não recuperáveis. A indústria incorreu em gastos com instalação de R\$ 21.000,00. Devidamente instalado e testado, o equipamento ficou apto para produzir em 1º de janeiro de 2021. Posteriormente, a indústria pagou R\$ 8.000,00 por um curso de treinamento para os seus empregados a fim de operar o maquinário adequadamente. Sabe-se que o método adotado para cálculo da depreciação foi o linear e a vida útil estimada de dez anos. Conforme disposto na NBC TG 01 (R4) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a administração da companhia efetuou teste de recuperabilidade no encerramento dos exercícios sociais de 2021 e 2022, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	31/12/2021	31/12/2022
Valor justo líquido de despesas de venda	R\$ 820.000,00	R\$ 750.000,00
Valor em uso	R\$ 828.000,00	R\$ 770.000,00

Considerando estas informações e, ainda, de acordo com a NBC TG 01 (R4) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos e com a NBC TG 27 (R4) – Ativo Imobilizado, é correto afirmar que os valores contábeis líquidos do equipamento em 31/12/2021 e em 31/12/2022 foram, respectivamente:

- A R\$ 820.000,00 e R\$ 750.000,00
- B R\$ 828.000,00 e R\$ 768.000,00
- C R\$ 828.000,00 e R\$ 770.000,00
- D R\$ 864.000,00 e R\$ 768.000,00
- E R\$ 871.200,00 e R\$ 775.200,00

19. (AOC/Pref. Belém -PA/Contador/2022) O objetivo do CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos – é estabelecer procedimentos que a entidade deve aplicar para assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação. Nesse sentido, é exemplo de ativo que está no alcance do CPC 01:

- A estoques.
- B ativos biológicos.
- C ativos não circulantes classificados como mantidos para venda.
- D propriedade para investimento que seja mensurada ao valor justo.
- E ativo intangível ainda não disponível para uso.



20. (AOCPIPE Prev/Analista em Previdência/Ciências Contábeis/2022) A Cia. Belas Artes S.A. apresentava em seu Balanço Patrimonial de 31/12/2020 um “ativo imobilizado” composto pelos seguintes valores:

Custo de aquisição: R\$ 900.000,00;

Perda por desvalorização (“impairment”): R\$ 200.000,00.

Ainda em 31/12/2020, a Cia. Belas Artes S.A. realizou o teste de recuperabilidade (“impairment”) para esse ativo imobilizado e obteve as seguintes informações do setor contábil:

– Valor em uso: R\$ 1.000.000,00;

– Valor justo líquido das despesas de venda: R\$ 800.000,00.

Com base nessas informações, o contador poderá afirmar que, nas demonstrações contábeis de 2020, a Cia. Belas Artes S.A deveria ter

A mantido o valor contábil de R\$ 700.000,00.

B reconhecido um ganho no valor de R\$ 300.000,00.

C reconhecido uma perda por desvalorização no valor de R\$ 100.000,00.

D reconhecido uma perda por desvalorização no valor de R\$ 200.000,00.

E reconhecido um ganho no valor de R\$ 200.000,00.

21. (Instituto AOCPI/AGESAN RS/Contador/2022) Uma entidade apresentou os seguintes saldos relativos a um edifício administrativo no seu balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2020:

Valor contábil bruto: R\$ 800.000,00.

(-) depreciação acumulada (R\$ 60.000,00).

(-) perdas no valor recuperável (R\$ 10.000,00).

No exercício de 2021, a entidade realizou novamente o teste de redução ao valor recuperável e obteve os seguintes valores:

- Valor em uso: R\$ 740.000,00.
- Valor justo líquido das despesas de venda: R\$ 690.000,00.
- Sendo que a despesa de depreciação do imóvel no ano de 2021 foi de R\$ 20.000,00.

Considerando essas informações, deve ser reconhecida, em 2021, relativamente ao teste de redução do valor recuperável, uma

A despesa com perda por redução ao valor recuperável no valor de R\$ 20.000,00.

B despesa com perda por redução ao valor recuperável no valor de R\$ 10.000,00.

C receita com reversão da perda no valor recuperável no valor de R\$ 30.000,00.

D receita com reversão da perda no valor recuperável no valor de R\$ 10.000,00.

E receita com reversão da perda no valor recuperável no valor de R\$ 20.000,00.



22. (Instituto AOC/EMBASA/Analista de Saneamento/Analista de Gestão/Ciências Contábeis/2022) Considerando o assunto relacionado à Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01), assinale a alternativa correta.

A Valor justo é o valor presente de fluxos de caixa futuros esperados que devem advir de um ativo ou de unidade geradora de caixa.

B Valor em uso é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

C Nem sempre é necessário determinar o valor justo líquido de despesas de venda de um ativo e seu valor em uso. Se qualquer um desses montantes exceder o valor contábil do ativo, este não tem desvalorização e, portanto, não é necessário estimar o outro valor.

D Uma perda por desvalorização do ativo é reconhecida quando o valor contábil é inferior ao valor recuperável.

E O aumento do valor contábil de um ativo, inclusive o ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill), atribuível à reversão de perda por desvalorização, não deve exceder o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores.

23. (IADES/ADASA/Regulador de Serviços Públicos/Contabilidade/2022) Se o valor justo líquido das despesas de venda de um ativo imobilizado for maior que o seu valor em uso, porém menor que o seu valor contábil, o ativo será objeto de redução ao valor

A recuperável

B residual.

C justo.

D contábil.

E depreciável.

24. (QUADRIX/CRMV SP/Contador/2022) Acerca da contabilidade societária, julgue o item.

O teste de impairment consiste em assegurar que a valorização de um ativo seja reconhecida por sua capacidade de continuar a gerar benefícios, seja pelo uso, seja pela venda.

25. (QUADRIX/SEE DF/Gestor em Políticas Públicas e Gestão Educacional/Contabilidade/2022) Julgue o item a seguir, relativo à contabilidade geral.

A entidade deve avaliar, ao fim de cada período, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização; sendo o caso, deve estimar o valor recuperável como o maior entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso.

26. (QUADRIX/CRC MG/Fiscal/2022) As informações a seguir são referentes a dados contábeis de uma empresa comercial em 31/12/2021, após a apuração e a incorporação do resultado do exercício.

Os valores apresentados estão em reais (R\$).

investimentos	120.000
ativo realizável a longo prazo	65.000
saldo inicial de caixa e equivalentes	75.000



ativo imobilizado	200.000
receita líquida de vendas	350.000
fluxo de caixa líquido das atividades operacionais	180.000
passivo não circulante	140.000
ativo intangível	55.000
passivo circulante	220.000
custo das mercadorias vendidas	120.000
fluxo de caixa líquido das atividades de investimento	(-115.000)
lucro líquido do exercício	65.000
saldo final de caixa e equivalentes	125.000

A partir dessa situação hipotética, julgue o item, considerando apenas duas casas decimais, sem arredondamentos.

A companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, a fim de que sejam registradas as perdas de valor do capital aplicado, quando comprovado que não poderão produzir resultados suficientes para recuperação desse valor.

27. (Instituto AOCF/ISS Cariacica/Fiscal Tributário/2020) Considere as seguintes informações extraídas do sistema de gestão patrimonial de uma determinada sociedade anônima:

Custo Histórico (Aquisição) R\$ 10.000,00

Depreciação Acumulada R\$ 2.000,00

Valor Justo Líquido das Despesas de Venda R\$ 6.000,00

Valor em Uso R\$ 7.000,00

Com base nessas informações, ao aplicar o teste de redução ao valor recuperável desse ativo, fica evidenciada a ocorrência de uma perda por desvalorização no valor de

- (A) R\$ 4.000,00.
- (B) R\$ 3.000,00.
- (C) R\$ 2.000,00.
- D) R\$ 1.000,00.

28. (FADESP/BANPARÁ/Contador/2018) Empresa constituída como sociedade anônima de capital aberto analisa periodicamente a recuperação dos valores registrados no imobilizado (impairment) com o objetivo de registrar as perdas de valor do capital aplicado. Quanto à redução ao valor recuperável não é correto afirmar

A se a empresa possuir ativos de valor superior ao valor recuperável por meio do uso ou venda, a empresa deverá reduzir esses ativos ao valor recuperável.

B o CPC 27 não fornece tratamento específico para a análise da recuperabilidade, mas ordena que seja aplicado o CPC 01 e aplicável a qualquer ativo.

C a regra de “custo ou mercado”, dos dois o menor, para os estoques, também ratifica o raciocínio subjacente ao teste de recuperabilidade.

D o entendimento é de que nenhum ativo pode estar reconhecido no balanço por valor que não seja recuperável pela venda pelo uso nas atividades da empresa.



E para apurar o valor recuperável há dois testes: (i) o do valor líquido de venda e (ii) o do valor presente dos fluxos de caixa estimado. Dos dois, prevalece o menor.

29. (COPS UEL/CM Londrina/Contador/2017) Com base nos critérios de avaliação do ativo e do passivo, bem como no disposto na NBC TG 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, considere as afirmativas a seguir.

- I. Valor em uso é o valor presente de fluxos de caixa futuros esperados que devem advir de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa.
- II. Valor contábil é o montante pelo qual o ativo está reconhecido no balanço depois da dedução de toda a respectiva depreciação, amortização ou exaustão acumulada e ajuste para perdas.
- III. Despesas de venda ou de baixa é o montante pelo qual o valor contábil de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável.
- IV. Perda por desvalorização são despesas incrementais diretamente atribuíveis à venda ou à baixa de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa, excluindo as despesas financeiras e de impostos sobre o resultado gerado.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- b) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

30. (IBFC/TJ PE/Analista Judiciário - Contador/2017) Determinada sociedade empresária ao analisar um ativo de sua empresa, verificou os seguintes valores:

Custo do Ativo	R\$ 35.000,00
(-) Depreciação acumulada	-R\$ 15.000,00
(=) Valor Contábil	R\$ 20.000,00
Valor em uso deste Ativo	R\$ 16.000,00
Valor justo líquido para venda	R\$ 17.000,00

Com base nos dados acima a empresa deverá efetuar o seguinte lançamento contábil:

a) Débito: Conta de Resultado

Perdas com desvalorização do imobilizado R\$ 3.000,00

Crédito: Ativo Não Circulante

Imobilizado

Perdas estimadas do imobilizado R\$ 3.000,00

b) Débito: Conta de Resultado

Perdas com desvalorização do imobilizado R\$ 4.000,00

Crédito: Ativo Não Circulante

Imobilizado



Perdas estimadas do imobilizado R\$ 4.000,00

c) Débito: Ativo Não Circulante

Imobilizado

Ganhos estimados do imobilizado R\$ 4.000,00

Crédito: Conta de Resultado

Ganhos com valorização do imobilizado R\$ 4.000,00

d) Débito: Ativo Não Circulante

Imobilizado

Ganhos estimados do imobilizado R\$ 3.000,00

Crédito: Conta de Resultado

Ganhos com valorização do imobilizado R\$ 3.000,00

e) Débito: Conta de Resultado

Perdas com desvalorização do imobilizado R\$ 1.000,00

Crédito: Ativo Não Circulante Imobilizado

Perdas estimadas do imobilizado R\$ 1.000,00

31. (IBFC/PCie PR/Perito Criminal/Área 7/2017) Conforme a Norma Brasileira de Contabilidade (NBC TG 01 (R3)) que versa sobre a Redução ao Valor Recuperável de Ativos, assinale a alternativa incorreta.

A Valor depreciável, amortizável e exaurível é o custo de um ativo, ou outra base que substitua o custo nas demonstrações contábeis, menos seu valor residual

B Depreciação, amortização e exaustão é a alocação sistemática do valor depreciável, amortizável e exaurível de ativos durante sua vida útil

C Perda por desvalorização é o montante pelo qual o valor contábil de um ativo ou de unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável

D Valor em uso é o valor presente de fluxos de caixa futuros esperados que devem advir de um ativo ou de unidade geradora de caixa

E Valor recuperável de um ativo ou de unidade geradora de caixa é o maior ou menor montante entre o seu valor justo bruto de despesa de venda e o seu valor em uso

32. (QUADRIX/TERRACAP/Contador/2017.Ajustada) A identificação de ativos desvalorizados dá-se mediante indicações, entre as quais se pode considerar o(a)

A valor do ativo, como decorrência da passagem do tempo.

B queda da taxa de juros e da carga tributária setoriais.

C queda das taxas de retorno sobre investimentos, afetando a taxa de desconto dos ativos.

D circunstância de que o valor das ações da entidade no mercado ficou menor que o valor contábil de seu patrimônio líquido.



E falta de perspectivas de mudanças tecnológicas significativas.

33. (IBFC/SES-PR/Técnico em Contabilidade/2016) A Norma Brasileira de Contabilidade TG 01 (R3), que trata da redução ao valor recuperável de ativos, define valor recuperável como o:

- a) Maior valor entre o valor justo líquido de despesas de venda de um ativo ou de unidade geradora de caixa e o seu valor em uso.
- b) Menor valor entre o valor justo líquido de despesas de venda de um ativo ou de unidade geradora de caixa e o seu valor em uso.
- c) Maior valor entre o valor justo líquido de despesas de venda de um passivo ou de unidade geradora de caixa e o seu valor que não está em uso.
- d) Maior valor entre o valor bruto de receitas de venda de um ativo.

34. (NC-UFPR/CM Pinhais/Contador/2015) A desvalorização do Ativo pode ocorrer pelos seguintes eventos, EXCETO:

- a) obsolescência ou dano físico do ativo.
- b) redução da mais valia do ativo, além do previsto.
- c) redução do valor de mercado do ativo, mais do que o previsto.
- d) alterações no ambiente onde a empresa opera, com efeitos prospectivos no fluxo de caixa gerado pelos Ativos.
- e) variação na taxa de juros ou outras taxas que podem afetar a taxa de desconto usada no cálculo do valor de uso.

35. (UFPR/Pref. Almirante Tamandaré/PR /Contabilidade/2015) Em relação aos elementos que devem estar presentes no cálculo do Valor de Uso do Ativo, considere os seguintes itens:

1. Estimativa dos fluxos de caixa futuros que a entidade espera obter com esse ativo.
2. Expectativas acerca de possíveis variações no montante ou no período de ocorrência desses fluxos de caixa futuros.
3. Valor do dinheiro no tempo, representado pela atual taxa de juros livre de risco.
4. Preço pela assunção da incerteza inerente ao ativo (prêmio).
5. Fatores, como falta de liquidez, que participantes do mercado iriam considerar ao precificar os fluxos de caixa futuros esperados da entidade, advindos do ativo.

São elementos presentes no cálculo do Valor de Uso do Ativo:

- a) 2 e 3 apenas.
- b) 3 e 5 apenas.
- c) 1, 2 e 4 apenas.
- d) 1, 4 e 5 apenas.
- e) 1, 2, 3, 4 e 5.



36. (NC-UFPR/ITAIPU/Profissional Nível Universitário Jr - Ciências Contábeis/2015) A Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 01 (Redução ao Valor Recuperável de Ativos) e suas alterações posteriores visam determinar os procedimentos para assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado no tempo por uso nas operações da entidade ou em sua eventual venda. Em função do exposto, considere um ativo imobilizado de uma sociedade empresária que, em 31 de dezembro de 2014, apresentou um valor original de aquisição de \$ 50.000 e depreciação acumulada até essa data de \$ 10.000, e para o qual foi determinado \$ 30.000 como seu valor justo líquido das despesas estimadas com sua venda, e \$ 26.000 como o valor presente do fluxo futuro de caixa gerado pelo uso desse ativo imobilizado. Com base nessas informações, assinale a alternativa correta.

- a) A sociedade empresária deverá reconhecer uma perda por redução ao valor recuperável de \$ 24.000.
- b) A sociedade empresária deverá reconhecer uma perda por redução ao valor recuperável de \$ 20.000.
- c) A sociedade empresária deverá reconhecer uma perda por redução ao valor recuperável de \$ 14.000.
- d) A sociedade empresária deverá reconhecer uma perda por redução ao valor recuperável de \$ 10.000.
- e) A sociedade empresária não deverá reconhecer perda por redução ao valor recuperável, pois o valor contábil do ativo é superior ao seu valor recuperável.

37. (IBFC/PC-RJ/Perito Criminal - Contabilidade/2013) Um ativo imobilizado está registrado na contabilidade por \$ 3.000. O valor dos fluxos de caixa não descontados desse ativo é de \$ 2.500. Os gastos para vender esse ativo são de \$ 200. O valor justo do ativo é de \$ 1.900, e o seu valor de uso é de \$ 2.000. O valor da provisão para perda por desvalorização desse ativo é de:

- a) \$ 1.200,00
- b) \$ 1.700
- c) \$ 900,00
- d) \$ 500,00
- e) \$ 1.000,00

38. (IBFC/SEPLAG-MG/Perito Criminal - Contabilidade/2013) Leia as definições a seguir e assinale a alternativa que preenche correta e respectivamente as lacunas, na ordem apresentada.

_____ é o valor presente dos fluxos de caixa que a entidade espera obter com o uso contínuo de um ativo e com a alienação ao final da sua vida útil ou incorrer para a liquidação de um passivo.

_____ é o valor pelo qual um ativo pode ser negociado entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

_____ é a alocação sistemática do valor depreciável de um ativo ao longo da sua vida útil.

_____ ao valor recuperável é o valor pelo qual o valor contábil de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável.

- a) Valor Contábil / Valor Justo / Depreciação / Perda por Redução.



- b) Valor Justo / Valor específico para a entidade (valor em uso) / Depreciação / Perda por Redução.
- c) Valor específico para a entidade (valor em uso) / Valor Justo / Depreciação / Perda por Redução.
- d) Valor específico para a entidade (valor em uso) / Valor Justo / Depreciação / Valor Depreciável.

39. (COPS UEL/SEFA PR/Auditor Fiscal/2012) Quanto à redução do valor recuperável de ativos, considera-se o montante pelo qual o valor contábil de um ativo, ou de uma unidade geradora de caixa, excede seu valor recuperável como

- a) despesas de venda ou de baixa.
- b) perda por desvalorização.
- c) valor depreciável, amortizável e exaurível.
- d) valor justo líquido de despesa de venda.
- e) valor recuperável.

40. (NC-UFPR/PCie PR/Perito Oficial/Área 7 - Perito Criminal/2007) Um quesito de inquérito empresarial questionava o valor real dos ativos de uma empresa S.A. A quantia investida em obras de arte com notas do artista apontava um valor de R\$ 1.300.000,00. Uma pesquisa do valor de mercado das obras com um especialista em avaliação de quadros reduziu o valor do acervo a R\$ 250.000,00. Os ativos mencionados apresentam-se:

- a) subavaliados em 400%.
- b) superavaliados em 52%.
- c) subavaliados em 192%.
- d) superavaliados em 520%.
- e) superavaliados em 300%.

41. (PUC-PR/COPEL/Contador/Sênior/2009) De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade e conforme o Pronunciamento Técnico – CPC 01 – Redução a Valor Recuperável de Ativos, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, constantes na Deliberação CVM 527/07 e na Resolução do CFC n.º 1.110/07, ao mensurar o valor em uso de um ativo, a entidade deve:

() Basear as projeções de fluxo de caixa nas previsões ou nos orçamentos financeiros mais recentes que foram aprovados pela administração, os quais, porém, devem excluir qualquer estimativa de fluxo de caixa que se espera surgir das reestruturações futuras ou da melhoria ou aprimoramento do desempenho do ativo. As projeções baseadas nessas previsões ou nos orçamentos devem abranger, como regra geral, um período máximo de 10 anos, a menos que se justifique, fundamentadamente, um período mais longo.

() Basear as projeções de fluxo de caixa em premissas razoáveis e fundamentadas que representem a melhor estimativa, por parte da administração, do conjunto de condições econômicas que existirão na vida útil remanescente do ativo. Além disso, peso maior deve ser dado às evidências externas.

() Estimar as projeções de fluxo de caixa para além do período considerado pelas previsões ou orçamentos mais recentes, pela extrapolação das projeções baseadas em orçamentos ou previsões, usando uma taxa de crescimento estável ou decrescente para anos subsequentes, a menos que uma taxa crescente possa ser devidamente justificada. Essa taxa de crescimento não deve exceder a taxa de crescimento médio, de longo



prazo, para os produtos, setores de indústria ou país (es) nos quais a entidade opera ou para o mercado no qual o ativo é utilizado, a menos que se justifique, fundamentadamente, uma taxa mais elevada.

a) V, V, F.

b) V, V, V.

c) F, V, V.

d) F, V, F.

e) F, F, V.



GABARITO

1	A	22	C
2	D	23	A
3	C	24	ERRADO
4	C	25	CERTO
5	A	26	CERTO
6	B	27	D
7	A	28	E
8	B	29	A
9	C	30	A
10	ERRADO	31	E
11	A	32	D
12	E	33	A
13	D	34	D
14	B	35	E
15	B	36	D
16	B	37	E
17	D	38	C
18	B	39	B
19	E	40	D
20	E	41	C
21	D		



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.